

ROSANGELA SOLDATELLI

O PROCESSO DE ADOECIMENTO DOS PROFESSORES DO  
ENSINO FUNDAMENTAL DE FLORIANÓPOLIS E SUAS  
POSSIBILIDADES DE RESISTÊNCIA A ESSE PROCESSO

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Educação, linha Trabalho e Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, como exigência parcial para a obtenção do grau de Mestre em Educação.

Orientadora: Prof.a Dr.a Nise Maria Tavares Jinkings

FLORIANÓPOLIS  
2011

Catálogo na fonte pela Biblioteca Universitária  
da  
Universidade Federal de Santa Catarina

S684p Soldatelli, Rosangela

O processo de adoecimento dos professores do ensino fundamental de Florianópolis e suas possibilidades de resistência a esse processo [dissertação] / Rosangela Soldatelli ; orientadora, Nise Maria Tavares Jinkings. - Florianópolis, SC, 2011.

220 p.: grafs., tabs.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação.

Inclui referências

1. Educação. 2. Doenças profissionais. 3. Saúde e trabalho. 4. Ensino fundamental - Florianópolis (SC). 5. Resistência. I. Jinkings, Nise Maria Tavares. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Educação. III. Título.

CDU 37

ROSANGELA SOLDATELLI

O PROCESSO DE ADOECIMENTO DOS PROFESSORES DO  
ENSINO FUNDAMENTAL DE FLORIANÓPOLIS E SUAS  
POSSIBILIDADES DE RESISTÊNCIA A ESSE PROCESSO

Essa dissertação foi julgada adequada para obtenção do título de  
Mestre em Educação e aprovada em sua forma final pela Coordenação  
do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal  
de Santa Catarina.

Coordenadora do Curso

---

Dr.a Célia Regina Vendraminni  
Banca Examinadora:

---

Orientadora: Dr.a Nise Maria Tavares Jinkings  
Universidade Federal de Santa Catarina

---

Membro: Dr.a Edith Seligmann Silva  
Universidade de São Paulo

---

Membro: Dr.a Luciana Marcassa  
Universidade Federal de Santa Catarina

---

Membro: Dr.a Roselane Fátima Campos  
Universidade Federal de Santa Catarina

Florianópolis, 09 de dezembro de 2011



Dedico este trabalho de pesquisa a todos os trabalhadores e trabalhadoras que atuam diretamente nas unidades educativas da rede municipal de Florianópolis. E quero referir-me aqui a todas no feminino, por serem maioria nas escolas da rede municipal: bibliotecárias, cozinheiras, auxiliares de serviços gerais, professoras, auxiliares de sala, equipes pedagógicas, diretoras, secretárias escolares, auxiliares de ensino (com todas as variantes) etc. Esta pesquisa precisou dedicar-se a somente um segmento, que foi o dos professores do ensino fundamental. No entanto, minha mensagem vai a todas por entender que todas se encontram em processo de adoecimento. Minha dedicatória também se justifica ao se destinar a trabalhadoras que lutam sempre por melhores condições de trabalho, melhores salários, plano de carreira e direitos, contribuindo dessa forma para que pesquisas como esta sejam realizadas e na construção de uma sociedade sem explorados e exploradores.



## AGRADECIMENTOS

Aos professores da rede municipal, pela colaboração na pesquisa.

Aos meus familiares, pelo constante incentivo.

Ao meu companheiro Aldo, pela paciência e apoio.

À Marcinha, pelas nossas conversas – sem elas, esta pesquisa não teria terminado.

Aos amigos Beto, Dey, Pedrinho, Mariana, Ana Clara e Tom, pela compreensão pelos finais de semana sem festa e passeio em função dos estudos.

Aos amigos da Prefeitura e da Comcap, pelo apoio em todos os momentos.

À companheira Vana, sempre disposta a ajudar.

Aos companheiros do SINTRASEM, gestão 2011/2014, pela compreensão.

Aos colegas do mestrado/doutorado pelas trocas que diminuíram as angústias.

À professora Nise, pelas suas orientações.

Aos professores que tive oportunidade de conhecer durante o curso de mestrado, pelos ensinamentos.

Aos funcionários do PPGE, pelos esclarecimentos.

A todos, obrigada.





## RESUMO

Esta pesquisa buscou analisar o processo de adoecimento dos professores do ensino fundamental da Rede Municipal de Florianópolis e suas possibilidades de resistência a esse processo. O estudo tratou das particularidades do trabalho docente e de suas condições na rede pública da cidade como um exemplo do que acontece com a maior parte da classe trabalhadora na atualidade em face das mudanças ocorridas no mundo do trabalho, impulsionadas pelos processos de reestruturação capitalista. Desde seus primeiros passos, o capitalismo busca estratégias de superação de suas crises, seja por meio da maquinaria, dos modelos de produção taylorista/fordista ou, na contemporaneidade, dos padrões de organização do trabalho inspirados no toyotismo e sustentados nas políticas neoliberais. Essas mudanças nos processos de trabalho provocaram, entre outras consequências, diferentes formas de sofrimento e adoecimento da classe trabalhadora, que se mostram também na área da educação. Para os professores das escolas, essas consequências representam um processo de adoecimento que, nas últimas décadas, tem preocupado pesquisadores, sindicatos e os próprios trabalhadores. A partir desse contexto e tendo como apoio documentos sindicais e questionários respondidos pelos docentes, foi possível constatar que as relações e condições de trabalho dos professores do ensino fundamental da rede municipal de Florianópolis têm contribuído de forma significativa ao processo de adoecimento desses trabalhadores. E dentre as formas de adoecimento, os transtornos mentais e comportamentais se destacam. Ao mesmo tempo também foi possível perceber que ações de defesa são postas em prática para amenizar o sofrimento decorrente do trabalho, além de ações de resistência organizadas no próprio local de trabalho ou através do sindicato, na tentativa de interferir nos elementos causadores do sofrimento.

**Palavras-chave:** Adoecimento docente. Trabalho docente e saúde. Educação escolar. Resistência.



## ABSTRACT

This research was developed to analyze the process of becoming sick of teachers of basic education in municipal schools in Florianópolis and their possibilities of tolerating this process. The study treated the particularities of teacher's work and its conditions in municipal public schools as an example of what happens with almost all the working class nowadays in light of the changes in the world of work, driven by the processes of capitalist restructuring. Since its first steps, the capitalism looks for strategies to overcome its crisis, either by machinery, by taylorist/fordist production models, or, at contemporaneity, by standards to organize the work inspired by toyotism and supported by neoliberal politics. These changes in work processes caused, among other consequences, different forms of working class suffer and become sick, which are also showed in the area of education. To the teachers, these consequences represent a process of becoming sick that, in last decades, has preoccupied researches, syndicates and workers themselves. From this context on and having syndical documents and questionnaires answered by teachers as support, it was possible to verify that relationships and conditions of work of teachers of basic education in municipal schools in Florianópolis have contributed, significantly, to the process of these workers becoming sick. And among the forms of becoming sick, mental and behavioral perturbations stand out. At the same time, it was possible to realize that defense actions are put in practice to soften the suffering caused by work, in addition to acts of resistance organized in the workplace or through the syndicate, trying to interfere with the elements that cause suffering.

**Keywords:** Process of teachers becoming sick. Teaching and health. Schooling. Tolerance.



## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Sexo dos professores pesquisados.....	71
Gráfico 2 – Realização em relação ao resultado do trabalho .....	75
Gráfico 3 – Pensou em sair da profissão .....	77
Gráfico 4 – Contrato de trabalho.....	82
Gráfico 5 – A menor turma em que atuam.....	84
Gráfico 6 – A maior turma em que atuam.....	84
Gráfico 7 – Remuneração (valores em reais) .....	86
Gráfico 8 – Motivos mais frequentes das faltas ao trabalho.....	105
Gráfico 9 – Costumam perder o sono por questões relacionadas à escola .....	111
Gráfico 10 – Problema de saúde que, se mudasse de profissão, seria resolvido ou amenizado.....	112
Gráfico 11 – Problema de saúde resolvido ou amenizado se trabalhasse menos .....	112
Gráfico 12 – Sobre observar problemas de saúde nos colegas de trabalho .....	113
Gráfico 13 – Observação de ações implícitas de defesa ao processo de adoecimento .....	120
Gráfico 14 – Observação de ações explícitas de enfrentamento ao processo de adoecimento.....	129
Gráfico 15 – Se o sindicato pode ajudar na prevenção ao processo de adoecimento .....	131



## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 – Número de dias de afastamentos de 2001 a 2010.....	104
Tabela 2 – Problemas de saúde e afastamentos entre 2006 e 2010.....	107





## **LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS**

CUT: Central Única dos Trabalhadores  
FMI: Fundo Monetário Internacional  
UNICEF: Fundo das Nações Unidas para a Infância  
UNESCO: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e Cultura  
BIRD: Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento  
BID: Banco Interamericano de Desenvolvimento  
USAID: United States Agency for International Development  
ONG: Organização não Governamental  
LDB: Leis de Diretrizes e Bases  
APP: Associação de Pais e Professores  
SAEB: Sistema de Avaliação da Educação Básica  
INEP: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira  
MEC: Ministério da Educação  
EJA: Educação de Jovens e Adultos  
SME: Secretaria Municipal de Educação  
PMF: Prefeitura Municipal de Florianópolis  
RME: Rede Municipal de Ensino de Florianópolis  
PCCS: Plano de Cargos, Carreira e Salários  
OCDE: Organisation de Coopération et de Développement Économiques  
UFSM: Universidade Federal de Santa Maria  
CNTE: Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação  
ACT: Admitidos em Carácter Temporário  
PROSABES: Programa de Saúde e Bem-Estar dos Servidores  
LER: Lesão por Esforço Repetitivo  
COMCAP: Companhia de Melhoramentos da Capital de Florianópolis  
SINTRASEM: Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público Municipal de Florianópolis



## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	21
1 O PROCESSO HISTÓRICO DE ADOECIMENTO DA CLASSE TRABALHADORA.....	33
1.1 OS TRABALHADORES QUANDO O CAPITALISMO DAVA SEUS PRIMEIROS PASSOS .....	35
1.2 OS MODOS DE PRODUÇÃO TAYLORISTA/FORDISTA JUNTOS PELA EXPANSÃO DO CAPITALISMO .....	43
1.3 O NEOLIBERALISMO E A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA: O CAPITALISMO BUSCANDO RESPOSTAS PARA SUPERAR SUAS CRISES .....	49
<b>1.3.1 Alguns estudos específicos sobre o trabalhador brasileiro .....</b>	<b>51</b>
1.4 NEOLIBERALISMO, UMA RESPOSTA POLÍTICO-SOCIAL À CRISE .....	57
2 O PROCESSO DE ADOECIMENTO DOS PROFESSORES DO ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS .....	69
2.2 CONDIÇÕES DE TRABALHO .....	79
2.3 RELAÇÕES DE TRABALHO .....	91
2.4 TEMPO LIVRE.....	97
2.5 PROCESSO DE ADOECIMENTO .....	103
3 AS ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA AO PROCESSO DE ADOECIMENTO .....	115
3.1. AS ESTRATÉGIAS DE DEFESA.....	117
3.2. AS ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA .....	128
<b>3.2.1. Discutir sobre o processo de adoecimento dentro das escolas .....</b>	<b>129</b>
<b>3.2.2. Lutar por melhores condições de trabalho .....</b>	<b>132</b>
<b>3.2.3. Saúde e condições de trabalho nas datas-bases .....</b>	<b>144</b>
<b>3.2.4. Compreender o processo de adoecimento docente .....</b>	<b>157</b>
Considerações finais.....	163

REFERÊNCIAS..... 171

Anexo A..... 185

Anexo B..... 187

Anexo C..... 195

## INTRODUÇÃO

Não me dão pena os burgueses vencidos.  
 E quando penso que vão a dar-me pena, aperto  
 bem os dentes e fecho bem os olhos.  
 Penso em meus longos dias sem sapatos nem  
 rosas.  
 Penso em meus longos dias sem abrigos nem  
 nuvens.  
 Penso em meus longos dias sem camisas nem  
 sonhos.  
 Penso em meus longos dias com minha pele  
 proibida.  
 Penso em meus longos dias.  
 (Nicolás Guillén – poeta cubano)

As mutações no mundo do trabalho, impulsionadas principalmente pela reestruturação produtiva e pelas políticas neoliberais, vêm ocasionando uma série de mudanças no ambiente de trabalho escolar, com implicações nas condições de trabalho; nas relações estabelecidas com as chefias, com os colegas de trabalho, com as famílias dos estudantes e com os próprios estudantes; no tempo fora do trabalho e na capacidade de resistência. Vários estudos têm se dedicado a analisar essas mutações e suas implicações sobre a vida e a saúde dos professores, entre os quais: LIMA, 2000; ZACCHI, 2004; BATISTA, 2005; GIACOMAZZO, 2006; ANDRADE, 2007; OLIVEIRA, 2008; RIBEIRO, 2009; REIS, 2009.

Os pesquisadores citados defenderam suas dissertações de mestrado em universidades brasileiras na última década. Suas pesquisas abordaram saúde vocal, saúde mental, estresse laboral, saúde física e emocional, síndrome de Burnout, ou mal-estar docente, saúde e valorização do magistério, condições de trabalho, relações pessoais, relações de poder, entre outros assuntos. Nota-se que esses estudos, mesmo quando não fazem a associação direta entre condições de trabalho e adoecimento, mostram que o mundo do trabalho contribui muito para esse processo e indicam uma necessidade urgente de se repensarem as políticas públicas, o espaço escolar, as relações de poder e as condições de trabalho. Além disso, sugerem que as ações com objetivo de interferir no processo de sofrimento e adoecimento docente devem sair do plano individual para um plano coletivo que discuta o ambiente escolar e o trabalho do professor.

O processo de adoecimento do trabalhador docente, relacionado as condições de trabalho, relações de poder, condição feminina etc., já foi objeto de diversos estudos, o que leva à necessidade de se pensar: “o que fazer?”.

Com base nos estudos e pesquisas realizadas, é possível concluir que o trabalhador docente está adoecendo no e do trabalho. Daí emerge a seguinte reflexão: é possível resistir ao processo de adoecimento? O que, de fato, significa resistir ao processo de adoecimento? Resistir é ação individual ou coletiva? Na sociedade capitalista em que vivemos, e onde nossas escolas estão inseridas, existe espaço para resistência ao processo de adoecimento docente? Existe tempo para resistir?

Este estudo adquire relevância social e científica por se dedicar a pesquisar subsídios que possibilitem refletir sobre essas perguntas. A relevância social se estabelece na análise do processo de adoecimento dos professores do ensino fundamental da Rede Municipal de Florianópolis e das possibilidades e limites de resistência a esse processo. Soma-se a isso o fato de não haver estudos sobre esse complexo assunto com tal grupo. Por isso, os resultados desta pesquisa podem contribuir na busca desses trabalhadores por melhores condições de trabalho e de vida.

No que diz respeito à relevância científica, espera-se que esta pesquisa contribua com a ampliação do entendimento sobre o trabalho docente, os processos de adoecimento a ele relacionados e as possibilidades de resistência a esses processos.

Várias áreas têm contribuído para os estudos que relacionam saúde e trabalho, dentre elas a psicologia, a ergonomia, direito trabalhista, a sociologia e a antropologia do trabalho. É importante destacar que também para o estudo das relações entre saúde mental e trabalho as contribuições são interdisciplinares (SELIGMANN-SILVA, 2011, p. 40). Esta pesquisa visa somar a esses estudos as contribuições da área da Educação, ao tomar como objeto a realidade escolar. De todo modo, é importante notar que para o entendimento da complexa relação existente entre o processo de adoecimento docente e trabalho ainda há muito a ser pesquisado, elucidado, denunciado.

As preocupações com as quais esta pesquisa se deteve se justificam também na medida em que relatos, como o que se apresentam a seguir, foram destacados no questionário aplicado aos professores do ensino fundamental de Florianópolis.

Ser professor hoje mais que nunca é um grande desafio, a desvalorização profissional, a cobrança

baseada nas metas e índices de aprovação que temos que cumprir, a falta de inclusão do educador nas discussões sobre o fazer pedagógico, nos amarra e nos empurra para a idéia de que não temos o que fazer. Fugir dessa lógica, da educação mercadoria, da sensação de impotência e fracasso é um grande desafio, em tempos onde o pensar individualmente se sobrepõe ao pensar coletivo. E assim no dia-a-dia das instituições educacionais nos vimos isolados, tentando sozinhos, resolver nossos problemas no trabalho e nos afastamos daquilo que sempre defendemos, o pensar coletivamente. Essa lógica imposta pelo capital e implementada pelas chefias diretas ou indiretas acaba por aniquilar a capacidade criativa do professor, tornando-o apenas um cumpridor de tarefas e assim nos deparamos com o adoecimento no trabalho. Adoecimento este que não percebemos coletivamente, que muitas vezes é sinônimo de vergonha e que damos a ele um caráter pessoal e biológico, não o ligando ao fazer diário da nossa profissão. É justamente esse sentido de impotência e fracasso que nos impossibilita a percepção do adoecimento coletivo, assim como o pensar em estratégias que contribuam para um movimento de resistência coletiva ao adoecimento. O que vimos nos últimos anos são nossas lutas coletivas para manter direitos já conquistados e hoje ameaçados. Neste sentido a luta pela manutenção dos direitos é uma forma de resistir ao adoecimento, garantindo melhores condições de trabalho. Mas algo mais específico nos falta para traçarmos metas de resistência coletiva: temos que nos perceber adoecendo coletivamente.

Esse relato chama atenção por várias questões. Dentre elas, é importante destacar que a lógica imposta pelo capital à educação – de busca de metas, da educação mercadoria, da frustração com o resultado do trabalho, do pensar e agir de forma individual e do não reconhecimento da complexidade de sua atividade laboral – expõe os trabalhadores da educação ao adoecimento. Entretanto, esse não é um problema exclusivo do trabalhador docente, tampouco dos trabalhadores da educação.

De acordo com Lemos (2005), nas últimas décadas vários estudos sobre o processo de adoecimento da classe trabalhadora têm sido realizados. Os danos provocados à saúde em decorrência das condições de trabalho têm mobilizado interesse e preocupações em especialistas de várias áreas de estudo.

Marx já chamava atenção para os prejuízos causados aos trabalhadores quando escreveu: “Certa deformação física e espiritual é inseparável mesmo da divisão do trabalho na sociedade. [...] ataca o indivíduo em suas raízes vitais...” (MARX, 2008, p. 418). Essa citação foi retirada de *O Capital*, obra escrita no século XIX, quando o capitalismo dava seus primeiros passos. Em pleno século XXI, pode-se afirmar que o capitalismo mudou algumas de suas características, aprofundou o processo de exploração do trabalho, gerou populações de desempregados, aumentou a distância entre as classes burguesa e trabalhadora, desencadeou um ritmo de trabalho alucinante, desestruturou as famílias, exacerbou o individualismo e a competição e ampliou o rol de drogas e doenças.

Essas mudanças nas características do capitalismo, mais evidentes na década de 1970, trouxeram consequências para o mundo do trabalho e a classe trabalhadora. De acordo com Jinkings (2002), com o intuito de recuperar o ciclo reprodutivo do capital, modelos de racionalização do trabalho desenvolveram-se como alternativas ao modelo taylorista/fordista. No contexto desse movimento contemporâneo de reestruturação produtiva, “mudanças sustentadas na tecnologia microeletrônica e informática e marcadas pela versatilidade e flexibilidade da produção” (JINKINGS, 2002, p. 34) interferiram intensivamente sobre as condições de trabalho, os salários e as contratações dos trabalhadores (JINKINGS, 2002, p. 34).

A maior parte das fábricas e empresas existentes hoje se diferencia das de um século atrás e tampouco se parecem com as da Inglaterra do século XIX. Hoje, por exemplo, trabalhadores de uma empresa podem executar suas tarefas em casa, a partir de um computador, tendo flexibilidade de horários, longe de qualquer autoridade patronal, sem uniforme e com o salário sendo pago por tarefa ou vinculado diretamente ao cumprimento de metas de produtividade.

Outro exemplo pode ser visto na matéria da Revista Carta Capital – Política, Economia e Cultura – de 7 de outubro de 2009, p.72, “A nova ‘Fábrica’”:

Quando soa o apito da antiga fábrica de tecidos no pequeno município de Poá, [...], não se vêem



operários de macacão e marmita de volta à vida ou preparados para começar um novo turno de trabalho. [...] No lugar de veteranos operários, um batalhão formado na imensa maioria por jovens e mulheres. Nos galpões, não há mais nenhuma máquina à vista. “No lugar dos teares estão milhares de mesas, separadas por divisórias onde os funcionários se sentam diante de terminais de computador”.

Essas mudanças no modo como se organiza o trabalho em muitos ambientes laborais no capitalismo da contemporaneidade criaram dificuldades para o trabalhador se perceber membro de uma classe social. De acordo com Antunes (2008), exemplos de “‘empresa enxuta’, ‘empreendedorismo’, ‘cooperativismo’, ‘trabalho voluntário’, ‘colaboradores’, ‘consultores’, expressões disfarçadas de trabalho que, em verdade, ocultam os reais significados” (ANTUNES, 2008, p. 2). É nesse contexto que, segundo o autor, proliferam-se contratos de trabalho desprovidos de direitos.

A proliferação desses contratos atinge atualmente trabalhadores de todas as partes do mundo. O que se verifica é uma “monumental tendência à precarização do trabalho em escala mundial” (ANTUNES, 2008, p. 2). Esses contratos, somados à rapidez e à eficiência da tecnologia, deram ao capital capacidade de produzir mais em menor tempo e a custos menores. Uma das consequências disso é o processo de adoecimento.

O trabalho, espaço de sobrevivência possível para aqueles que só dispõem da venda de sua força de trabalho, tornou-se, então, o lócus por excelência das jornadas extenuantes, da precarização dos direitos sociais, medos e dos temores constantes do desemprego, do stress para se manter no emprego, ou ainda das lesões por esforço repetitivo (LER) e dos múltiplos modos de ser do adoecimento. É o adoecimento típico da era informacional (ANTUNES, 2008, p.2).

Os trabalhadores brasileiros, de acordo com Ramos e Ouriques (2007), vêm sofrendo também as consequências da tendência mundial de reestruturação capitalista. Direitos flexibilizados, contratos precarizados, ampliação do desemprego, redução dos postos de trabalho

nas indústrias e exigências diferenciadas de qualificação atingem um número cada vez mais expressivo de trabalhadores. Estes, compelidos a jornada de trabalho e a ritmo cada vez maiores, adoecem.

Apesar das dificuldades na obtenção de dados estatísticos que comprovem o adoecimento no e do trabalho nessas novas formas de produção – formas não tão aparentes e diretas de apropriação da mais-valia – algumas pesquisas demonstram a gravidade do problema. Dias e Hoefel (2005, p. 821), em artigo publicado na revista *Ciência & Saúde Coletiva*, destacam:

Apesar da escassez e inconsistência das informações sobre a situação de saúde dos trabalhadores, no Brasil, segundo o IBGE, a população economicamente ativa (PEA) é composta por aproximadamente 85 milhões de trabalhadores, dos quais apenas 23 milhões, cerca de um terço, são cobertos pelo Seguro de Acidentes de Trabalho (SAT). Estima-se que mais de um milhão de trabalhadores são atingidos, a cada ano, por acidente ou agravo relacionado ao trabalho (MS, 2004). Entre 1999 e 2003, a Previdência Social registrou 1.875.190 acidentes de trabalho, sendo 15.293 com óbitos e 72.020 com incapacidade permanente, com uma média de 3.059 óbitos/ano, entre os trabalhadores do setor formal segurados pelo SAT. O coeficiente médio de mortalidade, no mesmo período, foi de 14,84 por 100.000 trabalhadores (MPS, 2003).

Um caso recente foi veiculado no jornal *Diário Catarinense* (de circulação em SC) de 16 de outubro de 2009: “Suicídios na France Telecom – Um funcionário da France Telecom cometeu suicídio ontem, tornando-se o 25º empregado da empresa a se matar nos últimos 20 meses, segundo uma fonte da companhia.” A matéria termina dizendo: “Entre as medidas anunciadas estão o aumento do número de médicos no trabalho e mais psicólogos externos”.

A medida anunciada chama atenção: resolverá o problema? Aumentar os médicos e psicólogos certamente é uma medida que pode até amenizar a “espiral de morte”, segundo o presidente da empresa, Didier Lombard, mas resolverá o problema?

Quando se considera a reestruturação capitalista segundo Jinkings, ou seja, como um “conjunto amplo de mudanças nas condições

técnicas e sociais dos processos de produção e de trabalho engendradas pelo capital para enfrentar suas contradições internas e aumentar a força produtiva do trabalho” (Jinkings, 2002, p. 40), percebe-se que medidas paliativas como as adotadas pela France Telecom não resolverão os problemas de saúde que atingem os trabalhadores. Pois é a reestruturação produtiva da empresa que tem gerado pressão sobre os trabalhadores, contribuindo muito para que estes vejam no suicídio a saída para seus problemas. O testemunho de Modeste Alcaraz, delegado sindical da Central Sindical Francesa, aposentado da France Telecom, é emblemático: “Eu muitas vezes ouvi ‘se você não está contente, vá procurar em outro lugar. Mude de trabalho.’”

É em reestruturações como a dessa empresa, entre outras questões, que o sistema capitalista se apoia para sobreviver e superar suas crises, e para atingir seus objetivos organiza estratégias que visam à integração ideológica dos trabalhadores ao seu ideário. A educação, nesse sentido, é vista como fundamental ao capital, pois será a responsável pela “formação de mão de obra qualificada que venha a atender as novas expectativas e especificidades do mercado” (MACEDO, 2000, p. 4). Ainda segundo a autora, é por isso que nas últimas décadas é possível verificar, em todos os países, modificações na área da educação, tendo como objetivo a “[...] busca da concretização do ajustamento necessário aos novos paradigmas para a garantia de maior acúmulo do capital” (MACEDO, 2000, p. 4).

Os sistemas educacionais municipais, estaduais e federal foram sendo adequados pelo poder público para garantir a constituição de uma força de trabalho qualificada. Foi preciso organizar ações com o objetivo de tornar o ensino fundamental universalizado e ampliar o acesso ao ensino médio. A educação infantil passou a ser prioritariamente responsabilidade do poder público.

As escolas, pressionadas pelos órgãos competentes, e sob os reflexos dos novos paradigmas, exigem adequação por parte de seus professores, os quais, por sua vez, entre cobranças e responsabilidades, adoecem.

A professora que respondeu o questionário para esta pesquisa, mencionada no início desta introdução, ao relatar sua maneira de ver o trabalho docente, ressalta a “lógica imposta pelo capital”, “o aniquilamento da capacidade criativa do professor” e o “adoecimento no trabalho”. Dessa forma ela exemplifica, na prática, as consequências que a reestruturação capitalista traz para a educação. A necessidade de ampliar o entendimento acerca desse processo no cotidiano laboral dos professores do ensino fundamental da rede municipal de Florianópolis e

acerca de sua resistência ao processo de adoecimento constitui a motivação para esta pesquisa.

Diante do exposto, o objetivo central deste estudo foi pesquisar o processo de adoecimento dos professores do ensino fundamental e as suas possibilidades de resistência a esse processo, individual ou coletivamente.

Para tanto, estabeleceram-se como objetivos específicos: caracterizar o adoecimento e seu processo constitutivo no contexto do trabalho docente; investigar o que pensam os professores do ensino fundamental sobre a relação existente entre suas condições de trabalho e o processo de adoecimento, bem como as ações desenvolvidas por eles frente a esse processo; analisar os limites e possibilidades das ações de resistência frente ao processo de adoecimento docente, inclusive as estratégias desencadeadas pelo sindicato dos servidores municipais de Florianópolis como enfrentamento a esse processo.

A perspectiva metodológica adotada para atingir os objetivos supracitados, desenvolveu-se a partir de um embasamento teórico, que buscou em estudiosos das diversas áreas de conhecimento voltadas para a temática o suporte bibliográfico necessário para fundamentar a análise. Com base nesses estudos foi realizada pesquisa documental de caráter historiográfico e pesquisa empírica – questionário respondido por 165 professores. A pesquisa buscou articular as abordagens quantitativa e qualitativa de investigação, em um processo pelo qual os dados colhidos serviram de suporte à análise qualitativa das informações fornecidas pelos questionários e documentos utilizados na pesquisa.

A periodização considerada foi a de 2000-2010 e justifica-se pelo acesso a registros sindicais e patronais, mas principalmente por se tratar do período em que as políticas neoliberais voltadas à educação se fizeram mais presentes na vida dos professores municipais de Florianópolis (SILVA, 2004). O questionário foi construído a partir de leituras relacionadas à pesquisa e de observações do campo empírico antes de ser distribuído livremente em todas as escolas do ensino fundamental e em dois núcleos de Educação de Jovens e Adultos. Para o público convidado a participar da pesquisa (aproximadamente 1000 professores), foram distribuídos 300 questionários aos interessados em participar, dos quais 165 foram recolhidos posteriormente com identificação espontânea. A diferença entre o número de questionários distribuídos e recolhidos se deveu principalmente ao fato de terem sido distribuídos no final do ano letivo, período de trabalho docente muito intensificado nas escolas.

A pesquisa documental apoiou-se em publicações de jornais e boletins informativos da entidade sindical – Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público Municipal de Florianópolis (SINTRASEM) –, em documentos publicados pela Prefeitura Municipal de Florianópolis e em acordos coletivos de trabalho firmados entre a entidade e o órgão patronal.

O campo de pesquisa – o ensino fundamental da rede municipal de Florianópolis – atendeu, em 2010, 14.897 alunos, distribuídos em 26 escolas básicas que atenderam de 1<sup>a</sup> a 8<sup>a</sup> séries. Os núcleos de EJA, em um total de 12, atenderam 1500 alunos (Fonte: PMF/RME 2010). Os dados de 2011 mostram que nem todas as 26 escolas básicas atenderam do 1<sup>o</sup> ano à 8<sup>a</sup> série e um dos motivos é que a rede encontra-se em processo de transição entre currículos, em decorrência da implementação da lei que aumentou para 9 anos o ensino fundamental (Fonte: PMF/RME 2011). Outro motivo relaciona-se a problemas de organização do ensino, em função dos espaços disponíveis nas escolas.

Dentre as 26 escolas básicas da rede, duas atendem do 1<sup>o</sup> ao 4<sup>o</sup> ano, com professores pedagogos; uma atende um 5<sup>o</sup> ano, cujo professor é pedagogo, e 6<sup>a</sup>, 7<sup>a</sup> e 8<sup>a</sup> séries, cujos professores são de áreas específicas; as demais 23 escolas atendem do 1<sup>o</sup> ano à 8<sup>a</sup> série (Fonte: contato com as próprias escolas). As escolas básicas municipais são distribuídas pelos bairros da cidade e atendem prioritariamente os filhos da classe trabalhadora, que, segundo Antunes (2007), em seu sentido contemporâneo, abrange: “1) todos aqueles/as que vendem sua força de trabalho, incluindo tanto o trabalho produtivo quanto o improdutivo (no sentido dado por Marx); 2) os assalariados do setor de serviços e também o proletariado rural; 3) o subproletariado, proletariado precarizado, sem direitos, e também trabalhadores desempregados, que compreendem o exército industrial e são postos em disponibilidade crescente pelo capital, nesta fase de desemprego estrutural” (Antunes, 2007, p. 235). Os núcleos de EJA também são distribuídos pelos bairros da cidade e atendem adolescentes e adultos, boa parte dos quais já são trabalhadores.

A estrutura deste trabalho se apresenta dividida em três capítulos. O capítulo 1 apresenta uma abordagem histórica e social sobre as condições de vida e de trabalho da classe trabalhadora, tendo como referência os primórdios do capitalismo. Aborda como, durante o desenvolvimento do sistema capitalista, foram buscadas saídas para superação de suas crises, baseadas em uma exploração do trabalho cada vez mais ampliada e intensificada, que afeta os trabalhadores, causando-lhes diferentes tipos de sofrimento e adoecimento. O capítulo trata

também de como esse movimento atinge a educação e causa, também aos professores, sofrimento e adoecimento.

No capítulo 2, a partir da análise dos questionários e dos documentos fornecidos pela Prefeitura Municipal de Florianópolis, discute-se as condições e as relações de trabalho dos professores do ensino fundamental, as formas como estes ocupam seu tempo livre e o processo de adoecimento que os atinge. A análise destaca as principais causas de afastamentos médicos do trabalho e trata da forma como os professores relacionam suas condições e relações de trabalho com seu processo de adoecimento. A análise do material empírico levou em conta um entendimento ampliado de saúde, baseado nas considerações de Minayo (1986). Segundo a autora, saúde não significa somente “ausência de doença”, mas tudo o que integra a vida do trabalhador e suas condições de subsistência. E ainda de acordo com Minayo, as condições de saúde não são resultantes somente do esforço individual, mas envolvem políticas públicas e movimentos sociais.

Esse capítulo analisa algumas questões do questionário onde se trabalha com o termo “estresse”. É importante destacar que ele foi utilizado no questionário por ser o termo comumente usado pelos professores para representar esgotamento, cansaço, falta de energia, irritação e outras alterações do equilíbrio psicofisiológico vivenciadas em seu cotidiano de trabalho. Segundo a médica psiquiatra Edith Seligmann-Silva, pesquisadora em saúde mental relacionada ao trabalho desde 1980, o modelo explicativo da teoria do estresse para a temática tem sido criticado por vários autores:

Uma das críticas mais importantes questiona os limites da formulação que atribui as alterações do equilíbrio psicofisiológico a fatores (estressores) de diferentes ordens sem estudar as interações. Assim, o modelo não permite analisar a complexidade das interações que se verificam *entre os estressores vinculados à situação de trabalho*. Por outro lado, os *processos sociais* relacionados ao adoecimento também não poderiam ser reduzidos a *fatores* de estresse sem que se estudasse a dinâmica em que interagem e se desdobram. (SELIGMANN-SILVA, 2011, p. 129).

Ainda de acordo com Seligmann-Silva o termo que permite uma abordagem integradora do fenômeno é o de “desgaste”. Conforme este

referencial “o desgaste é visualizado como produto de uma correlação desigual de poderes impostos sobre o trabalho e sobre o trabalhador, acionando forças que incidem no processo biopsicossocial saúde-doença. Ou melhor, uma correlação de poderes e forças em que o executante do trabalho se torna *perdedor*.” (SELIGMANN-SILVA, 2011, p. 135). Segundo a autora, essa abordagem conceitual foi formulada pela médica e socióloga Asa C. Laurell nos anos 1980, fundamentada no materialismo dialético, “oferecendo uma visão abrangente dos impactos do trabalho dominado sobre a saúde dos trabalhadores” (SELIGMANN-SILVA, 2011, p. 135). Seligmann-Silva adota essa abordagem como ponto de partida para sua construção teórica sobre o *desgaste mental do trabalho*. É com base nesta concepção que serão analisadas, nesta dissertação, as questões relativas ao processo de adoecimento dos professores das escolas de ensino fundamental.

Diante do processo de adoecimento destacado no segundo capítulo, analisa-se as possibilidades e estratégias de resistência dos trabalhadores docentes ao processo de adoecimento, com base nos questionários respondidos e em dados documentais. Esse material empírico revela que tais ações de resistência são construídas no local de trabalho e no sindicato. A pesquisa buscou conhecer também de que forma as possibilidades e estratégias de resistência ao adoecimento se fizeram presentes nas campanhas salariais, nas pautas e nos acordos coletivos firmados entre o Sintrasep e a Prefeitura Municipal de Florianópolis, principalmente baseada na imprensa sindical e nos documentos sindicais analisados. Tais abordagens estão sistematizadas no terceiro capítulo.

Em suas considerações finais, a dissertação aponta as possibilidades de novos estudos e pesquisas sobre a temática complexa das relações entre trabalho e saúde no capitalismo. E, buscando responder também a preocupações de ordem prática, indica os desafios postos às ações sindicais e políticas dos professores, diante do quadro crítico de agravamento dos processos de adoecimento gerados pelo trabalho.





## 1 O PROCESSO HISTÓRICO DE ADOECIMENTO DA CLASSE TRABALHADORA

O caminho da vida pode ser o da liberdade e da  
beleza, porém nos extraviamos.  
A cobiça envenenou a alma dos homens...  
levantou no mundo as muralhas do ódio... e tem-  
nos feito marchar a passo de ganso para a miséria  
e os morticínios.  
Criamos a época da velocidade, mas nos sentimos  
enclausurados dentro dela.  
A máquina, que produz abundância, tem-nos  
deixado em penúria.  
Nossos conhecimentos fizeram-nos céticos; nossa  
inteligência, empedernidos e cruéis.  
Pensamos em demasia e sentimos bem pouco.  
Mais do que de máquinas, precisamos de  
humanidade.  
Mais do que de inteligência, precisamos de  
afeição e doçura.  
Sem essas virtudes, a vida será de violência e tudo  
será perdido.  
(Charles Chaplin, em discurso proferido no final  
do filme O grande ditador)

Nas discussões atuais acerca do processo de adoecimento com o qual milhares de trabalhadores se deparam é comum encontrar afirmações de que o processo de adoecimento é um problema da modernidade, e que na maioria das vezes é culpa do próprio trabalhador. Este capítulo buscará discorrer sobre essas questões, apoiando-se em pesquisas já realizadas e dialogando com autores, com o objetivo de contribuir para o entendimento da relação entre o processo de adoecimento dos trabalhadores e as condições e relações de trabalho a que estão submetidos desde o início do modo de produção capitalista. Principalmente a partir dos anos 1990, com as políticas neoliberais de privatização e de comprometimento dos serviços públicos, o modo de produção capitalista alterou sua dinâmica de funcionamento e, por consequência, mudou também seus “desdobramentos”, mas não mudou sua essência.

De forma geral, o trabalho pode ser entendido como a relação do homem com a natureza para a produção de valores de uso necessários à subsistência humana. Nesse sentido, para a existência do ser social, independentemente do modo de produção, é necessária a existência do

trabalho. No capítulo V de *O Capital*, Marx define o processo de trabalho como uma

[...] atividade dirigida com o fim de criar valores-de-uso, de apropriar os elementos naturais às necessidades humanas; é condição necessária do intercâmbio material entre o homem e a natureza; é condição natural eterna da vida humana, sem depender, portanto, de qualquer forma dessa vida, sendo antes comum a todas as suas formas sociais. (MARX, 2008, p. 218)

No entanto, na sociedade capitalista, o trabalho é propriedade do capitalista e meio de subsistência do trabalhador, e é nesse trabalho, o trabalho assalariado, que Marx encontra os fundamentos da alienação.

A utilização da força de trabalho é o próprio trabalho. O comprador da força de trabalho consome-a, fazendo o vendedor dela trabalhar. Este, ao trabalhar, torna-se realmente no que antes era apenas potencialmente: força de trabalho em ação, trabalhador. Para o trabalho reaparecer em mercadoria, tem de ser empregado em valores-de-uso, em coisas que sirvam para satisfazer necessidades de qualquer natureza. (MARX, 2008, p. 211)

Como assinala Marx (2006, p. 113), o produto do trabalho serviria então para “satisfazer necessidades de qualquer natureza”, não mais para satisfazer as necessidades de quem o produziu. Nessa sociedade capitalista, o trabalho produz maravilhas, palácios e beleza para os ricos; e para o trabalhador, privações, choupanas, deformações. Como o trabalhador não tem os meios de produção, o trabalho se torna para ele uma obrigação, unicamente meio de sobrevivência. Desse modo, ele trabalha para viver, e por isso não se identifica com o produto do seu trabalho; sente-se estranho a ele. O que o trabalhador produz para si é o seu salário, consequência imediata do trabalho estranhado. Ainda para Marx (2006, p.170), na sociedade capitalista e alienada “É impetuoso quem pode comprar a coragem, ainda que seja covarde”, ou seja, o sujeito é aquilo que ele pode comprar. Os sentidos espirituais e físicos foram substituídos pelo sentido do ter.

As reflexões de Marx iluminam o olhar sobre o operário da tecnologia na atualidade, cujo trabalho consiste em, na hora precisa, dar um simples toque em uma tecla de computador. A partir daí, as funções desencadeadas já não dependem dele, como não dependiam antes. Esse trabalhador, que hoje pode dar tal comando a partir de casa, não tem dimensão histórica do seu trabalho. Ele desconhece seus desdobramentos e não pode ver-se, materializar-se no seu produto: é completamente alheio a ele.

Esse é só um exemplo de um trabalhador do século XXI que não se identifica com o produto do seu trabalho e que sofre todas as consequências de um sistema que, como se discorrerá a seguir, destroi física e espiritualmente o trabalhador desde que surgiu.

## 1.1 OS TRABALHADORES QUANDO O CAPITALISMO DAVA SEUS PRIMEIROS PASSOS

Para iniciar, toma-se como referência o período que compreende o final do século XVIII e início do século XIX, marco do desenvolvimento e da consolidação do chamado capitalismo industrial, que inicialmente esteve limitado à Inglaterra, mas logo se expandiu para outros continentes. Nesse período, a Inglaterra desenvolveu a produção fabril, e seus trabalhadores foram submetidos a regras e condições de trabalho impostas pelos donos das fábricas, em geral, sem a interferência do Estado.

Engels (2008) destaca que a história da classe operária Inglesa teve início na segunda metade do século XVIII, durante a chamada Revolução Industrial, que teve como pilares a invenção da máquina a vapor e das máquinas de processar algodão. O autor, que viveu no período caracterizado como berço do capitalismo, dedicou-se a entender e denunciar as condições de vida e de trabalho dos operários dessas primeiras fábricas, que, nesse momento, caracterizavam-se como pequenas empresas em concorrência umas com as outras. Descreveu sua habitação como sob “condições indignas de seres humanos” (ENGELS, 2008, p. 74) e referiu-se à população trabalhadora como “esfarrapada e mal alimentada” (ENGELS, 2008, p. 108), da qual mesmo o melhor operário “está exposto ao perigo do desemprego, que equivale a morrer de fome” (ENGELS, 2008, p. 115). Sua análise revelou uma jornada de trabalho longa e contínua, em que o operário permanecia predominantemente em pé, em ambiente úmido e quente, na maioria das vezes insalubre, carregado de pó e vapores (ENGELS, 2008, p. 192), o que representava aos trabalhadores graves problemas de saúde.

Se as condições de trabalho já eram degradantes, Engels (2008), ao observar a natureza do trabalho no seu modo de execução, destacou:

Na maior parte dos ramos da indústria, a atividade do operário reduz-se a uma miserável e mecânica manipulação, que se repete, minuto a minuto, ano a ano. Quais sentimentos e quais capacidades humanas pode conservar à altura dos trinta anos aquele que desde jovem trabalhou doze ou mais horas por dia, fabricando cabeças de pregos ou limando rodas dentadas e vivendo nas condições de um proletário inglês? A introdução do vapor e das máquinas não altera isso. A atividade do operário tornou-se menos pesada e o esforço muscular foi reduzido, mas o próprio trabalho, facilitado, foi levado ao extremo da monotonia (ENGELS, 2008, p. 158)

As condições de vida e trabalho insalubres geravam consequências para a saúde dos trabalhadores, além de frequentes acidentes de trabalho, muitas vezes causadores de graves lesões ou morte. O autor cita o alcoolismo, que degradou física e espiritualmente trabalhadores de todas as idades; vários tipos de doenças, como pulmonares, tuberculose, tifo, doenças do aparelho digestivo, raquitismo, entre outras; o envelhecimento precoce da maioria dos trabalhadores, que, aos 40 anos, já estava incapacitada para o trabalho (ENGELS, 2008, p. 196); elevado índice de mortalidade de trabalhadores jovens; suicídios etc.

Em relação aos acidentes de trabalho, Engels (2008) denuncia que, independentemente de os trabalhadores ficarem impossibilitados ou não de realizar suas atividades profissionais, na melhor das hipóteses, os industriais pagavam seus honorários médicos. Em caso de o operário não poder retornar ao trabalho, a responsabilidade seria sua (ENGELS, 2008, p. 201).

As mulheres operárias, assim como os homens, não podiam adoecer, mesmo quando o adoecimento estivesse diretamente relacionado ao trabalho. Não podiam parar de produzir, pois o industrial não podia parar o funcionamento de uma máquina ou gastar seu valioso tempo em procurar substituição; por isso, para ele, era mais fácil demitir (ENGELS, 2008, p. 198). Diante disso, para um operário, adoecer, tanto em decorrência do trabalho quanto das condições de vida, poderia significar a perda do emprego.

No caso de o trabalhador adoecer, ele teria problemas para conseguir bons médicos, uma vez que os honorários eram altos. Na impossibilidade do pagamento, o operário tinha como recurso ou esperar melhorar ou procurar charlatões que, com suas porções baratas, acabavam gerando ainda mais problemas (ENGELS, 2008, p. 143).

Essas questões, somadas às longas e extenuantes jornadas de trabalho, além do trabalho infantil e feminino, deixam evidente que trabalhadores que vivem da forma descrita são impossibilitados de gozar de boa saúde e também de atingirem uma idade avançada (ENGELS, 2008, p. 136).

Engels (2008, p. 203) não deixou de destacar que, “para encher os bolsos da burguesia”, uma lista de doenças foi se registrando: “mulheres incapacitadas para procriar, crianças aleijadas, homens exauridos, membros quebrados, gerações inteiras doentes, debilitadas e desgastadas”, e que toda essa situação a que estava submetida a classe operária inglesa era enfrentada por ela de maneiras diversas: nas lutas constantes pela redução da jornada de trabalho, contra o trabalho de crianças, pelo intervalo para as refeições (ENGELS, 2008, p. 208); quando se “rebelaram violentamente contra a introdução das máquinas” (ENGELS, 2008, p. 249); quando expandiram por toda a Inglaterra as associações de operários após obterem o direito à livre associação (ENGELS, 2008, p. 250); por meio dos “incêndios ou explosões de fábricas” (ENGELS, 2008, p. 254); ou por meio das “greves” (ENGELS, 2008, p. 253).

Alguns anos após Engels ter analisado as condições de vida e de trabalho da classe operária inglesa, Marx contribuiu na mesma perspectiva. Em *O Capital* (1845), explicitou ao mundo o mecanismo de funcionamento do sistema capitalista de produção e suas consequências para os trabalhadores. Dedicou boa parte de seus estudos ao “desenvolvimento da maquinaria”. As máquinas, desde sua invenção, representaram aos trabalhadores pelo menos duas preocupações centrais: a de que elas reduziriam a carga de trabalho e a consequência que surge imediatamente – a possibilidade do desemprego. Sobre a primeira preocupação, Marx destaca que o emprego das máquinas “tem por fim baratear as mercadorias, encurtar a parte do dia de trabalho da qual precisa o trabalhador para si mesmo, para ampliar a outra parte que ele dá gratuitamente ao capitalista” (ENGELS, 2008, p. 427). De fato, as máquinas reduzem a carga de trabalho do homem, porém facilitam a exploração do trabalhador e ajudam a “produzir mais-valia”.

Quanto à substituição do emprego, Marx demonstrou ser bem razoável a preocupação dos trabalhadores, pois, à medida que as

máquinas foram sendo implantadas, a força bruta do trabalhador já não era mais tão necessária, o que possibilitou a entrada de mulheres e crianças nesse processo.

Tornando supérflua a força muscular, a maquinaria permite o emprego de trabalhadores sem força muscular ou com desenvolvimento físico incompleto, mas com membros mais flexíveis. [...] Assim, de poderoso meio de substituir trabalho e trabalhadores, a maquinaria transformou-se imediatamente em meio de aumentar o número de assalariados, colocando todos os membros da família do trabalhador, sem distinção de sexo e de idade, sob o domínio direto da capital. (MARX, 2008, p. 451)

A implantação capitalista das máquinas e o aproveitamento de trabalhadores que até o momento não eram diretamente explorados permitiram ao capitalista organizar o trabalho na fábrica com métodos e horários diferentes. Isso permitiu o funcionamento da fábrica durante as 24 horas do dia, produzindo “uma população trabalhadora excedente, compelida a submeter-se à lei do capital” (MARX, 2008, p. 465). Dessa forma, essa população trabalhadora, então ameaçada pelo desemprego, submete-se a jornadas e condições de trabalho degradantes.

Marx dedicou-se também a explicar o significado, para o capitalista e para o trabalhador, das jornadas extenuantes de trabalho: para o capitalista, elas são sinônimo de maior exploração e maior lucro; para o trabalhador, de adoecimento e morte.

A produção capitalista, que essencialmente é produção de mais-valia, absorção de trabalho excedente, ao prolongar o dia de trabalho, não causa apenas a atrofia da força humana de trabalho, à qual rouba suas condições normais, morais e físicas de atividade e de desenvolvimento. Ela ocasiona o esgotamento prematuro e a morte da própria força de trabalho. Aumenta o tempo de produção do trabalhador num período determinado, encurtando a duração da sua vida. (MARX, 2008, p. 307)

Os trabalhadores, suas mulheres e filhos passam a ser obrigados a vender sua força de trabalho, submetendo-se a jornadas laborais de até

17 horas por dia em algumas fábricas, em condições de vida e de trabalho deteriorantes. Esses trabalhadores, que viram as máquinas aliviarem seu peso, mas intensificarem a repetição e a monotonia de seu labor puderam observar sua saúde sendo consumida juntamente com sua força de trabalho. Para Marx, “o trabalho na fábrica exaure os nervos ao extremo, suprime o jogo variado dos músculos e confisca toda a atividade livre do trabalhador, física e espiritual” (MARX, 2008, p. 483). Segundo ele, os “[...] órgãos dos sentidos são, todos eles, igualmente prejudicados, [...] para não falarmos do perigo de vida que advém das máquinas” (p. 485).

Marx, assim como Engels, não deixou de registrar as lutas dos trabalhadores pela redução da jornada de trabalho e dedicou parte de seus estudos a esse assunto. Marx (2008, p. 312) destacou que o “[...] estabelecimento de uma jornada normal de trabalho é o resultado de uma luta multissecular entre o capitalista e o trabalhador” e buscou na história dessa luta exemplos de estatutos, decretos e leis<sup>1</sup> que foram sendo elaborados e suprimidos ou descumpridos, sempre levando em conta a correlação de forças entre trabalhadores e empregadores.

Outro aspecto importante que mereceu atenção de Marx foi relativo aos suicídios. Rubens Enderle, um dos responsáveis pela tradução de “Sobre o suicídio”, observa que, no exílio em Bruxelas, em 1846, Marx publica o artigo “Peuchet: sobre o suicídio”, que contém uma seleção de “trechos das Memórias de Jacques Peuchet”, arquivista da polícia de Paris. Nesse artigo, Marx (2006, p. 26), referindo-se aos suicídios que aconteciam na época, questiona-se: “Como se explica que, apesar de tantos anátemas, o homem se mate”? E responde:

Quando se vêem a forma leviana com que as instituições, sob cujo domínio a Europa vive, dispõem do sangue e da vida dos povos, a forma como distribuem a justiça civilizada com um rico material de prisões, de castigos e de instrumentos de suplício para a sanção de seus desígnios incertos; quando se vê a quantidade incrível de classes que, por todos os lados, são abandonadas na miséria, e os párias sociais, que são golpeados com um desprezo brutal e preventivo, talvez para dispersar-se do incômodo de ter que arrancá-los

---

<sup>1</sup> Ver Marx, livro 1, volume 1 “O processo de produção do capital”; parte terceira, VIII. A jornada de trabalho, principalmente nos itens 5, 6 e 7; páginas 305 a 346. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 2008.

de sua sujeira; quando se vê tudo isso, então não se entende com que direito se poderia exigir do indivíduo que ele preserve em si mesmo uma existência que é espezinhada por nossos hábitos mais corriqueiros, nossos preconceitos, nossas leis e nossos costumes em geral. (MARX, 2006, p. 27)

Em “Um Marx Insólito”, do livro “Sobre o suicídio”, Michael Löwy descreve o caminho que levou Marx a se dedicar às relações de classe mediadas pela propriedade privada, e destaca que:

Para Marx/Peuchet<sup>2</sup>, a crítica da sociedade burguesa não pode se limitar à questão da exploração econômica – por mais importante que seja. Ela deve assumir um amplo caráter social e ético, incluindo todos os seus profundos e múltiplos aspectos opressivos. A natureza desumana da sociedade capitalista fere os indivíduos das mais diversas origens sociais. (MARX, 2006, p. 17-18)

Löwy, agora discorrendo sobre o suicídio, destaca também uma fala de Marx (2006, p. 16): “A classificação das causas do suicídio é uma classificação dos males da sociedade burguesa moderna, que não podem ser suprimidos sem uma transformação radical da estrutura social e econômica”.

Paul Lafargue, em seu livro “O direito à Preguiça”, de 1883, faz uma crítica ao sistema capitalista e atribui ao trabalho assalariado todas as mazelas dos trabalhadores quando afirma: “Na sociedade capitalista, o trabalho é a causa de toda a degenerescência intelectual, de toda a deformação orgânica”. O autor chama atenção dos trabalhadores sobre o que eles estariam fazendo de suas vidas, das vidas de suas mulheres e

---

<sup>2</sup> Para explicar por que os nomes de Marx e Peuchet aparecem juntos, destaca-se a explicação feita por Michel Löwy no texto “Um Marx insólito”, que acompanha a publicação “Karl Marx – sobre o suicídio”: “Tendo em vista a natureza do artigo, poderia ele ser considerado parte integrante dos escritos de Marx? Além de havê-lo assinado, Marx imprimiu sua marca ao documento de várias maneiras: na introdução escrita por ele, na seleção dos excertos, nas modificações introduzidas pela tradução e nos comentários com que temperou o documento. Mas a principal razão pela qual essa peça pode ser considerada expressão das ideias de Marx é que ele não introduz qualquer distinção entre seus próprios comentários e os excertos de Peuchet, de modo que o conjunto do documento aparece como um escrito homogêneo, assinado por Karl Marx” (2006, p. 14).



filhos e defende o direito à preguiça para que haja novamente homens com energia, mulheres cantarolando e crianças saudáveis.

O trabalho que, em junho de 1848, os operários exigiam, armas nas mãos, foi por eles imposto a suas próprias famílias; entregaram, aos barões da indústria, suas mulheres e seus filhos. Com suas próprias mãos, demoliram seus lares; com suas próprias mãos, secaram o leite de suas mulheres; as infelizes, grávidas que amamentavam seus filhos, tiveram de ir para as minas e manufaturas curvar a espinha e esgotar os nervos; com suas próprias mãos, entregaram a vida e os vigor de seus filhos. Envergonhem-se os proletários! Onde estão essas comadres de que falavam nossos velhos contos e lendas, atrevidas, francas no linguajar, amantes da garrafa? Onde estão essas folgazãs, sempre saltitando, sempre cozinhando, sempre cantando, sempre semeando a vida ao gerar a alegria, parindo sem dor crianças sadias e vigorosas?... Hoje temos as mulheres e as jovens das fábricas, débeis flores de pálidas cores, de sangue sem brilho, estômago devastado, membros enfraquecidos!... Nunca conheceram o prazer robusto e nunca poderão contar, alegremente, como lhes quebraram os jarros! E as crianças? Doze horas de trabalho para as crianças. Que miséria! (LAFARGUE, 1980, p. 22-23)

O século XIX assistiu à expansão e ao fortalecimento do sistema capitalista de produção. O carvão, o ferro, o aço, o petróleo e, posteriormente, a eletricidade oportunizaram o desenvolvimento das máquinas e, com elas, um crescimento não visto até o momento. Nesse sistema, como já foi assinalado, o trabalho ocasiona deformações físicas e espirituais nos trabalhadores.

De acordo com Marx, durante o desenvolvimento do capitalismo, também se desenvolviam as lutas dos trabalhadores. Nesse contexto, Dejourns sugere que “a redução da jornada de trabalho” poderia ser a marca do século XIX, e essa marca poderia representar a “pré-história da saúde dos trabalhadores” (DEJOURS, 2009, p. 17).

Da mesma forma que Marx escreveu sobre as lutas “multisseculares” entre capitalistas e trabalhadores em relação à jornada de trabalho, Dejourns, referindo-se à realidade francesa, explica que era

preciso lutar anos para que uma lei fosse implementada e exemplifica: “quarenta anos para a jornada de dez horas (1879 – 1919); vinte e cinco anos para a jornada de oito horas (1894 –1919)” (DEJOURS, 2009, p. 17).

No final do século XIX, a chamada “revolução industrial”, em ritmos diferentes, tinha atingido todas as partes do mundo. Essa expansão e crescimento estavam marcados também pelo distanciamento cada vez maior entre as classes burguesa e trabalhadora, como mostra Jinkings (2005, p. 75-107):

As décadas de 1850 até a metade de 1870 foram de extraordinário crescimento econômico, de expansão e integração dos mercados mundiais e de fortalecimento da ordem social liberal burguesa, mas também de aumento das desigualdades entre classes e grupos sociais e entre países. Uma situação de precariedade, insegurança e pobreza marcava a vida cotidiana da imensa maioria dos trabalhadores, enquanto crescia dramaticamente a riqueza privada nas cidades e regiões industriais.

A tecnologia industrial se desenvolveu extraordinariamente, e a população das cidades onde se situavam as fábricas ampliou-se de forma considerável. Nesse ciclo, cresceram as vendas, o consumo e o lucro dos capitalistas. Seus interesses por mais mercados acirraram a concorrência intercapitalista, promovendo um movimento de concentração e de centralização de capital. Segundo Marx (2006, p. 110), “[...] o resultado necessário da concorrência é a acumulação do capital em poucas mãos e, conseqüentemente um terrível restabelecimento do monopólio”. Esse movimento colocaria o sistema capitalista em um novo período histórico de reorganização, conforme observa Jinkings (2005, p. 75-107):

O século XIX encerrava-se em meio a uma crise econômica prolongada que abalaria as convicções burguesas no modelo de crescimento da economia e desenvolvimento político da era inspirada na doutrina do *laissez-faire* e levaria a um processo de reorganização do capital e de seu sistema de dominação de classe. A chamada “grande depressão” de 1873-1896 abria caminho para um novo período na história do regime capitalista de produção que se tornou conhecido, a partir da

obra de Paul Baran e Paul Sweezy, como “capitalismo monopolista” ou, especialmente após os estudos de V. I. Lenin, como o “estágio imperialista do regime”.

Essa reorganização necessária do sistema capitalista de produção, que teve início no final do século XIX, veio acompanhada também de reações dos trabalhadores e da sua luta organizada por melhores condições de trabalho, principalmente pela redução de sua jornada. Se por um lado essa reação significou limitações às horas de trabalho, por outro lado promoveu como resposta dos empresários o aumento da intensificação do trabalho (SELIGMANN-SILVA, 1994, p. 92).

De acordo com Seligmann-Silva (1994, p. 93), “[...] para conferir à força de trabalho o seu máximo de desempenho, os compradores da mesma precisam desenvolver modos especiais de aplicação/utilização dessa força e, ao mesmo tempo, modos de controle que garantam sua maximização e evitem seu ‘desperdício’”. Além disso, para que o trabalhador pudesse produzir o máximo de lucro, “[...] uma divisão essencial foi implantada [que] executou o corte e amputou a concepção do trabalho da atividade do trabalhador” (SELIGMANN-SILVA, 1994, p. 93). Ainda sobre essa separação, e apoiando-se nos estudos de Braverman, a autora destaca que, na história, tal separação representou a “alienação progressiva em relação aos processos de produção”, que se tornam estranhos aos desejos e interesses dos trabalhadores que o executam (SELIGMANN-SILVA, 1994, p. 93).

Esse máximo de desempenho da força de trabalho com seu mínimo desperdício encontrou nos modos de produção pensados por Taylor e por Ford espaço não só para sua extrema exploração, como também, somado a outros fatores, representa um aumento da produtividade do trabalho sem precedentes, provocando novas formas de adoecer, como se verá a seguir.

## 1.2 OS MODOS DE PRODUÇÃO TAYLORISTA/FORDISTA JUNTOS PELA EXPANSÃO DO CAPITALISMO

A integração de capitais resultou no aparecimento de empresas de grande porte, e a expansão dos mercados mundiais gerou competição entre os países mais desenvolvidos do capitalismo. Estes, paralelamente ao fortalecimento das lutas dos trabalhadores, fizeram surgir o movimento conhecido como “gerência científica”, gestado por Taylor.

Esse movimento aprofundou a separação entre o pensar e o fazer, como mostra Jinkings (2005, p. 75-107):

O porte e complexidade das empresas que derivam dos movimentos de concentração econômica, a intensa pressão concorrencial nos anos de depressão e o fortalecimento das lutas dos trabalhadores contra a exploração capitalista do trabalho exigiam do capital a adoção de procedimentos “racionais” e “científicos” de organização e controle do trabalho para maximizar lucros e combater a resistência operária. É nesse cenário que surge o movimento denominado de “gerência científica” concebido por Frederick Taylor no final do século XIX, nos Estados Unidos, e amplamente difundido entre as potências européias na década de 1910, especialmente após a publicação dos Princípios de administração científica. Separando drasticamente a concepção do trabalho de sua execução, transferindo o controle do processo de trabalho do operário para os membros da administração das fábricas e dividindo esse processo em unidades fragmentadas e rigidamente cronometradas, o taylorismo permite um aumento sem precedentes da produtividade do trabalho e aprofunda sua subordinação ao capital.

O modelo de organização do trabalho e de produção taylorista<sup>3</sup> tem como pilares a máxima especialização das tarefas e a extrema racionalização do trabalho. Taylor (1995), observando o trabalho nas fábricas, percebeu uma enorme diferença de tempo e de produção de um trabalhador para outro; percebeu também que o conhecimento ou era transmitido de trabalhador para trabalhador ou por meio da observação; e que os patrões não tinham controle sobre o tempo necessário para o cumprimento de cada tarefa. Taylor buscava normas objetivas de execução com procedimentos sistemáticos e uniformes, tudo prescrito pela gerência. Com o estudo minucioso dos tempos necessários para realização das tarefas e dos movimentos utilizados para tal, conseguiu decompor o trabalho em parcelas cada vez mais elementares e simplificadas, em que cada tarefa é de responsabilidade de um posto de

---

<sup>3</sup> Modelo de administração criado por Frederick Taylor (1856 – 1915), engenheiro americano.

trabalho, para o qual seria contratado, de maneira criteriosa, o “homem certo”.

No entender de Braverman, Taylor, com seus estudos, conseguiu não só “assegurar o controle através da gerência” como “baratear o trabalhador” e aprofundar a separação entre concepção e execução. Os processos de trabalho são de responsabilidade das gerências, que devem comunicar os resultados aos trabalhadores por meio de “funções simplificadas, orientadas por instruções simplificadas”. Aos trabalhadores reserva-se o dever de “seguir sem pensar e sem compreender” as “ordens exatamente como especificadas nas fichas de instruções” (BRAVERMAN, 1987, p. 107-109).

Braverman, discutindo os principais efeitos da gerência científica sobre a classe trabalhadora, destaca que “a consequência inexorável da separação entre concepção e execução é que o processo de trabalho é agora dividido em lugares distintos e distintos grupos de trabalhadores”. Em um lugar, os processos de trabalho são pensados; em outro, executados. Nessa separação, a novidade está, no entanto, “no rigor com o qual são divididos” e sempre mais “subdivididos”. O objetivo é “concentrar” a concepção do trabalho em “grupos” cada vez menores dentro da gerência. O autor assinala que o trabalhador submetido a esses métodos se transformou em “algo menos que humano”, com função semelhante a de “parafusos e alavancas” (BRAVERMAN, 1987, p. 112-121).

A “Gerência Científica” de Taylor já se difundia entre as potências europeias quando Henry Ford, em suas fábricas nos Estados Unidos, “introduziu seu dia de oito horas e cinco dólares como recompensa para os trabalhadores da linha de montagem de carros” (HARVEY, 1993, p. 121). Aliando a racionalização de tecnologias ultrapassadas a uma detalhada divisão do trabalho e ao aprimoramento das esteiras rolantes, Ford consegue “dramáticos ganhos de produtividade” (HARVEY, 1993, p. 121).

Gramsci (1989, p. 375-381), no texto “Americanismo e fordismo”, destaca que o processo para criar o “novo tipo de trabalhador” necessário às indústrias “fordizadas” encontrou algumas contradições. Na Europa, houve dificuldades de introduzir aspectos do americanismo e do fordismo em função de que “existem classes numerosas sem uma função essencial no mundo da produção”. Além disso, a condição histórica de nos Estados Unidos não existirem tais “sedimentações parasitárias” possibilitou “racionalizar a produção e o trabalho, combinando habilmente a força com a persuasão” para “basear

toda a vida do país na produção”, oportunizando assim a criação de um “novo mundo”.

O autor destaca também que, para criar esse “novo mundo” seria preciso “[...] um novo tipo humano, adequado ao novo tipo de trabalho e de processo produtivo [...]” (GRAMSCI, 2001, p. 248). Esse novo homem precisava adaptar-se a determinadas condições de trabalho, vida, alimentação e costumes. Ou seja, ter o trabalho como razão da vida. Para esse “novo homem” seria necessária também “[...] rígida disciplina dos instintos sexuais, um reforçamento da ‘família’, regulamentação e estabilidade das relações sexuais” (GRAMSCI, 1989, p. 394-395), pois para o novo mundo do industrialismo, a repressão aos instintos propiciaria o homem por inteiro, que não desprenderia energia com relações extra-conjugais, bares, bebidas, somente com o trabalho.

Também seria preciso “desenvolver ao máximo no trabalhador as atitudes maquinais e automáticas”, impedindo a “participação ativa da inteligência, da fantasia, da iniciativa”. Tais formulações demonstram, segundo Gramsci (1989, p. 394-397), a finalidade da sociedade americana para com o trabalhador: reduzi-lo, nas palavras de Taylor, a um “gorila domesticado”.

Gramsci não se dedicou a escrever diretamente a respeito das consequências do modelo de produção fordismo/taylorismo sobre a saúde dos trabalhadores, porém traz uma contribuição significativa ao analisar que a “humanidade” e a “espiritualidade” desses trabalhadores são “esmagadas”, e que a continuidade e a manutenção de sua “eficiência física” é que preocupava os capitalistas.

Os trabalhadores, sendo submetidos a regras e comandos extremamente controlados, cumprindo tarefas padronizadas no menor tempo possível, impedidos de pensar, desprovidos de liberdade de movimento, são vitimizados em primeiro lugar no “corpo dócil e disciplinado” com “esgotamento físico”, como mostra Dejours (1992, p. 19):

Nova tecnologia de submissão, de disciplina do corpo, a organização científica do trabalho gera exigências fisiológicas até então desconhecidas, especialmente as exigências de tempo e ritmo de trabalho. As performances exigidas são absolutamente novas, e fazem com que o corpo apareça como principal ponto de impacto dos prejuízos do trabalho. O esgotamento físico não concerne somente aos trabalhadores braçais, mas ao conjunto dos operários da produção em massa.

Friedmann, no livro “O trabalho em migalhas”, apoiando-se nos estudos de Drucker, também destaca preocupações em relação à saúde dos trabalhadores submetidos à produção em série, do que as fábricas Ford representam bom exemplo. Segundo Friedmann (1972, p. 65),

A atomização do trabalho, reduzido a um único movimento, aumenta a fadiga, conduz a danos fisiológicos e nervosos (tiques, dores de cabeça, surdez, neurites). [...] o operário fica sujeito a seguir a cadência do operador mais lento da cadeia, sem poder trabalhar segundo seu ritmo pessoal, do que resultam, ainda aqui, fadiga, irritabilidade, explosões e nervosismo.

Seligmann-Silva (1994, p. 108), referindo-se às pesquisas de Friedmann, que estudou “[...] as repercussões psicossociais e psicossomáticas do trabalho fragmentado e os fenômenos implicados na instalação da alienação”, destaca que, para o autor, “[...] a alienação representa uma forma de defesa contra a angústia e a depressão provocadas pelo parcelamento das atividades”.

A implementação do modelo de produção taylorista com sua “organização científica do trabalho” e suas consequências sobre a vida dos trabalhadores fez com que alguns autores percebessem tal modelo como uma forma privilegiada de ilustrar a natureza do processo de trabalho capitalista. Para Robert Linhart (1983, p. 83), a organização científica do trabalho de Taylor é a que melhor “encarna” o processo de trabalho capitalista; e para Harry Braverman, é a “explícita verbalização” do processo.

O processo de desenvolvimento do modelo de produção taylorista/fordista acontece paralelamente a outro processo, o de disputas por territórios entre as potências capitalistas. Entre os países europeus, era grande a insatisfação com a divisão da África e da Ásia; também era grande o conflito por novos mercados e territórios que pudessem gerar matérias-primas. Essas questões representam os principais motivos que levaram à Primeira Guerra Mundial. Lênin (1987, p. 10) lembra que “[...] a guerra de 1914 – 1918 foi, de ambos os lados, uma guerra imperialista (isto é, uma guerra de conquista, de pilhagem, de pirataria), uma guerra pela partilha do mundo, pela distribuição e redistribuição das colônias, das ‘zonas de influência’ do capitalismo financeiro, etc.”.

A guerra de 1914 – 1918 gerou demandas de produção e fez com que se desenvolvessem simultaneamente a indústria e a luta pela redução da jornada de trabalho. Os milhares de mortos pela guerra fizeram alterar o chamado “reservatório de mão de obra”. As questões anteriores, somadas à necessidade de reconstrução do que foi destruído pela guerra permitiu, segundo Dejours, “uma reviravolta na relação homem-trabalho” (DEJOURS, 1992, p. 18).

Nesse contexto, ampliavam-se também as lutas dos trabalhadores contra a “adoção do sistema Taylor e da cronometragem”, e aconteciam greves em países importantes, como a França e Estados Unidos, decorrentes da “resistência dos sindicatos” (LINHART, 1983, p. 84).

Segundo Harvey (1993), no pós-guerra, o fordismo aliou-se ao keynesianismo e, juntos, foram base da expansão mundial do capitalismo. Nesse período, as taxas de crescimento econômico se mantiveram relativamente estáveis; quando os padrões de vida se elevaram, as tendências de crise foram contidas, e as possibilidades de guerras entre países capitalistas se tornaram remotas. Essa aparente tranquilidade só foi abalada pela recessão de 1973, que revelou contradições e mostrou que tais políticas atingiam desigualmente a população trabalhadora. Soma-se a isso o fato de que os sindicatos, a exemplo do que aconteceu nos EUA, ganharam espaços políticos e de organização de classe nas negociações coletivas junto às indústrias de produção em massa. Em troca de uma relação de cooperação com os capitalistas pelo aumento da produtividade, os sindicatos mantiveram certo controle sobre as especificações das tarefas, adquiriram e mantiveram direitos como salário mínimo, seguridade, entre outros, tudo mediado pelo Estado, que cumpria especial papel de “regulamentação social” (HARVEY, 1993, p. 121-134). O fordismo-keynesianismo, ao conseguir melhorias para os trabalhadores, buscava neutralizar os conflitos de classe.

No contexto das resistências dos trabalhadores aos modelos de produção, surgem reivindicações específicas de proteção à saúde, às quais já podiam ser observadas desde o século XIX como parte das reivindicações dos trabalhadores. Nas primeiras décadas do século XX, mesmo em meio às guerras, tais reivindicações se ampliaram e inclusive foram favorecidas em função de que seria necessário proteger uma “mão de obra gravemente desfalcada pelas necessidades do front” (DEJOURS, 1992, p. 20).

Ainda para Dejours, durante todo o período que coincide com a Primeira Guerra Mundial e após seu desenrolar, o movimento operário tenta obter “melhorias da relação saúde-trabalho”. O autor assinala que,



dentre as ações por melhores condições de vida e trabalho, destacam-se as ligadas à saúde. Diante de palavras de ordem como: “prevenção de acidentes, a luta contra as doenças, ao direito aos cuidados médicos”, observa-se que nesse período a “história da saúde dos trabalhadores” está ligada “à saúde do corpo”. Para Dejours, essa formulação é importante, no entanto “limitada”, pois não se pode exigir que “os mecanismos invisíveis da exploração, para serem evidenciados” sejam “visíveis no corpo” (DEJOURS, 1992, p. 18-21).

O modo de produção taylorista/fordista foi, segundo Ricardo Antunes (1999), a forma “mais avançada da racionalização capitalista do processo de trabalho” (ANTUNES, 1999, p. 38) de quase todo século XX. No final da década de 1960, e principalmente diante da grande crise de 1973, o modelo “começou a dar sinais de esgotamento” (ANTUNES, 1999, p. 38) devido, principalmente, ao “estancamento econômico e à intensificação das lutas de classe” (ANTUNES, 1999, p. 42), exigindo novas formas de superação.

### 1.3 O NEOLIBERALISMO E A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA: O CAPITALISMO BUSCANDO RESPOSTAS PARA SUPERAR SUAS CRISES

Antunes entende que, com “[...] a derrota da luta operária pelo controle social da produção, estavam dadas então as bases sociais e ideo-políticas para a retomada do processo de reestruturação do capital, num patamar distinto daquele efetivado pelo taylorismo e pelo fordismo” (ANTUNES, 1999, p. 45).

Desencadeiam-se transformações nas estratégias de dominação do capital, que se apoiam em “[...] formas de acumulação flexível, do downsizing, das formas de gestão organizacional, do avanço tecnológico, dos modelos alternativos ao binômio taylorismo/fordismo” (ANTUNES, 1999, p. 47). Essas transformações tornaram possível a existência de um trabalhador mais “[...] qualificado, participativo multifuncional, polivalente, dotado de ‘maior realização no espaço do trabalho’” (ANTUNES, 1999, p. 48). O autor, contudo, chama a atenção para o fato de que “[...] as mutações em curso são expressão da reorganização do capital com vistas à retomada do seu patamar de acumulação e ao seu projeto global de dominação” (ANTUNES, 1999, p. 50). Para ele, o “[...] padrão de acumulação flexível” se fundamenta

[...] num padrão produtivo organizacional e tecnologicamente avançado, resultado da

introdução de técnicas de gestão da força de trabalho próprias da fase informacional, bem como da introdução ampliada dos computadores no processo produtivo e de serviços. Desenvolve-se em uma estrutura produtiva mais flexível, recorrendo frequentemente à desconcentração produtiva, às empresas terceirizadas etc. Utiliza-se de novas técnicas de gestão da força de trabalho, do trabalho em equipe, das “células de produção”, dos “times de trabalho”, dos grupos “semi-autônomos”, além de requerer, ao menos no plano discursivo, o “envolvimento participativo” dos trabalhadores, em verdade uma participação manipuladora e que preserva, na essência, as condições do trabalho alienado e estranhado. (ANTUNES, 1999, p. 52)

Se no modelo anterior a “pujança de uma empresa” era medida pelo número de trabalhadores, na era da “acumulação flexível e da empresa enxuta” o destaque é para quem tem poucos trabalhadores e muita produção. As consequências dessa nova forma de produção são desastrosas aos trabalhadores, tanto no seu trabalho como fora dele, e principalmente à sua saúde. As principais, segundo Antunes, são: desregulamentação dos direitos trabalhistas, maior divisão no interior da classe, precarização e terceirização e a destruição dos sindicatos (ANTUNES, 1999, p. 53).

Para Harvey, a “acumulação flexível parece implicar níveis relativamente altos de desemprego ‘estrutural’, rápida destruição e reconstrução de habilidades, ganhos modestos (quando há) de salários reais e o retrocesso do poder sindical” (HARVEY, 1993, p. 141). Para a classe trabalhadora, representa diretamente degradação das condições de trabalho, ataque aos direitos duramente conquistados e, principalmente, prejuízo à vida e à saúde dos trabalhadores. O que se percebe é um movimento do capital “de reduzir o número de trabalhadores”, tendo maiores possibilidades de contratar e demitir sempre que necessário (HARVEY, 1993, p. 144).

Das alternativas pensadas pelos ideólogos do capital para se contrapor ao modelo taylorista/fordista, o “toyotismo”<sup>4</sup> foi a que obteve

---

<sup>4</sup> De acordo com Wood Jr. (1992), nos anos 1950 o engenheiro japonês Eiji Toyoda foi aos Estados Unidos conhecer as indústrias automobilísticas baseadas no modelo de produção fordista, em que se produz primeiro para vender depois. As grandes fábricas, os grandes espaços para estocagem e o alto número de trabalhadores lhe chamaram atenção. Escrevendo à

maior repercussão”. Suas principais características são: produção vinculada à demanda; trabalho em equipe; processo produtivo flexível; o princípio do *Just in time* (melhor aproveitamento do tempo de produção); sistema de *kanban*, placas e senhas para reposição; estrutura horizontalizada; Círculos de Controle de Qualidade; emprego vitalício (para cerca de 30% dos trabalhadores) além de aumentos salariais vinculados a aumentos de produtividade (ANTUNES, 1999, p. 54-55).

Esse novo modelo aposta na individualização das relações capital/trabalho e gera como consequência a redução do poder dos sindicatos. A palavra de ordem de então é flexibilidade. A automação rígida do modelo taylorista/fordista é substituída pela flexível, que permite alterações rápidas de qualidade e quantidade, dependendo da demanda, com um simples apertar de botão.

Essa nova concepção de empresa, que “horizontaliza” a produção por meio das terceirizações, exige um trabalhador mais flexível, polivalente, qualificado, com condições de realizar várias tarefas diferentes ao mesmo tempo. Nessas empresas, a racionalização do trabalho é fundamental: o número de trabalhadores deve ser cada vez menor e, a produção cada vez maior. Tudo isso se soma a um necessário alto índice de desemprego – exército de reserva<sup>5</sup> – que exerce pressão sobre os que estão empregados. Nesse modelo, em que a palavra central é flexibilidade, os contratos de trabalho são livres, sem restrições. Há flexibilidade de jornada de trabalho, de salários e de direitos sobre o que representa sérios danos à vida e à saúde dos trabalhadores.

### 1.3.1 Alguns estudos específicos sobre o trabalhador brasileiro

Observando com mais atenção a situação específica do Brasil no contexto de crescimento e desenvolvimento do capitalismo, percebe-se que, em ritmos bem diferentes dos principais países capitalistas, a industrialização, as máquinas e os modelos de produção se desenvolveram e com isso também produziram consequências na vida e saúde dos trabalhadores.

---

sede relatou que o modelo que conhecera precisava ser modificado, tornando-se mais flexível e de forma a exigir menos espaços. Toyoda e seu especialista em produção, Taichi Ohno, desenvolveram um modelo de produção em que a circulação de mercadorias fosse rápida. E assim surgiu o que se passou a chamar de toyotismo (ou Ohnismo, devido aos nomes Toyoda e Ohno).

<sup>5</sup> Com a nova morfologia da classe trabalhadora, discute-se hoje se ainda é válida ou não a noção de exército industrial de reserva. Antunes (entrevista 2011) entende que sim: “O que era um exército industrial menor, hoje é um exército monumental de reserva”.

Bravo destaca que as principais alterações ocorridas a partir da década de 1930 do Brasil foram “[...] o processo de industrialização, a redefinição do papel do Estado, o surgimento das políticas sociais além de outras respostas às reivindicações dos trabalhadores” (BRAVO, 2001, p. 3).

O historiador Dean, em seu livro “A industrialização de São Paulo”, sugere que, no período de 1920 a 1945, a relação entre empresários e trabalhadores, como em outros países, não era tranquila. O autor mostra que também no Brasil as jornadas de trabalho eram “extenuantes” e as condições de trabalho nas fábricas “eram duríssimas”. Ainda sobre o trabalho nas fábricas, assinala que

[...] muitas estruturas que abrigavam as máquinas não haviam sido originalmente destinadas a essa finalidade; além de mal iluminadas e mal ventiladas, não dispunham de instalações sanitárias. Os acidentes se amudavam porque os trabalhadores cansados, que trabalhavam às vezes, além do horário sem aumento de salário ou trabalhavam aos domingos, eram multados por indolência ou pelos erros cometidos, se fossem adultos, ou surrados, se fossem crianças. (DEAN, 1991, p. 164)

Após a Segunda Guerra Mundial, o país atinge elevado crescimento urbano, ao mesmo tempo em que as indústrias geravam altos índices de emprego formal (MATTOSO, 1999, p. 9). De acordo com Mattoso, nos anos de 1980, esse crescimento sofreu alterações, mas o desemprego e a precarização mantiveram-se baixos. No entanto, nos anos de 1990, ocorre uma profunda alteração, e o desemprego e a precarização das relações de trabalho crescem como nunca na história do país.

Mattoso ainda destaca que as condições de trabalho tornaram-se cada vez mais “informais, precárias, com trabalhos e salários descontínuos, de curta duração e sem contribuição para a Previdência” (MATTOSO, 1999, p. 15-16) colaborando para a compreensão de que a saúde dos trabalhadores estava sendo duramente atacada.

Tumolo (2002, p. 64), ao escrever “Da contestação à conformação: a formação sindical da CUT e a reestruturação capitalista”, amparado por uma ampla pesquisa bibliográfica, caracteriza e avalia o processo de reestruturação produtiva no Brasil e afirma que, na aplicação dos “vários aspectos dos processos de trabalho”, sejam eles

“introdução de novas tecnologias, organização e gestão do trabalho” etc., não é possível encontrar um “padrão único”. Assinala que “a marca distintiva” do modelo de produção no Brasil é a “heterogeneidade generalizada” (TUMOLO, 2002, p. 64). No entanto, entre as pesquisas que tinham como objeto de investigação as “relações de trabalho” e as “relações com as organizações sindicais”, percebe-se, “ao contrário, uma congruência”: seus resultados apontam para a intensificação do ritmo de trabalho, a redução dos postos de trabalho e, “ao mesmo tempo, um empenho das empresas no sentido de afastar e neutralizar a ação sindical” (TUMOLO, 2002, p. 64).

O autor destaca que as relações entre capital e trabalho estavam mediadas pela ampliação do “ritmo de trabalho” e pelo ataque aos empregos e aos sindicatos, o que leva à compreensão de que a reestruturação produtiva no Brasil gerou consequências para a saúde dos trabalhadores.

A intensificação do ritmo de trabalho associada a problemas de saúde também aparece na pesquisa realizada por Monteiro e Gomes (1998) em uma empresa metalúrgica de São Paulo, que vinha desenvolvendo um duro processo de reestruturação produtiva. Ao ouvirem os trabalhadores, os autores concluem que:

As características da organização do trabalho praticada na empresa geram efeitos deletérios sobre as pessoas por causa da intensificação do ritmo de trabalho, afetando a vida familiar e interferindo na saúde, gerando queixas de dificuldade para dormir, nervosismo, sonhos com o trabalho, dores de cabeça, etc. (MONTEIRO; GOMES, 1998, p. 352)

Gil (2000), em dissertação de mestrado, pesquisou a reestruturação produtiva como consequência à saúde e à segurança dos trabalhadores petroleiros de Cubatão, São José dos Campos e Paulínia, tendo como período de estudo os anos de 1989 a 1999. A autora entende a reestruturação produtiva como “[...] a forma atual de manter a acumulação do capital, renovando as modalidades de exploração do trabalho” (GIL, 2000, p. 10). Após confrontar o objetivo da pesquisa, o referencial teórico e as respostas dos trabalhadores entrevistados, concluiu que “[...] está havendo um agravamento dos riscos nesta indústria” (GIL, 2000, p. 135) e que “[...] se reconhecem mais consequências nocivas à saúde, como os impactos à saúde mental,

originadas pelo maior desgaste intelectual e pelo aumento da responsabilidade” (GIL, 2000, p. 136).

Borsoi (2011), discutindo as novas formas de exploração do trabalho, destaca que as consequências se apresentam em novas formas de sofrer. Para a autora, em “[...] tempos de flexibilização, o preço que os trabalhadores estão pagando por manter a proteção de seus contratos tem sido imenso: salários achatados, direitos sociais reduzidos, ameaça de perda de emprego, jornadas extensas e cobranças excessivas por metas de produtividade” (BORSOI, 2011, p. 124). Essa situação de ataque aos trabalhadores, tanto os empregados quanto os desempregados, intensifica o processo de adoecimento. Para os desempregados, há a angústia, o sofrimento e a apreensão na busca do emprego. Sobre os que permanecem empregados, a autora destaca:

As consequências têm sido a sobrecarga física e psíquica, que se expressa em modos de sofrimento como depressão, transtorno psicossomático, transtorno de ansiedade e LER/DORT (Lesões por esforço repetitivos/distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho) – problemas que se tornaram uma espécie de “bola da vez” nas últimas décadas. Completam a cena determinados acidentes típicos e doenças ocupacionais, problemas antigos que continuam frequentes, motivados por condições inadequadas de trabalho (BORSOI, 2011, p. 125)

A reestruturação produtiva, que é acompanhada de precarização, flexibilização, corte de direitos, ritmo intenso e redução de postos de trabalho, quando somada às várias “inovações tecnológicas”, tem “[...] ampliado e agravado o quadro de doenças e riscos de acidentes”, como assinalam Abramides e Cabral (2003, p. 8), que destacam efeitos como “[...] estafas, fadigas, ansiedades e insegurança permanente, dores lombares e generalizadas, distúrbio emocionais, dentre outros” (ABRAMIDES; CABRAL, 2003, p. 9).

Penteado, Gonçalves, Costa e Marques realizaram outro trabalho relevante acerca das relações existentes entre saúde e trabalho. Sua pesquisa sistematizou entrevistas feitas com 400 caminhoneiros do interior de São Paulo e concluiu que “[...] diversos aspectos das condições de trabalho, hábitos e comportamentos de motoristas de caminhão exercem impactos negativos sobre a saúde, com prejuízos para a comunicação e a qualidade de vida” (PENTEADO et al., 2008, p.

35). Dessa forma os autores resgataram uma preocupação já mencionada por Engels e Marx há mais de 150 anos: que trabalhadores com jornadas longas de trabalho não podem gozar de boa saúde. E destacam:

[...] a jornada de trabalho diária dos motoristas é longa, maior que 8 horas e comprometem o tempo de sono e o descanso, com implicações negativas na saúde física e mental, podendo gerar problemas musculares e posturais com sintomas como tensão, fadiga, câimbras e dores; o sono insuficiente e o cansaço podem predispor ao estresse emocional e à depressão e a sentimentos negativos, como a angústia e a ansiedade, os quais podem ter relação com distúrbios alimentares, repercutindo em obesidade e em problemas digestivos. Estudos anteriores (Silviero e col., 2005) identificaram problemas como falta de tempo para a alimentação como uma das causas de distúrbios gastrintestinais e sintomas e doenças relacionadas ao sistema músculo-esquelético como a principal causa de morbidade em motoristas. (PENTEADO et al. 2008, p. 40)

Por outro lado, Flach, Grisci, Silva e Manfredini, após analisar as matérias vinculadas pela revista de negócios *Você S/A* a respeito do sofrimento psíquico no trabalho, apresentaram interpretação diferente das pesquisas apresentadas até então. O objetivo de sua análise não foi discutir o problema do adoecimento em relação ao trabalho, contudo os autores consideram que o sofrimento “[...] pode assumir uma trajetória patológica” (FLACH et al. 2009, p. 8).

Os pesquisadores apresentam a Revista *Você S/A* como uma publicação destinada a “[...] profissionais brasileiros interessados em aumentar sua competitividade no mercado de trabalho”, que ajuda “[...] os executivos brasileiros a cuidar da sua empregabilidade” (FLACH et al., 2009, p. 4), ou seja, uma revista voltada para empresários e executivos do mundo do capital. Após análise de 16 reportagens publicadas entre julho de 2005 e junho de 2006, os autores verificaram que estas “[...] tendem a apresentar a questão do sofrimento no trabalho como algo inerente ao ser humano, sendo de sua total responsabilidade a preservação da saúde mental” (FLACH et al., 2009, p. 8). Além disso, observam que

[...] a Revista Você S/A reconhece a existência de situações que geram prazer e sofrimento no trabalho, destacando-os como parte integrante do trabalho. Não aponta como sendo papel dos profissionais de cargos de chefia, gerentes de Recursos Humanos, entre outros, intervir nas situações de sofrimento. No entanto, tende a colocar o sujeito como o causador do seu próprio sofrimento e procura abordagens prescritivas para potencializar as vivências de prazer na organização e diminuir questões relativas ao sofrimento (FLACH et al., 2009, p. 8).

As abordagens prescritivas têm nitidamente o objetivo de amenizar possíveis conflitos e culpabilizar o próprio trabalhador por seu sofrimento e possível adoecimento, eximindo a empresa de qualquer responsabilidade.

Diante dos trabalhos estudados percebe-se que o mundo do trabalho tem sofrido penalizações com várias formas de “[...] padecimento, adoecimento e sofrimento” que não escolhe sexo, idade e tipo de trabalho. Para Antunes (2008, p. 1), “[...] estas formas emergem da era do capitalismo liofilizado<sup>6</sup> e flexibilizado que aflorou com a monumental reestruturação produtiva do capital”. O artigo de Kuenzer (2004) mostra que essa reestruturação faz com que “[...] enfermeiros, professores e montadores de automóveis se encontrem no sofrimento do trabalho”.

Assim, uma das consequências da reestruturação capitalista é o desenvolvimento de antigas e novas formas de sofrimento e adoecimento do trabalho. Os estudos e pesquisas já realizados revelam estratégias capitalistas de aumento da produtividade do trabalho e de ataque às lutas coletivas dos trabalhadores culpabilizando-os por seus problemas de saúde. Ao mesmo tempo em que aumentam as exigências relativas ao cumprimento de metas nos ambientes laborais, cobra-se dos trabalhadores ações individualizadas que os mantenham saudáveis e produtivos.

---

<sup>6</sup> Liofilização é um processo físico/químico em que, por meio da redução da temperatura, seca-se tudo o que é vivo. Alguns autores (Castillo, 1996; Antunes, 2003, 2005), apoiando-se nesse pensamento, explicam a “liofilização organizacional” como sendo um processo de “enxugamento” das empresas, e “capitalismo liofilizado” como sendo o sistema que “enxugou” o número de trabalhadores por meio da modernização tecnológica, das terceirizações e da reestruturação produtiva.



## 1.4 NEOLIBERALISMO, UMA RESPOSTA POLÍTICO-SOCIAL À CRISE

Se a acumulação flexível apoiada no toyotismo foi a resposta à atual crise do capital para a esfera da produção e do trabalho, no âmbito político-social a resposta foi o neoliberalismo. Assim, “[...] o modelo de regulação social-democrático, que deu sustentação ao chamado estado de bem-estar social em vários países centrais, vem também sendo solapado pela (des)regulação neoliberal, privatizante e anti-social (ANTUNES, 2001-2002, p. 230-231).

Para Harvey, o neoliberalismo

[...] propõe que o bem estar humano pode ser melhor promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos a propriedade privada, livres mercados e livre comércio. (HARVEY, 2008, p. 12)

Ainda de acordo com Harvey, o papel do Estado neoliberal é garantir, a qualquer preço, o funcionamento do mercado. Esse preço é pago pela classe trabalhadora, mas não sem resistência, como revelam as manifestações e greves por melhores salários e condições de vida, assim como as lutas sociais contra a precarização social e do trabalho nas cidades e no campo. O autor assinala que, sob o neoliberalismo o Estado tem de garantir “a qualidade e a integridade do dinheiro”, além de organizar as estruturas “militares, de defesa, da polícia e legais requeridas para garantir direitos de propriedade individuais e para assegurar, se necessário pela força, o funcionamento apropriado dos mercados” (HARVEY, 2008, p. 12).

Harvey enfatiza que a primeira experiência com o neoliberalismo aconteceu no Chile após o golpe de Pinochet. Com economistas treinados nos Estados Unidos e apoio do FMI, organiza-se a economia de acordo com suas regras, privatizam-se empresas nacionalizadas e a seguridade social, liberam-se recursos naturais à exploração privada, deixa-se o comércio mais livre e facilita-se a circulação de investimentos estrangeiros (HARVEY, 2008, p. 18).

Com o argumento de que os sindicatos e seus trabalhadores, cobrando do Estado mais gastos sociais, prejudicavam o crescimento capitalista, as ideias neoliberais se fortaleceram. As medidas centrais,

que passam por acabar com o poder dos sindicatos, reduzir os gastos com o bem-estar social e limitar as intervenções estatais na economia foram além da década de 1970. Com as eleições de Thatcher na Inglaterra e Reagan nos Estados Unidos, estabeleceram-se governos comprometidos com os ditames neoliberais, e o modelo foi criando raízes.

Ricardo Antunes, quando se reporta ao desenvolvimento do neoliberalismo na Inglaterra com as eleições de Thatcher em 1979, destaca os principais passos que foram sendo dados para atender a agenda neoliberal: a privatização de praticamente tudo o que havia sob controle estatal; a redução e até extinção do capital produtivo estatal; o desenvolvimento de uma legislação fortemente desregulamentadora das condições de trabalho e flexibilizadora dos direitos sociais; a aprovação de um conjunto de atos fortemente coibidores da atuação sindical (ANTUNES, 1999, p. 66).

Com poucas exceções, a década de 1980 viu o neoliberalismo crescer e se fortalecer em quase todos os países capitalistas. Alguns se mostraram mais, outros menos cautelosos na aplicação do modelo; no entanto todos se mantiveram distantes das políticas aplicadas anteriormente.

Harvey destaca que o mundo capitalista vivenciou diferentes experiências neoliberais, que só “convergiriam como uma nova ortodoxia com a articulação, nos anos 1990, do que veio a ser conhecido como o ‘Consenso de Washington’” (HARVEY, 2008, p. 23).

A política do modelo neoliberal pautada na redução da inflação, no ataque aos sindicatos, na precarização do trabalho, na queda de salários e no aumento dos índices de desemprego restabeleceu as condições de “acumulação do capital e de restauração do poder das elites econômicas” (HARVEY, 2008, p. 27). No entanto, não foi muito eficaz em relação ao desafio principal: fazer o capitalismo voltar a ter índices de crescimento iguais aos das chamadas “décadas de ouro”, entre o final da Segunda Guerra Mundial e meados dos anos 1970.

O que se percebe da década de 1990 é que, mesmo nos países em que os governos não eram neoliberais, concretamente, suas políticas não divergem muito. Ou seja, as transformações socioeconômicas promovidas pelo neoliberalismo interferirão e ditarão as principais regras por um bom tempo. Tais regras, conforme Paulani (2006, p. 71), apoiam-se em:

[...] limitar o tamanho do Estado ao mínimo necessário para garantir as regras do jogo

capitalista, evitando regulações desnecessárias; segurar com mão de ferro os gastos do Estado, aumentando seu controle e impedindo problemas inflacionários; privatizar todas as empresas estatais porventura existentes, impedindo o Estado de desempenhar o papel de produtor, por mais que se considerasse essencial e/ou estratégico um determinado setor; e abrir completamente a economia, produzindo a concorrência necessária para que os produtores internos ganhassem em eficiência e competitividade.

Hoje, como explica Harvey (2008, p. 13), o modelo tornou-se “hegemônico”: afeta o modo de ser e de pensar das pessoas; afeta a forma de “interpretarem, viverem e compreenderem o mundo”.

No Brasil, o projeto neoliberal tornou-se uma política pública de Estado basicamente depois das eleições presidenciais de 1989, quando Fernando Collor de Mello foi eleito. Paulani (2006, p. 90) destaca que “[...] desde a eleição de Collor, passou a ser voz corrente a inescapável necessidade de reduzir o tamanho do Estado, privatizar empresas estatais, controlar gastos públicos, abrir a economia”. De 1995 a 2002 ocorreram os mandatos de Fernando Henrique Cardoso, em um governo que criou vários benefícios aos credores do Estado brasileiro, como por exemplo a isenção do Imposto de Renda. Além disso, a política neoliberal foi a justificativa utilizada para manter a estabilidade monetária conquistada com o Plano Real (PAULANI, 2006, p. 90-92). Dessa forma, empenhado em ampliar e aprofundar a política neoliberal no país, o então presidente Fernando Henrique Cardoso privatizou diversas empresas estatais, como a Companhia Vale do Rio Doce, a Telebrás, a Eletropaulo, etc., iniciou a privatização da previdência e criou a Lei de Responsabilidade Fiscal.

No entender de Boito Junior (1999, p. 86), o governo de Fernando Henrique Cardoso foi responsável, na segunda metade da década de 1990, por recuperar, em parte, o atraso na implementação da política neoliberal: “[...] esse governo não só deu novo e forte impulso às políticas de abertura comercial, de desindustrialização, de desregulamentação e de privatizações, como também vem reduzindo, um ano após o outro, os gastos sociais”.

O autor analisa de que forma o governo Fernando Henrique Cardoso impulsionou as políticas neoliberais no Brasil e como estas atingiram diretamente os trabalhadores da iniciativa privada, do setor público e a população, que paga impostos e depende dos serviços

públicos. Segundo Boito Junior, “a política de juros altos”, a “redução das tarifas aduaneiras” e a “sobrevalorização cambial”, somados à “redução dos gastos públicos em serviços urbanos e sociais e em obras de infraestrutura” foram as principais causas do aumento do desemprego. Além disso, as privatizações provocaram a redução dos postos de trabalho e estancaram a criação de novos postos no setor público. Os trabalhadores que permaneceram empregados sofreram, como consequência do neoliberalismo, a “desregulamentação” e a “degradação” das relações de trabalho, que ocasionaram perdas de direitos, ampliação indireta da jornada de trabalho, com o aumento das horas extras, e diminuição do poder de compra dos salários (com a desindexação). Esses trabalhadores também foram testemunhas do aumento da “exploração do trabalho de crianças e adolescentes” e da “utilização de formas de trabalho compulsório de tipo pré-capitalista – além do trabalho escravo, [...] o antigo sistema de barracão<sup>7</sup>” (BOITO JUNIOR, 1990, p. 86-99).

Outro aspecto levantado por Boito Junior diz respeito à concentração de renda e à redução dos gastos sociais: “os governos neoliberais conseguiram jogar a renda dos mais pobres ainda mais para baixo. [...] [As] médias por década evidenciam que o neoliberalismo agravou a concentração da renda herdada da ditadura militar e da Nova República” (BOITO JUNIOR, 1990, p. 100-101). Em relação aos gastos sociais entre 1990 e 1996, salvo quando saltos com algumas despesas indicam mudanças na forma de apresentar a contabilidade da União, os dados “indicam uma redução nos gastos sociais do Estado Brasileiro e a exiguidade desses gastos mesmo para o padrão latino-americano” (BOITO JUNIOR, 1990, p. 102).

Uma terceira consequência importante destacada por Boito Junior é a privatização e descentralização na política social. Foi na saúde pública que o processo de descentralização mais avançou, mas também foi possível verificar o mesmo na educação, na habitação e na assistência social. O governo federal traçou responsabilidades com as quais municípios e estados não tinham condições de arcar (BOITO JUNIOR, 1990, p. 106-110).

A descentralização na educação teve início com o governo de Fernando Henrique Cardoso e hoje já se encontra bem mais avançada, conforme se detalhará a seguir. Ela “vem sendo estimulada por agências

---

<sup>7</sup> Ou sistema de cantina, quando os trabalhadores eram pagos com vales, cadernetas, etc., que só podiam ser usados ou trocados em um “barracão” ou “cantina” de propriedade do próprio patrão.

internacionais, como a Unesco e a Unicef, que propõem, ainda, a concentração dos recursos públicos no ensino básico e a realização de parcerias com associações civis e empresas” (BOITO JUNIOR, 1990, p. 108). Como a maior parte do ensino primário e secundário é de responsabilidade dos Estados, descentralizar então significa “municipalizar”, ao que muitas prefeituras resistem por falta de recursos.

Outra consequência importante a ser destacada é a Lei de Responsabilidade Fiscal, aprovada em maio de 2000. Ela permite que, em detrimento das políticas públicas (saúde, educação, transporte, salários, etc.), os credores financeiros sejam pagos em primeiro lugar, com sanções aos que não controlarem e reduzirem gastos com a área social (PAULANI, 2006, p. 92). Essa lei fez parte das “mudanças institucionais necessárias para colocar o Brasil como emergente mercado financeiro” (PAULANI, 2006, p. 92).

Ao se conhecer essa lei compreende-se melhor os problemas pelos quais passam as escolas públicas e, em consequência, seus trabalhadores: em nome da suposta “responsabilidade fiscal”, governantes de Estados e municípios se dizem engessados para aumentar investimentos na educação pública. Apoiados na lei, argumentam limites que impedem ou reduzem concursos públicos, melhorias nas condições de trabalho, ampliação e construção de escolas, implementação de Planos de Carreira, melhorias nos direitos trabalhistas, além de representarem cortes. Esse conjunto de fatores interfere negativamente no trabalho e propicia, por consequência, o processo de adoecimento dos servidores públicos, que se discute no capítulo três deste trabalho.

Mas o setor financeiro privado, nacional e internacional queria o aprofundamento das políticas neoliberais e a previdência pública passa a ser um obstáculo para que o país se “integrasse à mundialização financeira” (PAULANI, 2006, p. 90). Conforme Paulani (PAULANI, 2006, p. 90), “[...] nosso sistema previdenciário era marcado pelo regime de repartição simples, caracterizado pela solidariedade intergeracional e pela posição do Estado como seu principal ator”. A autora destaca que solidariedade intergeracional significa que “quem trabalha gera renda para quem não trabalha” ((PAULANI, 2006, p. 92), ou seja: quem ainda está trabalhando gera renda para quem já trabalhou e já se aposentou.

No entender de Paulani, Fernando Henrique Cardoso, durante seu mandato presidencial, não conseguiu privatizar toda a previdência. “Sua reforma ficou restrita aos trabalhadores da iniciativa privada” ((PAULANI, 2006, p. 93). Luiz Inácio Lula da Silva (2003 – 2010),

contudo, apesar de eleito como candidato do Partido dos Trabalhadores, realizou as reformas da previdência do setor público, fazendo aumentar o tempo de contribuição ao vincular idade e tempo serviço. Passou a prever tetos e a pressionar os governadores e prefeitos a criarem os fundos de pensão para, com isso, lançar milhões de reais no mercado financeiro. Com a aprovação da reforma da previdência o mercado financeiro alimenta-se, entre outros aspectos, pela contribuição de servidores públicos municipais e estaduais, um dinheiro que entra sem qualquer resistência, uma vez que o desconto é feito na própria fonte, diretamente no contra-cheque.

A reforma da previdência vinculou idade e tempo de serviço, o que, na prática, faz com que a ampla maioria dos servidores públicos tenha que trabalhar mais para poder se aposentar. Diante disso, determinadas condições de trabalho podem interferir no processo de adoecimento dos trabalhadores, como se discutirá com mais propriedade no capítulo três deste trabalho.

É possível compreender de que forma o governo continua implementando políticas neoliberais – que beneficiam credores nacionais e internacionais em detrimento de políticas públicas que podem melhorar, por exemplo, as condições de trabalho dos servidores públicos no país – quando se analisam os dados encontrados no *site* da Auditoria Cidadã da Dívida: em 2008, os pagamentos com Juros e Amortizações da Dívida Pública consumiram 30,57% dos Recursos Federais. Enquanto isso, áreas sociais fundamentais, como é caso da Saúde (4,81%) e da Educação (2,57%), receberam parcelas muito inferiores. Essa mesma fonte mostra que, em 2009, os pagamentos consumiram 35,57% dos Recursos Federais (excluindo o refinanciamento da dívida), enquanto a educação consumiu apenas 2,88%. Considerando os gastos com o refinanciamento – rolagem –, os gastos com a dívida consumiram 57% do orçamento.

Para que os compromissos com os credores pudessem ser cumpridos, algumas políticas públicas, como de educação, receberam verbas consideravelmente menores. Dessa forma, Estados e Municípios deixaram de receber investimentos que poderiam se converter em melhorias nas escolas e nas condições de trabalho, em concursos públicos e na ampliação dos direitos trabalhistas, o que consequentemente poderia amenizar o processo de adoecimento dos profissionais da educação.

Conforme já se mencionou, nas últimas décadas, o capital se reestruturou para superar crises e tem no neoliberalismo um de seus pilares. De acordo com o que já foi possível observar entre outros

aspectos, para a política neoliberal, os gastos do Estado com políticas públicas para a educação, por exemplo, precisam ser cada vez menores. Além disso, esse mesmo Estado precisa garantir o funcionamento do mercado e contribuir para deixá-lo cada vez mais competitivo. Nesse sentido, “é preciso reformar de alto a baixo a educação, tornando-a mais flexível e capaz de aumentar a competitividade das nações” (BARRETO; LEHER, 2003, p. 39).

Sendo assim, exige-se da educação o atendimento de importantes demandas, quais sejam:

1) a adaptação de países e indivíduos a um “mundo de transformação”, possibilitando a disseminação e consolidação de valores políticos e culturais que permitem uma dominação ideológica através de uma visão de mundo empresarial, portanto mercantil; 2) a concepção da educação como estratégia fundamental para “qualificar” e “formatar” os trabalhadores frente às mudanças no mundo do trabalho, segundo interesses e necessidades impostas pelo capital. (MARTINS, 2009, p. 2)

Para implementar as demandas acima apresentadas, o capital mundial, representado pelos organismos multilaterais BIRD, BID, UNESCO, USAID e UNICEF, organizou, em março de 1990, a Conferência Mundial de Educação para Todos, em Jontien (Tailândia). Nessa conferência estiveram presentes 155 países, entre eles o Brasil, além de várias agências bilaterais e multilaterais e ONGs. Durante a realização dessa Conferência aprovou-se a Declaração Mundial de Educação para Todos com diretrizes a serem aplicadas pelos próximos dez anos. As principais metas da declaração se apresentam a seguir: 1) erradicar o analfabetismo; 2) universalizar a educação fundamental; 3) eliminar a evasão e a repetência escolar; 4) proceder à descentralização administrativa e financeira; 5) priorizar a educação fundamental; 6) dividir a responsabilidade entre o Estado e a sociedade, por meio de parcerias com empresas, comunidade e a municipalização do ensino fundamental; 7) avaliar o desempenho dos professores e da instituição; 8) desenvolver o ensino a distância e reestruturar a carreira docente.

O documento expressa a política neoliberal destinada à educação e possui, nas suas metas, o caminho para, entre outras questões, diminuir a responsabilidade e reduzir os gastos com a educação pública e – por consequência – com as condições de trabalho. Não foi por acaso,

segundo Barreto e Leher, que a Lei de Diretrizes e Bases (LDB/1996) inverteu os termos da Constituição “fazendo com que a família venha antes do Estado e o privado anteceda o público” (BARRETO; LEHER, 2003, p. 40), tornando realidade em muitas escolas os incentivos a parcerias com “Amigos da Escola”, ONGs e empresas.

Saviani entende que a concepção da LDB de 1996 é neoliberal e “minimalista” para ser compatível com o Estado-mínimo. Segundo ele, em todas as iniciativas da política educacional, “apesar de seu caráter localizado e de aparência de autonomia”, existe em comum o objetivo de “reduzir custos” ou “transferi-los, ao menos dividi-los” (SAVIANI, 1997, p. 200-201). Ainda segundo o autor, a lei de 1996 é resultado da correlação de forças existente no país, que não permitiu que as propostas defendidas pelos setores organizados em prol das escolas públicas tivessem êxito. Contradições em torno da destinação dos recursos públicos, da formação de professores e da valorização do magistério fizeram parte, entre outros, dos principais debates ocorridos durante o trâmite da lei.

Após mais de uma década da criação, a política da LDB está expressa no dia a dia das escolas e pode ser verificada de diversas formas: por meio da descentralização administrativa, que joga cada vez mais responsabilidades burocráticas para os diretores e professores; por meio da descentralização financeira, que estabelece a coletividade nas discussões acerca das prioridades, do orçamento e da prestação de contas da escola; por meio da municipalização de escolas ainda que, muitas vezes, sem a contrapartida financeira; por meio de parcerias entre a comunidade e empresas, como é o caso dos “amigos da escola” ou de projetos de “escola aberta”, ou a contratação de bibliotecários, merendeiras e pessoal de limpeza através das Associações de Pais e Professores (APPs); por meio de avaliações de rendimento escolar como a Prova Brasil<sup>8</sup>; por meio da percepção de um aumento da precarização das relações de trabalho com cortes de direitos; na terceirização de serviços de limpeza, merenda e vigilância; nos salários arrochados e no descumprimento de planos de carreira; no aumento do número de alunos

---

<sup>8</sup> A Prova Brasil tem por objetivo apresentar informações por escola e por município que possam auxiliar os governantes na tomada de decisões quanto aos recursos técnicos e financeiros e a comunidade escolar quanto ao estabelecimento de metas e ações pedagógicas e administrativas, tendo por finalidade a melhoria educacional. A Prova Brasil compõe o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB) e é desenvolvida e realizada pelo (INEP) – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (MEC, 2011).



nas salas de aula; na responsabilização cada vez maior do professor pelos resultados da educação, etc.

As demandas à escola sobrepõem-se às demandas inerentes ao trabalho docente e aumentam a sobrecarga laboral por intensificarem o trabalho dos professores quando estes se tornam responsáveis pela execução de várias tarefas ao mesmo tempo, o que pode gerar processos de adoecimento. A pesquisa de Assunção e Oliveira (2009, p. 361) alerta para o fato de que “situações de sobreposição de tarefas podem explicar o cansaço físico, vocal e mental do docente”.

Diante da sobrecarga de trabalho, que é realidade na rotina dos professores, seu adoecimento e outras questões com as quais os trabalhadores convivem, e diante do projeto neoliberal – em maior ou menor intensidade, direta ou indiretamente, em todas as partes do mundo –, cabe a indagação: a redução dos serviços públicos que havia sido necessária teve resultados positivos? Para quem? As crises pós-neoliberalismo foram menores ou menos intensas? Ajudaram a reduzir a pobreza? Ampliaram o desenvolvimento econômico? Harvey (2008, p. 103) responde que não, e ainda observa que as crises “financeiras eram tanto endêmicas como contagiosas” e continuaram nos anos de 1980 e 1990.

Apesar de toda retórica da cura de economias doentes, nem a Inglaterra nem os Estados Unidos alcançaram altos níveis de desempenho econômico nos anos 1980, o que sugere que o neoliberalismo não era a resposta às orações capitalistas. É verdade que a inflação desabou e as taxas de juros aumentaram, mas o preço disso foram altas taxas de desemprego. Cortes em benefícios sociais e em despesas com infraestrutura reduziram a qualidade de vida de muitas pessoas. O resultado geral foi uma estranha mistura de baixo crescimento e crescente desigualdade de renda (HARVEY, 2008, p. 98).

Martins (2009) também observa que, apesar das medidas tomadas pelo neoliberalismo, ele não assegurou a estabilidade da economia, e “depois de ter atingido praticamente todos os continentes”, deu provas de sua força e limites. Apesar dos esforços de implementação, “não se consolidou plenamente em função das resistências” (MARTINS, 2009, p. 59). O autor ainda considera que, com o objetivo de alinhar o projeto, o neoliberalismo foi revisto de tal modo que o crescimento da economia

fosse recuperado, mas em bases políticas mais sustentáveis, que não gerassem tanta resistência e abalos na “coesão social” dos diferentes países. Em prol do alinhamento, os organismos internacionais foram redefinidos. A tese da sociedade sem antagonismos e o modelo “alternativo” de Estado se tornam referência; a liberação de empréstimos do Banco Mundial começou a depender de políticas de “parcerias” entre o Estado e organizações da “sociedade civil”, visando a incentivar a mobilização comunitária na solução dos próprios problemas.

Martins (2009) também salienta outros dois aspectos que pareceram decisivos para a necessidade de alinhamento: passou-se a considerar que a participação popular poderia ser articuladora da nova sociabilidade e que a precarização das políticas sociais não parecia ser o melhor caminho. Diante disso, seria necessário criar um capitalismo de “face humana” e um conformismo capaz de assegurar a “coesão social” e compatibilizar a economia de mercado com a justiça social.

E acrescenta: “O neoliberalismo da terceira via”, formulação que representa a renovação, tem fundamentos para consolidar a “hegemonia burguesa”: a “sociedade civil ativa”, ou Terceiro Setor (MONTAÑO, 2002), espaço entre o Estado e o mercado, em que “prevaleceria a colaboração”; o “novo Estado democrático”, nem “máximo”, nem “mínimo”, mas “necessário”, tendo como ferramenta as “parcerias público/privadas”; e o “individualismo como valor moral radical”. Sua diferença com os neoliberais não é de conteúdo e de princípio, mas de forma e estratégia (MONTAÑO, 2002, p. 59-94).

Martins (2009) explica que a burguesia utiliza expressões para implementar sua ideologia: em seus locais de trabalho, muitos trabalhadores convivem, por meio de revistas, jornais, etc., com expressões como “sociedade civil” e “terceiro setor”. As interferências sofridas pelo mercado de trabalho, que reduziram em escala mundial os postos de trabalho, estão fazendo crescer o chamado “terceiro setor”. A parte da classe trabalhadora que continua empregada formalmente sofreu, também em escala mundial, a precarização, a intensificação do trabalho, a perda de direitos e o ataque aos sindicatos. Paralelamente a essa realidade, o mercado de trabalho ampliou o trabalho feminino, nas condições citadas anteriormente; desenvolveu o “setor de serviços” e excluiu do mercado de trabalho os jovens em idade de trabalhar e os considerados idosos (ANTUNES, 2004).

Mas a absorção de alguns desses trabalhadores expulsos do mercado de trabalho formal pode ajudar o capital, pois, na maioria das vezes, as atividades desenvolvidas são “não-lucrativas, não mercantis”.

Absorver alguns trabalhadores é ser “funcional ao sistema, que hoje se mostra completamente incapaz de absorver os desempregados e precarizados” (ANTUNES, 2004).

Este capítulo tratou das condições de vida e de trabalho da classe trabalhadora desde que o capitalismo deu seus primeiros passos e de como essas condições significaram sofrimento, adoecimento e morte. Em diálogo com os diversos autores pesquisados percebe-se que, diante do desenvolvimento do sistema capitalista de produção e de suas formas de se apresentar para superar suas crises, desenvolveram-se também formas cada vez mais intensas de explorar a mais-valia – formas veladas de sofrimento e adoecimento. Nota-se também que esse processo foi continuamente acompanhado de muita resistência por parte dos trabalhadores, que de variadas formas lutaram por melhores condições de vida e trabalho, redução da jornada e proibição do trabalho infantil.

A educação e os docentes não ficaram de fora desse processo. Conforme já se viu, o capitalismo exige também das escolas que se modifiquem, e com isso também exige dos professores mais trabalho, mais empenho e mais dedicação sem que, muitas vezes, se garantam as condições para tal, o que pode gerar sofrimento e adoecimento.

No capítulo 2 deste trabalho se discutirá o processo de adoecimento dos professores do ensino fundamental da rede municipal de Florianópolis e sua relação com a organização e as condições de trabalho, e no capítulo 3, as possibilidades de resistência.



## 2 O PROCESSO DE ADOECIMENTO DOS PROFESSORES DO ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS

O desprezo por uma  
função se traduz, primeiro,  
na remuneração mais ou menos  
irrisória que lhe é atribuída.  
O salário é um sinal inequívoco  
do valor atribuído ao trabalho e aos trabalhadores.  
(Bourdieu)

O primeiro capítulo deste trabalho mostrou que, atualmente, é por meio da reestruturação produtiva e do aprofundamento das políticas neoliberais que o sistema capitalista busca formas de superar suas crises. Essas políticas se manifestam no dia a dia da classe trabalhadora por meio da degradação de suas condições de vida e trabalho. Além disso, diversos pesquisadores (OLIVEIRA, 2000, 2003; PARO, 2007; LIMA, 2008; DELCOR, 2003; BUENO, LAPO, 2003; GASPARINI, 2005; LEMOS, 2005) revelam que tais políticas também se manifestam na educação e atingem negativamente o trabalho docente.

Com base nesse contexto, esta pesquisa voltou-se para os professores do ensino fundamental,<sup>9</sup> cujo trabalho se realiza em escolas de Florianópolis, SC e investigou 165 professores, que responderam a questionário dirigido a cerca de mil docentes da Rede Municipal de Florianópolis. Todas as escolas básicas da Rede (em um total de 26 unidades) e dois Núcleos de Educação de Jovens e Adultos<sup>10</sup> (em um total de 13) foram percorridos. Na EJA, trabalhou-se com a que possui o quadro todo de professores efetivos e a que possui o maior número de professores substitutos. As intervenções com os professores, realizadas no início das aulas ou nos intervalos de lanche (recreio), envolveram a explicação sobre o projeto de pesquisa e o convite a responderem o

---

<sup>9</sup> A Educação Fundamental da Rede Municipal de Florianópolis compreende 36 Unidades Educativas, das quais 26 são Escolas Básicas e 10 são Desdobradas. Dentre as 26 Escolas Básicas, duas atendem de 1º ao 4º ano, uma atende um 5º ano, 6º, 7º e 8º séries e as demais atendem de 1º ano à 8ª série (fonte: informações obtidas diretamente junto às escolas em 2010). As Desdobradas atendem de 1º ao 4º ano. Maiores informações em [www.pmf.sc.gov.br/entidades/educa](http://www.pmf.sc.gov.br/entidades/educa) nos tópicos Proposta e Orientações Educação Fundamental e Legislação Educação Fundamental.

<sup>10</sup> Os Núcleos de Educação de Jovens e Adultos fazem parte da Educação Fundamental da Secretaria Municipal de Educação de Florianópolis. Atendem no 1º segmento turmas de 1ª à 4ª série e no segundo segmento de 5ª à 8ª série. Maiores informações em [www.pmf.sc.gov.br/entidades/educa](http://www.pmf.sc.gov.br/entidades/educa) no tópico EJA.

questionário. Essa forma de intervenção possibilitou conversas produtivas com os professores, principalmente sobre suas condições de trabalho e o grande número de afastamentos médicos. Essas conversas qualificaram as informações sobre as escolas da Rede Municipal já obtidas por esta pesquisadora em dez anos de trabalho como dirigente sindical e em 20 anos como professora dessa rede.

Pesquisar sobre o processo de trabalho dos professores do ensino fundamental da Rede Municipal de Florianópolis significa compreendê-lo no contexto da realidade destacada no primeiro capítulo deste trabalho, que evidenciou a precarização<sup>11</sup> do trabalho e dos direitos, a pressão por produção e por resultados imediatos e a intensificação<sup>12</sup> do trabalho. Se hoje a pressão por produção em todos os setores do mundo do trabalho é visível, talvez o seu lado mais perverso se manifeste na educação, pois, de acordo com Mancebo (2007), em geral, a pressão por produtividade inibe o potencial inovador do professor, e os resultados tornam-se menos expressivos.

Por isso, para o melhor entendimento sobre o processo de adoecimento docente, é necessário compreender que o trabalho dos professores vem se modificando nesse contexto de transformações que ocorreu no mundo do trabalho.

Mancebo, Ewald, Prestrelo e Uziel (2006, p. 1) entendem que as mudanças que a atividade docente enfrenta são perpassadas por duas problemáticas centrais das sociedades atuais:

[...] primeiro, as mudanças que foram introduzidas no mundo do trabalho, modificações carreadas, dentre outros processos, pelo avanço das

---

<sup>11</sup> Entende-se por precarização do trabalho docente “O aumento dos contratos temporários nas redes públicas de ensino, chegando, em alguns estados, a número correspondente ao de trabalhadores efetivos, o arrocho salarial, o respeito a um piso salarial nacional, a inadequação ou mesmo ausência, em alguns casos, de planos de cargos e salários, a perda de garantias trabalhistas e previdenciárias oriunda dos processos de reforma do Aparelho de Estado têm tornado cada vez mais agudo o quadro de instabilidade e precariedade do emprego no magistério público” (OLIVEIRA, 2004, p.1140).

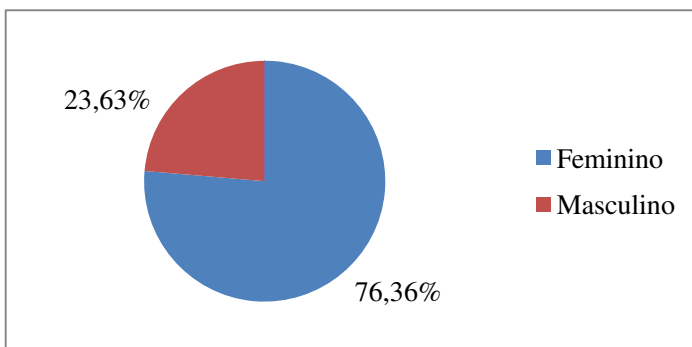
<sup>12</sup> Entende-se por intensificação do trabalho dos professores “fazer a mesma coisa mais rapidamente” (ASSUNÇÃO; OLIVEIRA, 2009, p.366). As autoras ainda destacam que “Contudo, o processo de intensificação provoca a degradação do trabalho não só em termos de qualidade da atividade, mas também da qualidade do bem ou do serviço produzido. Confrontados com a falta de tempo, os trabalhadores limitam a atividade em suas dimensões centrais, que seriam manter o controle da turma e responder aos dispositivos regulatórios. Vale ressaltar que o sofrimento no trabalho, associado ao adoecimento em estudos específicos, está sempre ligado a um conflito entre a vontade de bem fazer o seu trabalho, de acordo com as novas regras implícitas da profissão, e a pressão que os leva a certas regras para aumentar a sua produtividade” (ASSUNÇÃO; OLIVEIRA, 2009, p.366).

tecnologias da informação e pelo processo mais geral de globalização e, depois, as reordenações a que os sistemas educacionais foram submetidos a partir da profunda redefinição do papel do Estado na sua relação com a educação, tendo conduzido, dentre outros aspectos, a processos variados de privatização.

Diante da realidade descrita, este trabalho se propõe a levantar dados que ajudem a compreender a relação existente entre o adoecimento docente, o trabalho e as possibilidades de resistência a este. Tais dados apontam para o perfil pessoal e profissional, para o processo de trabalho docente, as condições de trabalho, a saúde no trabalho e as resistências ao processo de adoecimento.

Dentre os pesquisados que responderam o questionário, 126 são mulheres e 39 são homens.

Gráfico 1 – Sexo dos professores pesquisados



Fonte: Dados fornecidos pelos questionários

Dos professores pesquisados, 121 possuem residência própria, e 43 não. Quanto ao estado civil, 39 são solteiros, 88 são casados, 21 separados e 17 encontram-se em outras condições. São 97 os professores que possuem filhos, diante de 68 que não possuem. Quanto à sua formação, 36 são graduados, 107 possuem especialização, 20 possuem mestrado e dois são doutores.

Percebe-se que a maioria dos professores pesquisados é mulher, possui residência própria, é casada, tem filhos e possui níveis elevados de escolaridade. Devido ao fato de as mulheres constituírem ampla maioria como informantes desta pesquisa, a partir daqui este trabalho se apoiará na ideia de Neves e Seligmann-Silva (2006) de se referirem ao

corpo docente sempre no feminino – as professoras. Ao serem perguntadas sobre o motivo de terem escolhido ser professora, 23,63% responderam ter sido vocação; 22,42% demonstraram identidade com a profissão; 15,15% entendem a profissão como de relevância social; 9,69% relatam terem sofrido influência de terceiros; 8,48% por necessidade de trabalho; 6,66% por terem uma visão idealista frente ao trabalho docente; 6,66% não responderam e 12,72% não souberam responder ou apresentaram outras possibilidades.

As professoras que responderam ao questionário destacaram prioritariamente questões inerentes à atividade docente que seriam fundamentais para administrar os problemas do dia a dia. Suas motivações estão próximas do sacerdócio, da função missionária, da atividade religiosa, pelas quais as provações com que se deparam adquirem a finalidade de aproximação com o divino. De acordo com Nóvoa (1995, p. 15), a “[...] gênese da profissão de professor tem lugar no seio de algumas congregações religiosas, que se transformaram em verdadeiras congregações docentes”.

Por outro lado, Basso (1998, s/p) mostra de que forma a motivação do professor por realizar seu trabalho é alterada pelas condições de trabalho:

O que incita, motiva o professor a realizar seu trabalho? Este motivo não é totalmente subjetivo (interesse, vocação, amor pelas crianças etc.), mas relacionado à necessidade real instigadora da ação do professor, captada por sua consciência e ligada às condições materiais ou objetivas em que a atividade se efetiva. Essas condições referem-se aos recursos físicos das escolas, aos materiais didáticos, à organização da escola em termos de planejamento, gestão e possibilidades de trocas de experiência, estudo coletivo, à duração da jornada de trabalho, ao tipo de contrato de trabalho, ao salário etc. Quando essas condições objetivas de trabalho não permitem que o professor se realize como gênero humano, aprimorando-se e desenvolvendo novas capacidades, conduzindo com autonomia suas ações, criando necessidades de outro nível e possibilitando satisfazê-las, ou seja, “que, portanto, ele não se afirma, mas se nega em seu trabalho, que não se sente bem, mas infeliz, que não desenvolve energia mental e física livre, mas mortifica a sua physis e arruína a sua



mente” (Marx 1984, p. 153), este trabalho é realizado na situação de alienação.

De acordo com o autor, a vocação e a identificação com as crianças são insuficientes para a realização profissional, que passa também pelas condições objetivas de realização do trabalho. Nesse contexto, busca-se a compreensão de como as professoras pesquisadas entendem o trabalho docente e se este contribui para que se sintam realizadas com o resultado do seu trabalho.

Ao responderem sobre como se configura o trabalho docente, 136 professoras consideram que ele exige atualização constante de novos conteúdos; 122 acreditam que ele implica ação coletiva; 110 o enxergam como construção e transmissão de conhecimentos; 107 manifestaram que é trabalho mal remunerado; 101 acreditam que se trata de trabalho intelectual e 101 assinalaram que ele exige vocação. As professoras puderam optar e assinalar uma ou mais alternativas, o que justifica o alto número em cada opção.

A forma como as professoras pesquisadas compreendem o trabalho docente vem ao encontro das preocupações destacadas por Reis e Maués (2007). Segundo essas autoras, a organização escolar está tendo que trabalhar com a dinâmica objetivo/resultado na busca de resultados imediatos, com índices de aprovação equiparados a produtividade, tornando as relações mais próximas às de uma empresa, em que a competição e a divisão fazem parte do dia a dia e tendem a levar ao adoecimento.

Com isso a responsabilidade com a formação de força de trabalho, requerida pelo mercado e pela sociedade, delegada à escola, vai repercutir fortemente na forma de conceber o trabalho docente, que ora aparece como salvador da educação e ora como seu grande vilão e responsável pelo seu fracasso, abalando a estrutura psicossocial do trabalhador docente. (REIS; MAUÉS, 2007, p. 11)

As professoras percebem a necessidade constante de atualização para dar conta de suas responsabilidades e a necessidade de trabalho coletivo, pois há cobrança tanto por parte da escola quanto individual; percebem que seu trabalho consiste em construção e transmissão de conhecimento e sua grande responsabilidade nesse processo. Na maior parte do tempo, o seu trabalho é intelectual na busca de alternativas para

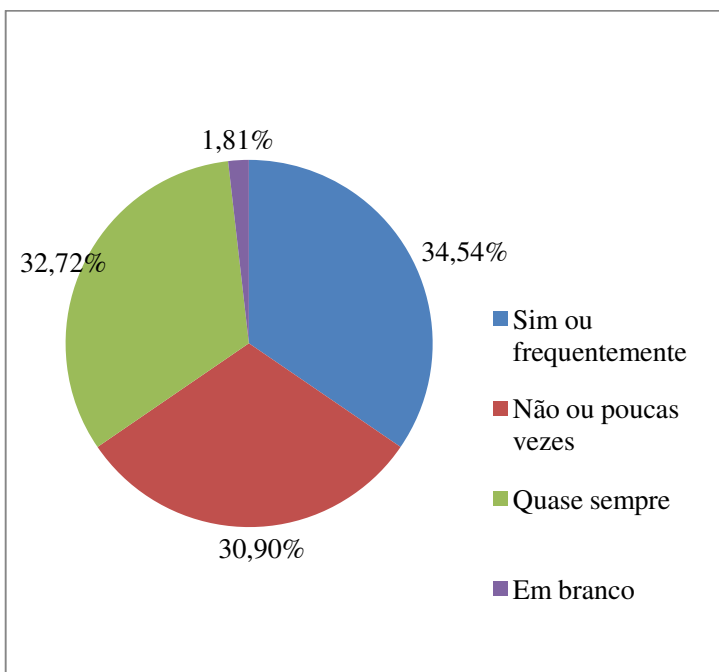
o trabalho pedagógico, para resolver situações conflitantes e para lidar com as adversidades. Também percebem que a remuneração por tudo isso não é adequada, e sobre essa questão esta pesquisa tratará mais adiante.

Segundo Landini (2006, p. 1), o trabalho docente vem sofrendo alterações que trazem consequências para a saúde dos professores:

As implicações para a saúde do professor, diante das atuais formas de ser do trabalho educativo configuram um quadro problemático, que permeia desde o abandono da carreira até problemas de saúde, relacionados ao sofrimento extremo, colocando em questão a relação entre a objetividade social, os sentidos do trabalho e a sua não realização.

Ao serem questionadas em relação a se sentirem realizadas com o resultado do seu trabalho, as professoras deram respostas com percentuais próximos: em torno de 34% responderam que sim ou frequentemente; 30% responderam que não ou poucas vezes e 32% responderam que quase sempre.

Gráfico 2 – Realização em relação ao resultado do trabalho



Fonte: Dados fornecidos pelos questionários

Para algumas professoras pesquisadas, essa pergunta foi motivo de indagações: elas questionaram se o fato de se sentirem realizadas com o trabalho tem a ver com adoecimento. Segundo Martínez e Paraguay (2003, p. 73), “[...] apesar da influência que a satisfação no trabalho pode exercer sobre a saúde e a vida dos trabalhadores, não existe um consenso sobre conceitos e teorias referentes a esse construto e suas relações com a saúde do trabalhador”. De acordo com as autoras, uma das teorias que contempla a relação entre satisfação no trabalho e saúde é a Psicodinâmica do Trabalho, desenvolvida por Dejours. Apoiando-se nesse autor, explicam:

Neste referencial teórico, o trabalho torna-se perigoso para o aparelho psíquico quando se opõe à livre atividade, quando a liberdade para organização do trabalho é limitada, opondo-se aos desejos do trabalhador, gerando aumento da carga psíquica e abrindo espaço para o sofrimento no

trabalho. Dejours aborda o sofrimento no trabalho por meio da noção de “carga psíquica”, que se refere aos elementos afetivos e relacionais da carga mental do trabalho, onde a carga mental compreende fenômenos de ordem neurofisiológica e psicológica (Dejours, 1994). Neste contexto, o bem-estar, em matéria de carga psíquica, seria decorrente da existência de um sentido atribuído ao trabalho executado. Se um trabalho é livremente escolhido e organizado ele oferece vias de descarga da carga psíquica e é um trabalho equilibrante, estruturante. Se não permite a descarga da energia psíquica acumulada, tornando-se fonte de tensão e desprazer, a carga psíquica origina a fadiga e, a partir daí, a patologia; é o trabalho fatigante (DEJOURS, 1994) (2003, p. 64).

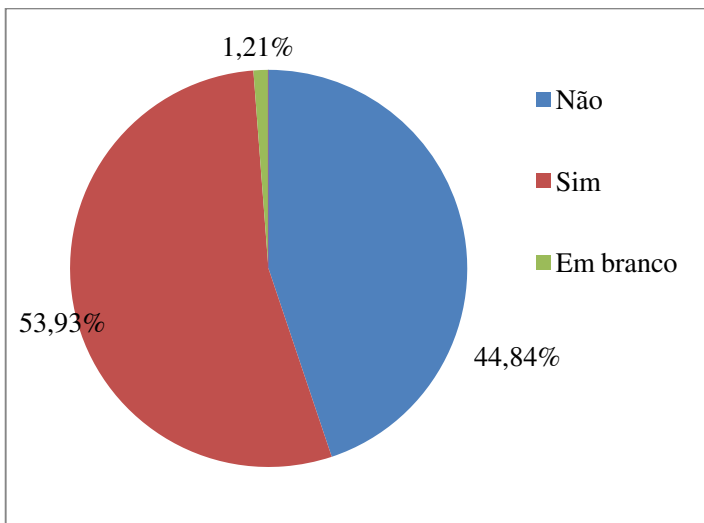
Portanto, mesmo que apenas cerca de um terço das professoras pesquisadas (30,90%) tenha afirmado que não se sente realizada no trabalho, com base nos estudos de Dejours pode-se sugerir que o processo de adoecimento das professoras da Rede Municipal de Florianópolis pode ter como uma das fontes a insatisfação com o resultado de seu trabalho. A frustração entre o que se gostaria de realizar em sala de aula e o que de fato se consegue fazer em função das precárias condições materiais de trabalho pode estar desencadeando um processo silencioso de adoecimento.

Outra questão a ser observada é que as professoras pesquisadas podem sentir dificuldades em assumir e/ou dizer que não estão realizadas com o resultado do trabalho. O trabalhador de uma empresa pode não querer assumir isso com medo do risco de demissão. Na educação, o risco é de desmoralização frente aos colegas e direções, pois existe uma pressão muito grande da escola, dos pais e da sociedade para que seu trabalho seja desenvolvido com amor, carinho e afeto. Codo considera, inclusive, que para o trabalho do professor, “a relação afetiva é obrigatória [...], é um pré-requisito” (2006, p. 50).

As observações de que as professoras pesquisadas podem não ter assumido não se sentirem realizadas com o trabalho se reforçam com as respostas à pergunta seguinte do questionário, sobre se já pensaram em sair da profissão. A maioria (53,93%) respondeu que sim, como ilustra o gráfico 3. Comparando as informações dos gráficos 2 e 3 é possível observar que apenas em torno de 30% das professoras responderam não

se sentir realizadas no trabalho, entretanto, 53,93% delas afirmaram já ter pensado em deixar a profissão. Aqui pode estar um forte indicador de insatisfação com o trabalho, independente dos motivos.

Gráfico 3 – Pensou em sair da profissão



Fonte: Dados fornecidos pelos questionários

Entre as professoras que responderam já terem pensado em sair da profissão, 75 assinalaram a desvalorização da profissão, 67 assinalaram o alto nível de estresse, 52 assinalaram baixos salários, 41 assinalaram jornada de trabalho excessiva, 20 assinalaram o adoecimento frequente e 19 assinalaram a cobrança excessiva das chefias como os principais motivos para esse desejo. As professoras puderam assinalar uma ou mais alternativas, o que justifica o alto número em cada opção.

Lapo e Bueno (2003) examinaram a questão do abandono do magistério público na rede de ensino do Estado de São Paulo, e sua pesquisa contribuiu para a análise desses resultados. O estudo focalizou o período de 1990 a 1995 e teve como base dados quantitativos obtidos na Secretaria Estadual de Educação, a partir dos quais verificou-se, no interregno, um aumento da ordem de 300% nos pedidos de exoneração do magistério. Por meio de um questionário enviado a 158 ex-professores da rede pública, e de 16 entrevistas sobre histórias de vida profissional, os pesquisadores evidenciaram que – além dos baixos

salários – as precárias condições de trabalho, a insatisfação e o desprestígio profissional estão entre os fatores que mais contribuem para que os professores deixem a profissão docente.

Esta pesquisa não teve dados sobre o número de pedidos de exoneração ou mesmo de afastamentos temporários da Secretaria Municipal de Educação de Florianópolis e, apesar de essa ser uma questão preocupante, quando acontece, parece ser motivada por decisão individual.

Quando se analisa essa questão com fundamento em estudos que relacionam trabalho e saúde, percebe-se que, mesmo sendo uma decisão individual, o afastamento definitivo ou temporário é, na ampla maioria das vezes, uma decisão difícil e baseada em problemas coletivos, como a desvalorização da profissão, desgaste, baixos salários e a sobrecarga de trabalho, mencionados pelas professoras que participaram desta pesquisa.

Diante dos estudos realizados por Dejours sobre a psicopatologia do trabalho, pelos quais o autor demonstra que as condições e organização do trabalho estão diretamente relacionadas ao prazer e ao adoecimento, por que não estabelecer também essa relação com o abandono do trabalho? A respeito do sofrimento no trabalho, Dejours enfatiza ainda que:

[...] por trás das vitrinas, há o sofrimento dos que temem não satisfazer, não estar à altura das imposições da organização do trabalho: imposições de horário, de ritmo, de formação, de informação, de aprendizagem, de nível de instrução e de diploma, de experiência, de rapidez de aquisição de conhecimentos teóricos e práticos (Dessors & Torrente, 1996) e de adaptação à ‘cultura’ ou à ideologia da empresa, às exigências do mercado, às relações com os clientes, os particulares ou o público etc. (DEJOURS, 2006, p. 28)

A exigência crescente a que são submetidos os educadores com relação a atualização, produção, metas e ritmo geralmente não vem acompanhada das condições necessárias ao desenvolvimento do trabalho, por isso se mostra como um aspecto relevante nesta pesquisa, conforme se verá adiante.

## 2.2 CONDIÇÕES DE TRABALHO

Para discutir as condições de trabalho em geral e as condições de trabalho docente que compõem parte significativa desta pesquisa, é preciso levar em conta que elas resultam de uma organização social cujas bases econômicas são reguladas pelo modo de produção capitalista e, portanto, derivam da forma de organização do trabalho no capitalismo (OLIVEIRA; ASSUNÇÃO, 2010). Sendo assim, para as autoras,

[...] as condições de trabalho não se restringem ao conjunto de meios necessários à realização de uma atividade, mas contemplam relações específicas de exploração, já que o processo de trabalho no capitalismo é o meio pelo qual matérias-primas e insumos são transformados em produtos, constituindo-se, ao mesmo tempo, em processo de produção de valor (OLIVEIRA; ASSUNÇÃO, 2010, s/p).

É nessa perspectiva que devem ser entendidas as condições de trabalho docente, que abrangem as condições físicas, materiais, de estrutura, de direitos, de valorização, de sobrecarga de trabalho, etc., tudo mediado e perpassado pelas relações capitalistas.

De acordo com o artigo 67 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96): “Os sistemas de ensino promoverão a valorização dos profissionais da educação, assegurando-lhes, inclusive nos termos dos estatutos e dos planos de carreira do magistério público: VI – Condições adequadas de trabalho”. No entanto, essa mesma Lei não define quais seriam as “condições adequadas” do trabalho docente. A indefinição nesse termo, não esclarecida também em leis estaduais e municipais de Santa Catarina, dificulta aos trabalhadores docentes a cobrança do respeito a essa cláusula da LDB em suas lutas por melhores condições de trabalho e salariais.

Agora parte-se para a abordagem sobre o contexto das escolas do ensino fundamental da Rede Municipal de Florianópolis, por meio da análise da realidade de suas condições de trabalho em diálogo com as respostas das professoras ao questionário aplicado e com pesquisas anteriormente realizadas.

Uma das questões levantadas pelas professoras diz respeito ao espaço físico. Em um primeiro olhar, tem-se a impressão de que a estrutura das escolas da Rede Municipal de Florianópolis é boa. Mas

uma observação mais atenta revela que várias construções antigas foram sendo ampliadas sem a realização de um projeto: muitas vezes, uma turma prejudica o trabalho de outra, ou então os espaços para brincadeiras e/ou educação física de uma turma estão próximos ao espaço de estudo de outras. As escolas novas, muito bonitas e de boa estrutura foram projetadas para que o barulho se mantivesse no interior de seu espaço, fazendo com que professores e estudantes se sintam ainda mais cansados depois de uma jornada de trabalho e estudo. Além disso, na escola circulam pais, profissionais da limpeza, da equipe pedagógica e alunos, o que torna necessário que os professores tenham de manter as portas fechadas. Os ventiladores, quando ligados, são barulhentos. As salas até possuem cortinas, mas mesmo assim o sol e a claridade atrapalham o trabalho; e as carteiras de ferro, em contato com o piso de cerâmica, produzem muito barulho.

Essas questões podem ser observadas nas falas das professoras pesquisadas: “intolerância ao barulho, poeira e mofo” e “salas muito cheias, escolas sem estrutura física” aparecem como justificativa quando pensam em sair da profissão; “cobrar melhorias na acústica das escolas” surge como tarefa do sindicato na cobrança de prevenção ao adoecimento; “equipamento em sala de aula para que o professor possa ser ouvido sem ter que falar alto/gritando”, “salas de aula construídas de tal forma que ruídos externos não entrem”, “melhores condições físicas”, “instalar sistema de som/microfones” e “conhecer a realidade de cada escola e discutir/ouvir os professores sobre as melhorias que devem ser feitas” aparecem como responsabilidades da SME na prevenção ao adoecimento.

A pesquisa de Zacchi (2004) identificou baixos salários e precárias condições no trabalho docente, e destacou o ruído, as longas e geralmente duplas jornadas das professoras, as exigências da profissão, etc., como fatores importantes que contribuem ao adoecimento docente. A falta de água, o número insuficiente de carteiras, a não realização de concursos públicos e, em decorrência disso, o aumento das terceirizações foram observados na pesquisa de Mascarello (2004), que discute a aproximação entre o sistema econômico e educacional e suas influências no trabalho dos professores. Amado (2000) chama atenção para a ausência de condições mínimas de trabalho – como mesa em sala de aula – que, associada à sobrecarga de trabalho e à cobranças excessivas de responsabilidades tem aumentado a carga cognitiva dos professores.

No que diz respeito à estrutura relativa a máquinas de fotocópias, computadores, televisores, aparelhos de som, DVDs, entre outros, esse é



um fator de desgaste para os professores, quando não dispõem de quantidade suficiente de equipamentos para todos os alunos ou não os encontram com a qualidade adequada. Essa questão também emerge nas respostas ao questionário quando “equipar as escolas com novas tecnologias para que o ensino aconteça de forma prazerosa” aparece como responsabilidade da SME na prevenção ao adoecimento.

Entre outros aspectos, Carneiro (2001) elenca os ritmos de trabalho, a falta de valorização pelo trabalho realizado, a violência nas escolas e a falta de recursos materiais como facilitadores do adoecimento docente.

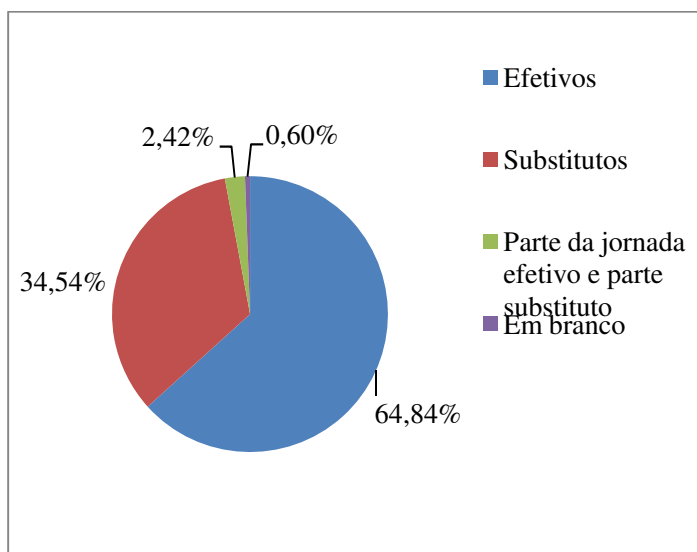
Merece atenção a desgastante jornada de trabalho de 40 horas de uma professora, seja de disciplina específica – com sua hora-atividade em tempo, várias turmas diferentes e muitos alunos – ou de primeiro ao quinto ano, com sua hora atividade em dinheiro e duas turmas. Em ambos os casos, a ação de planejar, organizar e avaliar requer atenção, dedicação, silêncio e concentração, questões fundamentais que entram em conflito direto com o tempo. Enunciados como “redução da jornada de trabalho”, “aumento da hora atividade em tempo”, “redução do número de alunos em sala de aula” e “professores auxiliares em todas as turmas que possuem crianças especiais” aparecem repetidas vezes para evidenciar a responsabilidade do sindicato em cobrar da administração pública municipal ações de prevenção, como também nas responsabilidades da PMF em desenvolver uma política de prevenção ao adoecimento docente.

A distância entre o local de trabalho e a moradia aparece como uma das situações de trabalho relacionadas ao processo de adoecimento: muitos trabalhadores são prejudicados em seu contato com a família por terem de sair de casa muito cedo e chegarem tarde. Isso se verifica em respostas como “a localização distante de uma das escolas fazendo com que precisasse viajar em quatro ônibus, permanecendo cerca de duas horas de ida mais duas horas de volta, interferiu diretamente em minhas condições de saúde atuais”; “me sinto estressado, cansado, com alterações do sono, pois preciso acordar muito cedo e pegar três ônibus para chegar em casa”; “muita correria para trabalhar em muitas escolas – questão salarial”. A SME aparece como responsável pela prevenção ao adoecimento em falas como “garantir lotação perto da residência”. A pesquisa de Gomes (2002) confirma que longos deslocamentos entre locais de trabalho, ou destes para a residência, são fontes de desgaste e esgotamento.

A seguir, mais atenção será dada aos contratos de trabalho, à carga horária, à forma de deslocamento e a outras questões importantes na análise das condições de trabalho da RME.

Das professoras que participaram desta pesquisa, a maioria (64,84%) é efetiva, e 34,54% são substitutas. O tempo de trabalho na Prefeitura Municipal de Florianópolis varia: 33,93% trabalham há até cinco anos; 45,45% trabalham há 6 a 20 anos; e 28,48% trabalham há 16 a 30 anos. A carga horária de trabalho varia da seguinte forma: 5,45% trabalham 20 horas semanais; 3,03% trabalham 30 horas semanais e 90,30% trabalham 40 horas semanais. A maioria (76,96%) não mora no bairro onde trabalha, e seu deslocamento é realizado da seguinte forma: 50,30% de ônibus; 26,66% de carro próprio; 12,12% alternam dias de carro próprio com ônibus; e os demais encontram-se em outras situações. A maioria (80%) não troca de escola ao meio dia, enquanto 17,57% precisam se deslocar nesse momento. Do total de pesquisadas, 91,51% atuam na mesma função para a qual entraram na Prefeitura; 6,06% atuam em outras funções; e 2,42% encontram-se em outras situações. Em relação à forma de dedicação, 11,51% exercem outras atividades além da docência, enquanto 87,27% dedicam-se somente a ela.

Gráfico 4 – Contrato de trabalho



Fonte: Dados fornecidos pelos questionários

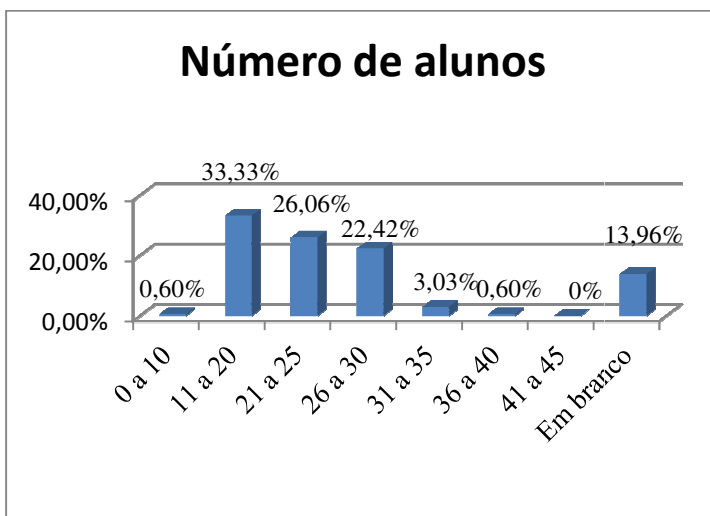
Percebe-se que as professoras pesquisadas são na maioria efetivas, com tempo de prefeitura entre 6 e 20 anos, carga horária de 40 horas semanais, não moram no bairro em que trabalham, deslocam-se na maioria das vezes de ônibus, permanecem de manhã e à tarde na mesma escola, atuam na função para a qual entraram na prefeitura e não possuem outra atividade além da docência.

Note-se que para os professores contratados temporariamente existem aspectos como insegurança, medo de desemprego, mudança contínua de local de trabalho e recomeço da atividade docente todos os anos, que além de interferirem no trabalho pedagógico podem contribuir também como fatores ao processo de adoecimento. O gráfico 4 apresenta a distinção numérica entre professores efetivos e professores contratados temporariamente na rede escolar municipal.

Em algumas escolas, o número de alunos por turma é adequado, mas não na maioria delas. Há turmas com mais de 30 alunos, muitas das quais já atendem crianças com necessidades especiais, que exigem das professoras maior atenção. Turmas grandes dificultam o atendimento individualizado, muitas vezes necessário, e contribuem com a indisciplina.

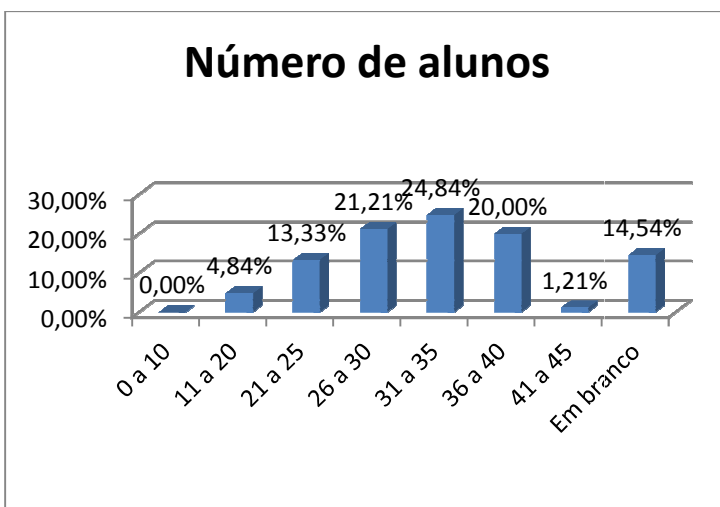
Em relação ao número de turmas em que atuam, os dados mostram o seguinte: 26,66% das professoras atuam em duas turmas; 41,21% atuam em 6, 7, 8 ou 9 turmas; 7,87% atuam em 10 ou 11 turmas; 2,42% atuam em 12 ou 13 turmas; os demais encontram-se em outras situações. Com relação ao tamanho das turmas, como menores turmas, 33,33% têm de 11 a 20 alunos; 26,06% têm de 21 a 25 alunos; 22,42% têm de 26 a 30 alunos. Como maiores turmas, 21,21% têm de 26 a 30 alunos; 24,84% têm de 31 a 35 alunos; 20% têm de 36 a 40 alunos; as demais encontram-se em outras situações.

Gráfico 5 – A menor turma em que atuam



Fonte: Dados fornecidos pelos questionários

Gráfico 6 – A maior turma em que atuam



Fonte: Dados fornecidos pelos questionários

Pode-se depreender que as professoras pesquisadas trabalham na sua maioria com turmas grandes. Ao serem questionadas a respeito de quantos alunos há em sua menor turma, a maioria (51,51%) respondeu de 21 a 35 alunos. Diante dos dados observa-se que para mais de um quarto das professoras pesquisadas a menor turma tem entre 26 e 40 alunos. Sobre a maior turma em que atua, a maioria (67,26%) respondeu que ela tem de 26 a 45 alunos. Nesse caso, os dados mostram que quase metade das professoras pesquisadas (46,06%) trabalha com turmas de 31 a 45 alunos.

Em relação ao número de alunos em sala, Rosa (2009), apoiando-se em Siniscalco, considera:

O tamanho da classe “é o número médio de alunos na sala de aula de um professor durante um período escolar, e representa um indicador importante das condições de trabalho dos professores, assim como das condições de aprendizagem dos alunos. Classes menores são valorizadas porque podem permitir que os alunos recebam atenção individualizada dos professores. Reduções significativas no tamanho da classe às vezes estão relacionadas a ganhos no desempenho. [...] Recentemente, tem sido apontado que classes menores de fato fazem a diferença [...]. Em geral, o efeito do tamanho da classe não deve ser tomado isoladamente, mas sim em relação a mudanças nos métodos de ensino e na organização da sala de aula; uma pesquisa recente nos Estados Unidos notou que, em classes menores, houve melhor interação aluno-professor, redução de problemas disciplinares e mais tempo de instrução total e em grupo (Siniscalco, 2003, p.33) (2009, p.106).

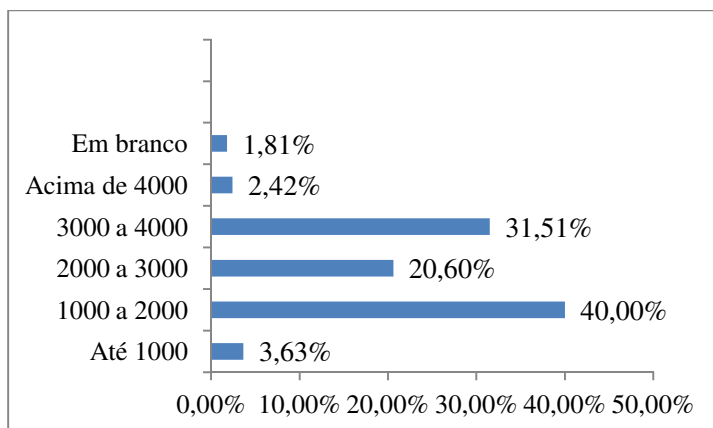
As pesquisas realizadas por Zacchi (2004), Mascarello (2004) e Oliveira (2001) mostram que o grande número de alunos em sala de aula se caracteriza como um aspecto das condições de trabalho inadequadas e que contribuem ao processo de adoecimento docente.

Os planos de carreira e salário compõem outra questão importante a ser destacada nas condições de trabalho. O plano de carreira dos trabalhadores do magistério foi conquistado por meio de muitas lutas e garante por lei direito a promoção automática por tempo de serviço e aperfeiçoamento. Ele só é válido para os efetivos e após o

período de estágio probatório. Um problema importante a se considerar refere-se à reforma da previdência, que vinculou a idade ao tempo de serviço fazendo com que quase todas as professoras tenham que trabalhar mais tempo para se aposentar. O plano de carreira foi estabelecido em outro contexto (1988), quando a aposentadoria ocorria aos 25 anos de magistério (independentemente da idade do trabalhador). Sua atual inadequação pode ser percebida diante do fato de que muitas professoras estão chegando ao final da tabela e ainda não podem se aposentar. Isso se reflete na pauta de reivindicação dos trabalhadores da PMF apresentada para o período 2011-2012: “Cláusula 5ª – AMPLIAÇÃO DA TABELA DO PLANO DE CARREIRA DO MAGISTÉRIO – A tabela salarial do PCCS do magistério deverá ser ampliada até a Classe ‘Z’”. (Fonte: *site* do sintrasm), cujo objetivo é motivar e valorizar os profissionais da educação com mais tempo de trabalho.

A remuneração das professoras que participaram desta pesquisa varia da seguinte forma: 3,63% recebem até R\$ 1.000,00; 40% recebem de R\$ 1.000,00 a R\$ 2.000,00; 20,60% recebem de R\$ 2.000,00 a R\$ 3.000,00; 31,51% recebem de R\$ 3.000,00 a R\$ 4.000,00; 2,42% recebem acima de R\$ 4.000,00; os demais não responderam.

Gráfico 7 – Remuneração (valores em reais)



Fonte: Dados fornecidos pelos questionários

Depreende-se que a maioria das professoras pesquisadas (60,60%) recebe como remuneração um valor compreendido entre R\$

1.000,00 e R\$ 3.000,00. Um percentual menor (52,12%) recebe entre R\$ 2.000,00 e R\$ 4.000,00.

Odelius e Ramos entendem que os níveis salariais dos professores são muito baixos, injustos e desmotivadores. “O professor vive uma situação de iniquidade salarial não apenas quando olha para outras categorias profissionais, com o mesmo nível de exigência, responsabilidade e esforço, mas também quando compara o seu salário com o de outros professores do ensino público” (ODELIUS; RAMOS, 1999, p. 340). Além disso, diferentemente de outras categorias, não há parâmetro de remuneração (VIEIRA, 2004, p. 49).

Para Vieira (2004, p. 50) não há correspondência entre o desenvolvimento do país e a remuneração dos professores: “Considerada a 15ª economia do mundo, a nação brasileira figura entre os mais pobres dos mais pobres dos países pesquisados pelo levantamento salarial da Unesco-OCDE”.

Batista (2005, p. 41), apoiando-se em Bourdieu, alerta para a “[...] condição de desprestígio do professor, que pode ser avaliada de acordo com o baixo valor dos seus salários: ‘o desprezo por uma função se traduz, primeiro, na remuneração mais ou menos irrisória que lhe é atribuída. O salário é um sinal inequívoco do valor atribuído ao trabalho e aos trabalhadores (1998:11)’”.

Conforme estudos realizados por Zacchi (2004) e Carneiro (2001), os baixos salários recebidos obrigam as professoras a complementarem a renda com outras atividades além da docência na escola, o que afeta a relação entre trabalho docente e adoecimento.

Outro aspecto que merece análise é a necessidade de atendimento a determinados índices na busca por resultados imediatos, como se a educação fosse uma empresa que precisasse dar respostas rápidas aos clientes. Avaliações externas, como a “Prova Brasil” e a “Prova Floripa”<sup>13</sup>, surgem nesse contexto e muitas vezes não levam em conta a realidade da escola e as condições de trabalho em que o professor atuou. Os professores, por sua vez, são pressionados a realizar projetos e a organizar oficinas constantemente, o que provoca competição e pode motivar a inveja e o preconceito, além de criar um ambiente tenso e até mesmo “insalubre” (VIEIRA, 2004, p. 25). Contraditoriamente, projetos bem desenvolvidos e trabalhos realizados plenamente não são reconhecidos.

---

<sup>13</sup> Nos mesmos moldes da Prova Brasil, a Prova Floripa foi instituída pela SME e tem por objetivo avaliar a educação fundamental da RME. Maiores informações ver CARDOSO (2008, p.113/117).

A falta de valorização pelo trabalho realizado constitui parte do estudo desenvolvido por Carneiro (2001). O sentimento de culpa por não dar conta de todas as tarefas satisfatoriamente e a forma como está sendo implantada a avaliação continuada faz parte das observações da pesquisa realizada por Neves (1999). Em ambas as pesquisas, as constatações fazem parte da relação entre condições de trabalho e adoecimento docente.

Cardoso (2008, p. 114), ao se referir à preocupação dos diretores das escolas municipais de Florianópolis quanto à correção da “Prova Floripa”, que poderia não levar em conta a realidade das unidades escolares, destaca:

A preocupação dos diretores parece pertinente, pois os projetos de avaliação de resultados, como a “Prova Brasil” e a “Prova Floripa”, apontam para uma das três formas gerenciais de controle [...], que é a competição administrativa. Essa forma de controle gerencial visa à busca de excelência a partir da competição entre as instituições, com o objetivo de se obter maior eficiência na utilização de recursos e também satisfazer ao cliente.

Outra questão que faz parte da realidade da Rede Municipal de Educação de Florianópolis é que algumas chefias não reconhecem que as condições de trabalho podem interferir no processo de adoecimento. Isso faz com que haja nas escolas um discurso institucionalizado de que afastamento para tratamento médico e possível readaptação representam má vontade para o trabalho e irresponsabilidade profissional. Essa situação é tão repetidamente realizada que muitos trabalhadores docentes acabam incorporando e multiplicando tal discurso, fazendo com que vários professores com problemas de saúde sofram duplamente.

No entanto, percebe-se que já há um rol significativo de pesquisas acerca da relação entre as condições de trabalho e o processo de adoecimento docente, tanto no Brasil como fora dele.

Esteve (1999), no livro “O mal-estar docente”, destaca que o fenômeno do mal-estar docente não é uma particularidade do sistema educacional espanhol<sup>14</sup>. No início da década de 1980, os primeiros

---

<sup>14</sup> O Professor Orlando Fonseca (UFSM), na apresentação do livro “O Mal-Estar docente” de Esteve (1999, p.8), destaca “Se, entre os docentes espanhóis, como de resto os europeus, cujas



dados começaram a aparecer, em países mais desenvolvidos, como Suécia, França e Alemanha. Porém de acordo com Paula (2010), estudos da década de 1970 já mostravam que professores ingleses estavam sofrendo com o estresse, e na década de 1990, estudos mostraram professores norte-americanos com problemas de estresse. Diante disso entende-se não se tratar de um problema específico do Brasil, tampouco da Prefeitura Municipal de Florianópolis.

No referido livro, Esteve (1999) realiza um estudo sobre os indicadores e as consequências do mal-estar docente, e como um dos “fatores principais” desse mal estar emergem a falta de recursos materiais e as condições de trabalho.

Em relação aos professores, Esteve (1999, p. 48) observa que:

[...] queixam-se explicitamente da contradição que supõe, por um lado, que a sociedade e as instâncias superiores do sistema educacional exijam e promovam uma renovação metodológica, sem, ao mesmo tempo, dotar os professores dos recursos necessários para levá-la a cabo. Quando esta situação se prolonga a médio e longo prazo, costuma-se produzir uma reação de inibição no professor, que acaba aceitando a velha rotina escolar, depois de perder a ilusão de uma mudança em sua prática docente que, além de exigir-lhe maior esforço e dedicação, implica a utilização de novos recursos dos quais ele não dispõe.

A revista Educação & Sociedade de maio/agosto de 2009 dedicou o seu volume 30 à divulgação do dossiê “Saúde e trabalho docente: articulação imprescindível”, que traz estudos de diferentes contextos educacionais: Argentina, Chile, México e Brasil. Na apresentação, as organizadoras Oliveira e Assunção (2009, p. 343) destacam que as políticas educacionais preocupam-se com o ensino, com os conteúdos, mais recentemente com o “desenvolvimento de competências e habilidades” e com os recursos pedagógicos para atingir seus objetivos; no entanto, pouco consideram do “esforço empreendido pelos professores para compensar a ausência ou deficiência” dos meios necessários à realização das atividades.

---

condições de trabalho estão muito acima daquelas a que estão submetidos os brasileiros, já é possível perceber uma situação aflitiva e estressante condicionando a qualidade de trabalho, imagine o que se pode dizer a respeito da situação no Brasil?”

As organizadoras também salientam que os estudos divulgados pela revista “evidenciam a existência de forte associação entre as queixas de saúde e as condições de trabalho” (OLIVEIRA; ASSUNÇÃO, 2009, p. 344).

A fadiga e a frustração constantemente mencionadas pelos docentes podem estar associadas aos obstáculos relacionados ao volume de trabalho e à precariedade das condições existentes, mas também às altas demandas de trabalho, incluindo as demandas emocionais, junto com uma expectativa social de excelência, cujo limite é exigir do professor uma atuação capaz de reverter a situação na qual se encontra.

Uma pesquisa realizada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) (VIEIRA, 2004) divulgada no livro “Identidade Expropriada – retrato do educador brasileiro” entrevistou 4.656 educadores, em dez estados brasileiros, em todos os níveis e redes de ensino. Entre os tópicos pesquisados estão salário, carreira e jornada. Sobre isso, uma das observações é de que “[...] os educadores trabalham, em média, mais 14 horas semanais, sendo o tempo gasto, em casa, com trabalhos profissionais, de 8 horas” (VIEIRA, 2004, p. 51). Para a autora, essa constatação tem “muitas consequências sobre as condições de saúde, sobre a relação com a família, sobre a qualidade do trabalho” (VIEIRA, 2004, p. 51).

Delcor, Araújo, Reis, Porto, Carvalho, Silva, Barbalho e Andrade realizaram uma pesquisa em 2001 sobre as condições de trabalho e saúde da rede particular de ensino de Vitória da Conquista, Bahia. Seu trabalho incluiu quase todos os professores (exceto os de educação física, informática e língua estrangeira), do ensino pré-escolar até o ensino médio, das dez maiores escolas da rede particular de ensino da cidade. Segundo os pesquisadores, “encontrou-se uma população de professores jovens e de sexo feminino, com elevada carga horária, vários locais de trabalho, baixa renda mensal e alta demanda psicológica e física”. Quanto aos resultados “apoiam a hipótese de que o desgaste do corpo dos professores é determinado, em boa parte, pelo tipo e pela forma de organização de seu trabalho”.

Assunção e Oliveira (2009), no artigo “Intensificação do trabalho e saúde dos trabalhadores” discutem que a centralidade dada aos professores nas reformas educacionais em andamento representam

exigências para as quais as condições de trabalho não estão adequadas, colocando em risco a saúde dos trabalhadores.

As autoras apontam que:

As políticas educacionais das últimas décadas provocaram mudanças que causaram grande impacto sobre a organização e a gestão escolar. A expansão da escolaridade e a consequente universalização do ensino fundamental nas redes públicas brasileiras trouxeram um maior contingente para o sistema educativo e maior complexidade das demandas apresentadas à escola. Essas demandas chegaram à escola sem que as condições objetivas de atendimento fossem adequadas à nova situação, o que tem resultado em intensificação do trabalho docente. (OLIVEIRA E ASSUNÇÃO, 2009, p. 366)

Em janeiro de 2007 foi publicado o Estado da Arte sobre “Condições do trabalho e suas repercussões na saúde dos professores da educação básica no Brasil”, sob a coordenação das professoras Marcia de Paula Leite e Aparecida Neri de Souza, do departamento de Ciências Sociais na Educação da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas. O estudo dedicou-se às dissertações, teses, coletâneas e livros contendo pesquisas realizadas entre 1997 e 2006 sobre o assunto. O resultado do Estado da Arte destaca a existência de certo consenso nas pesquisas quanto às possíveis relações entre condições de trabalho e adoecimento docente.

Constata-se a existência de diversas pesquisas não só no Brasil, como também em outros países, acerca da relação entre adoecimento e condições de trabalho. Nesse contexto, também as relações de trabalho passam por um processo de deteriorização, como se discutirá a seguir.

## 2.3 RELAÇÕES DE TRABALHO

Dejours (1992, p. 75) entende por “[...] relação de trabalho todos os laços humanos criados pela organização do trabalho”. Segundo ele, a organização do trabalho compreende “a divisão do trabalho, o conteúdo da tarefa”, as relações com as chefias e com os demais trabalhadores, as questões de responsabilidade, etc. (DEJOURS, 1992, p. 25).

Ao se reportarem às relações com as chefias, as falas das professoras foram as seguintes:

- “extremo autoritarismo na rede, medo permeando as relações de trabalho”;
- “formar/coibir as chefias para que diminuam a opressão, o autoritarismo e a hipocrisia”;
- “diminuir exigência de formulários e relatórios burocráticos”;
- “diminuir cobranças excessivas”;
- “tratar os professores com maior respeito, e de forma igual”;
- “quando lidar com problemas que aconteceram nas escolas não agir como se sempre o professor fosse o culpado”;
- “olhando para nós professores como amigos/companheiros de uma mesma empresa e não como ‘inimigos’, cujo prazer parece ser sempre o de nos fazer seres oprimidos, exigindo, exigindo, exigindo...”;
- “temos que aprovar o aluno independente se ele estuda ou não na sala de aula e preparar bonitos relatórios para a prefeitura. E se não preparar, entra como não atende, ou atende parcialmente na avaliação do professor”;
- “não tratando os professores como se fossem criminosos”;
- “avaliar de que forma estão conduzindo a relação Secretaria Municipal de Educação/professores”;
- “tratando da mesma forma todos os profissionais”;
- “principalmente pela sobrecarga de trabalho que pouco nos permite pensar e sistematizar o trabalho pedagógico, na medida em que não há abertura no espaço escolar para debater a escola”;
- “cobrança sem ter um olhar para o humano. Somos vistos como máquinas reprodutivas”;
- “em minha família o tempo se divide na época feliz antes da chefia X, e tudo que aconteceu depois”;
- “cobrança por parte da equipe pedagógica apenas com os ACTs, dentre outros”.

De acordo com Dejours, todos os laços humanos existentes no local de trabalho compõem as relações de trabalho. Uma dessas relações é a que existe entre os próprios trabalhadores de uma escola. Assim, as relações pessoais existentes dentro de uma escola compõem as relações de trabalho mediadas pela sociedade capitalista em que se vive. Compreende-se o professor envolvido nessa relação “como um assalariado subsumido à lógica do capital, colaborando no processo de produção, sujeito às crises pertinentes ao próprio sistema, à dominação e

exploração da sua força de trabalho, assim como todos os outros trabalhadores” (ROSA, 2009, p. 16). Dessa forma, assim como todos os demais trabalhadores, as professoras participantes desta pesquisa também estão sujeitas às implicações do modo de produção capitalista.

Ao analisar os graves aspectos econômicos que atingem direta ou indiretamente o mundo do trabalho, as relações e, por consequência, os próprios trabalhadores, Dejours (2006) alerta: para sobreviverem no mercado, os indivíduos terão que se superar a si próprios, ou seja, terão que ser cada vez mais competitivos e mais eficientes que seus colegas – o individualismo perpassará as relações.

Sennett (2000, p. 25) salienta que o caráter se forma pelos valores existentes socialmente, e que na sociedade de “capitalismo flexível”, os valores são marcados pelo “distanciamento e a cooperatividade superficial”, pelo não comprometimento, “pela fraqueza da lealdade e do compromisso mútuo” (SENNETT, 2000, p. 27).

O termo caráter concentra-se sobretudo no aspecto a longo prazo de nossa experiência emocional. É expresso pela lealdade e o compromisso mútuo, pela busca de metas a longo prazo, ou pela prática de adiar a satisfação em troca de um fim futuro. Da confusão de sentimentos em que todos estamos em algum momento em particular, procuramos salvar e manter alguns; esses sentimentos sustentáveis servirão a nossos caracteres. Caráter são os traços pessoais a que damos valor em nós mesmos, e pelos quais buscamos que os outros nos valorizem. Como decidimos o que tem valor duradouro em nós numa sociedade impaciente, que se concentra no momento imediato? Como se pode buscar metas de longo prazo numa economia dedicada ao curto prazo? (SENNETT, 2000, p. 10-11)

Seligmann-Silva (2004, p. 70) chama a atenção para uma grave advertência feita por pensadores do porte de Polanyi, Morin, Habermas, Apel, Beck, entre outros, “sobre os riscos contidos na escalada de uma modernidade dominada pela fé em um mercado cego e por diretrizes despojadas de uma valorização de essência humana”. A autora utiliza a expressão genérica “síndrome da insensibilidade” para explicar a “indiferença”, a “inibição de iniciativas e supressão da criatividade” (SELIGMANN-SILVA, 2004, p. 58).

Na mesma perspectiva constata-se que os laços humanos criados pela organização do trabalho, existentes também dentro das escolas do ensino fundamental de Florianópolis, são mediados, entre outros aspectos, pela competição, pelo individualismo, pela inveja e pela indiferença – valores que prejudicam a construção de um ambiente saudável de trabalho.

Outra relação que se observa dentro de uma escola ocorre entre chefia imediata e diretor. A Rede Municipal de Ensino de Florianópolis realiza eleições diretas para diretores de escolas básicas desde 1986. Com o passar dos anos, esse processo foi se consolidando e se ampliando até que, em 1994, estendeu-se à pré-escola e às escolas desdobradas (CARDOSO, 2008), com o envolvimento dos estudantes, de suas famílias e de todos os trabalhadores da unidade.

No entanto, mesmo com o processo democrático acontecendo nas escolas básicas há mais de 20 anos, os problemas enfrentados pelos trabalhadores em suas relações diretas com sua chefia imediata e com as chefias da Secretaria Municipal de Educação são significativos. Para identificá-los basta avaliar as respostas das professoras à pesquisa. Vários estudos já demonstraram que, mesmo onde há processos democráticos, as políticas dos organismos internacionais se fazem presentes.

De acordo com Oliveira (2001), existe a “tentativa de descentralizar decisões de segunda ordem”, repassando serviços dos órgãos centrais para a escola. Esse processo além de não corresponder à “liberdade e autonomia das escolas para se autogerirem” (OLIVEIRA, 2001, p. 79), pois para as decisões de primeira ordem não são chamadas, ainda repercutem diretamente sobre a organização da escola e sobre o trabalho docente representando intensificação do trabalho, o que pode contribuir ao processo de adoecimento.

Cardoso, que estudou os determinantes e as transformações no trabalho do diretor das escolas do ensino fundamental da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis no período de 1997 a 2007, apresenta de que forma algumas questões foram sendo descentralizadas e como determinadas expressões começaram a fazer parte do dia a dia das escolas, tendo como contribuição os serviços prestados pela empresa privada que atua na área de Gestão de Organizações, a Nortia:

A Nortia, através da descentralização financeira, controle de estoque, enxugamento da estrutura organizacional da SME, introduziu no cotidiano escolar na Rede Municipal de Educação conceitos

e princípios gerenciais calcados na eficiência, eficácia, prestação de contas, produto final, produtividade, agregar valor, entre outros. A incorporação desses conceitos no dia-a-dia dos trabalhadores da educação promove uma concepção de gestão educacional muito mais orientada para os resultados do que para os processos, articulada à ideia de que a escola eficaz deve saber gerenciar bem seus recursos financeiros e humanos para conseguir mais produtividade. Os diretores escolares começam aos poucos a assimilar novas atribuições, naturalizá-las e atuar como gerentes escolares. Aos poucos, a preocupação com a qualificação do processo ensino-aprendizagem vai perdendo espaço para a preocupação central com os resultados que a escola apresenta, resultados pautados em indicadores como evasão, reprovação e também na comprovação da racionalização dos gastos e de eficiência na aplicação dos recursos que a escola recebe (CARDOSO, 2008, p. 119)

A autora ainda observa que, apesar de haver muita resistência por parte dos diretores à implementação da política de gerenciamento das escolas, seu trabalho sofreu transformações representadas, entre outros aspectos, pela sobrecarga de tarefas e responsabilidades. Uma das responsabilidades do diretor é dirigir o trabalho dos professores na busca do atendimento das metas. “As políticas definidas em nível federal para a educação brasileira são repassadas para os diretores da Rede Municipal de Florianópolis como informes acompanhados de orientações sobre como devem ser cumpridas as metas e implementadas as ações oriundas dessas políticas” (CARDOSO, 2008, p. 123).

Portanto percebe-se que, mesmo enfrentando, muitas vezes, resistência por parte dos diretores eleitos, a política dos organismos internacionais e do MEC, em ritmos diferentes, chega às escolas. A Secretaria Municipal de Educação cobra atitudes dos diretores, e estes cobram dos professores, que por sua vez se encontram divididos entre as cobranças e as reais possibilidades de atendê-las, o que causa, na maioria das vezes, o adoecimento. Ainda houve discursos, como se verá a seguir, relacionados ao processo de adoecimento e a como os professores, quando adoecidos, se reconhecem diante do olhar das chefias e dos demais colegas no local em que trabalham.

- “dando condições ao professor de se curar com respeito de todos, inclusive da própria secretaria”;
- “não ver os professores como ‘preguiçosos’”;
- “trabalhar para elevar a auto-estima”;
- “não só acusar os professores de vagabundos”;
- “não somos máquinas”;
- “não tirando direitos já ajuda”;

De acordo com Santos e Lima Filho (2004), a situação vivenciada pelos docentes – que envolve cobranças sem que haja possibilidade de reais condições de efetivá-las – pode “imprimir no docente um visível desgaste físico e psíquico. Esse processo continuado acaba por levar o professor à situação de *Burnout*”. Entende-se *Burnout*, que pode ser traduzido também por Síndrome de Esgotamento Profissional, como

[...] um tipo de resposta prolongada a estressores emocionais e interpessoais crônicos no trabalho. Tem sido descrita como resultante da vivência profissional em um contexto de relações sociais complexas, envolvendo a representação que a pessoa tem de si e dos outros. O trabalhador que antes era muito envolvido afetivamente com os seus clientes, com os seus pacientes ou com o trabalho em si, desgasta-se e em um dado momento desiste, perde a energia ou “queima completamente”. O trabalhador perde o sentido de sua relação com o trabalho, desinteressa-se e qualquer esforço lhe parece inútil. (JARDIM; SILVA FILHO; RAMOS, 2004, p. 74)

Segundo Jardim, Silva Filho, Ramos (2004, P. 74), os trabalhadores da educação atuam em uma das principais profissões afetadas pela síndrome referida, cujos sintomas inespecíficos são: “[...] insônia, fadiga, irritabilidade, tristeza, desinteresse, apatia, angústia, tremores, inquietação, caracterizando síndrome depressiva e/ou ansiosa” (JARDIM; SILVA FILHO; RAMOS, 2004, p. 79). Os autores chamam atenção “[...] para a importância dos fatores da organização do trabalho na explicação da Síndrome de Esgotamento Profissional” (JARDIM; SILVA FILHO; RAMOS, 2004, p. 83).

As reflexões a seguir demonstram a existência de outro ponto relevante para docentes, que compõe os debates atuais sobre suas



responsabilidades – as cobranças externas sobre esses profissionais: “falta de parceria com os pais dos alunos”; “através do alto nível de cobrança por parte dos pais e da Secretaria de Educação. Percebe-se que o trabalho do professor é cada vez mais desvalorizado”. Assim, o que se observa é que os professores sofrem a constante desvalorização e precarização de seu trabalho. De acordo com Neto (2009), hoje se vivencia o aumento da responsabilidade e uma campanha persistente de controle externo do trabalho do professor, seja ele exercido pelas chefias, por meio dos mecanismos de avaliação, ou pelos próprios pais, incentivados pelas campanhas nacionais de acompanhamento dos índices de aproveitamento dos alunos nos sistemas nacionais de avaliação implementadas pelo governo federal.

Diante desse quadro percebe-se que os professores estão entre as categorias propensas ao Burnout, que pode ser resultante da insatisfação entre o que se exige, o que se planeja e o que se consegue atingir, mas que também pode ser motivado pelas relações e organizações do trabalho.

As cobranças que atingem o professor não se restringem apenas ao que se desenvolve em seu horário de trabalho, mas interferem também na organização do seu tempo livre, como se verá a seguir.

## 2.4 TEMPO LIVRE

Em relação a que atividades desenvolvem no tempo em que não estão no trabalho, 53 professoras assinalaram atividades domésticas; 49 atividades físicas; 30 leituras e 30 também assinalaram ficar com a família; 28 realização de atividades relacionadas à escola e 28 também assinalaram estudos; 19 atividades de lazer; 16 televisão e internet; 13 voluntariado e 13 cinema; 11 realizam outro trabalho; 7 assinalaram viagens e 17 professoras deixaram a pergunta em branco. As professoras pesquisadas puderam optar por mais de uma alternativa, o que justifica o alto número de ocorrências para cada atividade.

Chama a atenção o fato de que atividades ligadas à arte, como artesanato, pintura, teatro, cinema, música, festivais, etc. não aparecem entre as que mais ocupam o tempo livre das professoras pesquisadas. Algumas até se incluem nas “atividades de lazer”, mas encontra-se em sétimo lugar.

Dejours, que entende o tempo fora do trabalho como “compensação aparentemente natural das violências do trabalho”, entende que esse tempo “não traz para todos as vantagens que poderíamos esperar” (1992, p.45). Segundo o autor, o custo financeiro

das atividades fora do trabalho impede que a maioria dos trabalhadores organize com prazer seu tempo livre.

Antes de observar as principais respostas das professoras pesquisadas, importa discutir o que se entende por tempo livre. Cândido (2008, p. 15), apoiando-se em Waíchman e Marx, explica:

Só é possível definir o tempo livre a partir do tempo não-livre, do tempo ocupado, onde se tem uma obrigação para com alguém e algo. Segundo Waíchman (1997, p. 112), “podemos definir descritivamente o tempo livre como aquele modo de manifestar-se o tempo pessoal, que é sentido como livre quando dedicado a atividades autocondicionadas de descanso, recreação e criação para compensar-se e, por último, afirmar-se a pessoa individual e socialmente”. A contradição do emprego, essa atividade remunerada, ao trabalho, segundo Marx (2004), leva o homem a se sentir homem nas suas atividades animais, comer, dormir, reproduzir-se, e não se reconhecer como homem na atividade que o define como homem, o trabalho. Isto se deve necessariamente ao trabalho voltado a produção do valor, por via da mercadoria, do capitalismo, que causa a alienação do trabalhador.

Conforme discussão apresentada no capítulo 1 deste trabalho, com o desenvolvimento da maquinaria, da tecnologia e da informática a sociedade poderia dispor de um “tempo livre de trabalho, disponível para o florescimento das capacidades dos indivíduos” (JINKINGS, 2005, p. 19). Entretanto, em uma sociedade capitalista, o sistema apropria-se justamente desse desenvolvimento para fazer com que, cada vez mais, o tempo livre do trabalho seja mesclado por ele. Também já se discutiu como é comum que hoje muitos trabalhadores desenvolvam suas funções em casa, por tarefa, sem hora para iniciar ou terminar.

Com os professores não ocorre diferente, pois as mudanças impostas à escola resultam no aumento no seu volume de tarefas, o que acaba consumindo seu tempo também fora da instituição, aspecto que será aprofundado adiante.

Observando as respostas das professoras pesquisadas tem-se, em primeiro lugar, como ocupação do tempo fora do trabalho, a realização de atividades domésticas e, em terceiro lugar juntamente com leituras

encontra-se, ficar com a família. Conforme se mostrou anteriormente, 76,36% das pesquisadas são mulheres, na maioria casadas e com filhos. Portanto, de acordo com André (2002) e Carvalho (1999), torna-se compreensível por que as respostas como atividades domésticas e ficar com a família aparecem em destaque.

A identidade das professoras estudadas por Zacchi (2004, p. 118) é de:

Uma professora que divide o trabalho docente com atividades domésticas e outras complementares de renda. Que exige de seu corpo e de sua mente mais do que podem suportar. Que dorme tarde planejando aulas e corrigindo trabalhos e acorda cedo para organizar a casa. Que faz faxina em sua casa durante as madrugadas enquanto outros dormem. Que se tortura e se culpa pelo fracasso dos alunos. Que é mulher-mãe-trabalhadora e que vive o conflito de não ter tempo para os filhos, de não acompanhá-los, de não vê-los crescer.

Nesse contexto, conclui: “Essencialmente, constatamos que o trabalho docente – devido à natureza e condições de realização no contexto capitalista – afeta a saúde de muitos professores” (ZACCHI, 2004, p.121).

A realização de atividades físicas aparece em segundo lugar na lista do que os professores fazem em seu tempo livre. Martinez (2007, p. 81-82) alerta para o fato de que não se devem “desprezar os possíveis ganhos na condição física dos envolvidos”, porém ressalta que a intervenção da Educação Física não deve servir para contribuir na preparação do trabalhador para ser ainda mais explorado; deve ser no sentido de ajudá-lo a identificar problemas e buscar soluções coletivas.

A autora destaca que a atividade física é “buscada de forma mágica”, e que “só tem saúde quem pratica atividade física, independente de outras condições que constituem a vida das pessoas” (MARTINEZ, 2007, p. 70). Assim, abordar a atividade física como possível solução aos processos de adoecimento implica individualizar o problema e considerar que os professores estão adoecendo porque não se cuidam, porque não possuem uma vida saudável. Diante dessa perspectiva, tal problema não teria relação com as condições de trabalho. Segundo a autora,

Na atualidade, vários programas lutam contra os males da inatividade física. Embasados em uma série de artigos científicos que elegeram o sedentarismo como o “inimigo do século”, salientam a importância de “estilos de vida saudáveis” para prevenir doenças crônico-degenerativas, como diabetes e hipertensão arterial. De acordo com Castiel e Vasconcellos-Silva (2006), este enfoque é individualista, pois responsabiliza as pessoas para que se exercitem, da maneira como puderem, com a promessa de longevidade e qualidade de vida. Desta forma, acabam culpabilizando a grande maioria que não “optou” por uma pretensa vida saudável com a prática regular de exercícios e uma alimentação equilibrada. (MARTINEZ, 2007, p. 71)

Em relação às professoras participantes desta pesquisa, percebe-se que os vários programas pela “vida saudável” têm seus efeitos, uma vez que seu tempo fora do trabalho é majoritariamente ocupado por atividades físicas. Os meios de comunicação, as conversas na escola, a própria Secretaria Municipal de Educação e as orientações médicas exercem certa forma de pressão para que as professoras pratiquem atividade física. Diante desse contexto destaca-se o Programa de Saúde e Bem-Estar dos Servidores (PROSABES<sup>15</sup>), implantado em 2005 pela Secretaria Municipal de Educação de Florianópolis, inicialmente com o objetivo de atendimento individualizado e com aspecto curativo, ou seja, destinado a quem já se encontrava com problemas de saúde. “Atualmente este Programa promove um trabalho de reflexão e prevenção, norteados pelos conceitos de saúde e qualidade de vida” (Anexo C, Comunicação Interna nº 412, 2008, p. 4).

Percebe-se que o Programa foi alterando sua concepção com o passar dos anos. Atualmente o Programa oferece oficinas terapêuticas de dança de salão, ioga, pilates no solo, natação e hidroginástica fora do horário do trabalho; projetos de ação na adaptação, voltados aos trabalhadores já readaptados; relações interpessoais; e campanhas de ginástica laboral, saúde vocal e proteção solar. A LOTUS Formação e Práticas Terapêuticas<sup>16</sup> é a empresa contratada responsável pelos profissionais especializados, espaços físicos, materiais e equipamentos

---

<sup>15</sup> Maiores informações em [www.pmf.sc.gov.br/entidades/educa/](http://www.pmf.sc.gov.br/entidades/educa/) PROSABES.

<sup>16</sup> Maiores informações em [www.lotusterapia.com.br/clinica/index.php](http://www.lotusterapia.com.br/clinica/index.php)

para essas campanhas. Contudo não é objetivo desta pesquisa avaliar as concepções de tal programa nem mesmo seus resultados, que mereceriam um estudo específico.

No entanto algumas questões desse programa devem ser destacadas no contexto desta pesquisa. Segundo o documento de implantação do PROSABES, deverão ser feitas avaliações sistemáticas e periódicas do Programa para “medir” os seguintes indicadores: a) Indicadores Institucionais: diminuição do percentual de absenteísmo; redução do percentual das licenças de saúde; diminuição do percentual de faltas injustificadas; diminuição do percentual do número de readaptados; diminuição do percentual do número de queixas e reclamações. b) Indicadores em Nível de Servidores: verificação no nível de satisfação dos servidores através de pesquisa realizada durante o projeto; elevação dos níveis de autoestima; elevação dos níveis de motivação; melhoria das relações interpessoais; melhoria do convívio social (Anexo C, Comunicação Interna nº 412, 2005, p. 17-18).

Portanto, mesmo fazendo uma avaliação superficial da relação do PROSABES com os trabalhadores da educação, e considerando Martinez (2007), encontram-se no programa respostas que explicam por que as atividades físicas aparecem como uma das ocupações principais do tempo fora do trabalho das professoras pesquisadas. O programa pode estar contribuindo para construir a individualização do problema e tirando do foco, por exemplo, as condições de trabalho, referidas por muitos pesquisadores como das principais causadoras do adoecimento docente.

Não se descartam, de acordo com Martinez (2007), os possíveis ganhos dos praticantes das atividades físicas, mas é necessário que se discutam as questões que vão além dos Indicadores Institucionais e envolvem a vida das pessoas, como moradia, emprego, salário, transporte, condições e relações de trabalho, etc., que não estão relacionadas nos “Indicadores” descritos anteriormente.

Leituras aparecem em terceiro (juntamente com ficar com a família) e estudos aparecem em quarto lugar (juntamente com realização de atividades relacionadas à escola) nas respostas sobre o que os docentes fazem em seu tempo livre. Aqui é importante evidenciar alguns aspectos importantes: os professores substitutos enfrentam maiores dificuldades de ser liberados do trabalho para a realização de cursos de graduação ou pós-graduação, o que os obriga, muitas vezes, a frequentar esses cursos à noite ou nos finais de semana; aos professores efetivos, a liberação remunerada para cursos de pós-graduação torna-se mais fácil, no entanto, por várias razões (de organização da escola ou individuais)

estes acabam também estudando nos finais de semana ou à noite; a formação continuada ofertada pela Secretaria Municipal de Educação não atende a todos, principalmente por falta de pessoal na escola para substituir a professora afastada; ainda sobre a formação continuada, em alguns casos específicos elas são oferecidas à noite, e isso faz com que o professor que não participe seja responsabilizado pelo não atingimento das metas, entretanto, se participar, estará contribuindo para ampliar a jornada de trabalho. Contudo as professoras ainda assim estudam e preocupam-se com sua formação e com leituras, uma vez que ocupam parte significativa do tempo fora do trabalho com essas atividades, que acabam se tornando mais um aspecto na sua sobrecarga de trabalho, podendo contribuir para o seu adoecimento.

Esteve (1999, p. 36) considera a necessidade constante de atualização como um elemento que contribui para o “mal-estar docente”. Gasparini (2005), em pesquisa sobre o aumento das tarefas dos professores, observa que entre suas demandas estão a necessidade de formação continuada e a qualificação e requalificação constantes, que geram um aumento da jornada de trabalho não reconhecido e não remunerado.

Esse é um dos importantes pontos da pesquisa feita por Vieira (2004), já comentada anteriormente, que verificou que, em média, as professoras trabalham 14 horas semanais fora do horário de trabalho com correções, relatórios, formulários, preparações de aulas, de atividades, etc. Essas horas não são reconhecidas e muitas delas nem remuneradas, o que intensifica o trabalho docente. Trabalhos relacionados à escola aparecem em quarto lugar na ocupação do tempo disponível das professoras pesquisadas.

O lazer encontra-se em sétimo lugar entre as ocupações do tempo fora do trabalho. De acordo com Cândido (2008, p. 14), na atual sociedade de classes, o lazer, uma das formas sociais de ocupação do tempo livre, é, “na sua essência, entendido como espaço de recomposição da força de trabalho despendida na atividade laboral”. Por outro lado, segundo o autor, é também espaço de contradição.

O lazer entendido dialeticamente, assim como todo novo fenômeno social, traz em si o germe de sua superação. Por isso, ele apresenta, contraditoriamente a sua função hegemônica, possibilidades de potencializar a formação de sujeitos revolucionários. Essa forma contra-hegemônica do lazer é identificada quando ele

acontece em um projeto de organização revolucionária dos trabalhadores - para além do simples descanso e gozo de práticas culturais empobrecidas - como espaço de apreensão crítica da cultura historicamente produzida pela humanidade, mediado e mediando o entendimento da necessidade da superação do sistema sociometabólico do capital (CÂNDIDO, 2008, p. 14).

Como foi possível observar, o tempo fora do trabalho está em grande proporção mesclado com atividades que, direta ou indiretamente, estão interligadas ao trabalho e contribuem também ao processo de adoecimento das professoras pesquisadas. Esse processo será estudado com mais atenção no tópico a seguir.

## 2.5 PROCESSO DE ADOECIMENTO

Esteve (1999, p. 25), que se dedicou a estudar o “mal-estar docente”, registra que esse termo é utilizado para “descrever os efeitos permanentes de caráter negativo que afetam a personalidade do professor como resultado das condições psicológicas e sociais em que se exerce a docência” e destaca, como consequências, o absenteísmo trabalhista e o abandono da profissão docente, as repercussões negativas da prática docente sobre a saúde dos profissionais e as doenças dos professores.

Com efeito, uma das consequências do processo de adoecimento dos trabalhadores docentes é o alto número de ausências ao trabalho. Por meio dos dados fornecidos pela Prefeitura Municipal de Florianópolis, solicitados através de ofício à perícia médica, pode-se observar que o número de dias de afastamentos ao trabalho dos professores e auxiliares de ensino das escolas do ensino fundamental por problemas de saúde aumenta a cada ano. Os dados abaixo referem-se a professores e professoras do mesmo campo empírico desta pesquisa.

Tabela 1 – Número de dias de afastamentos de 2001 a 2010

Ano	Número de dias afastados
2001	7.222 dias
2002	10.447 dias
2003	10.078 dias
2004	13.459 dias
2005	19.789 dias
2006	20.700 dias
2007	27.644 dias
2008	31.751 dias
2009	31.462 dias
2010	55.871 dias

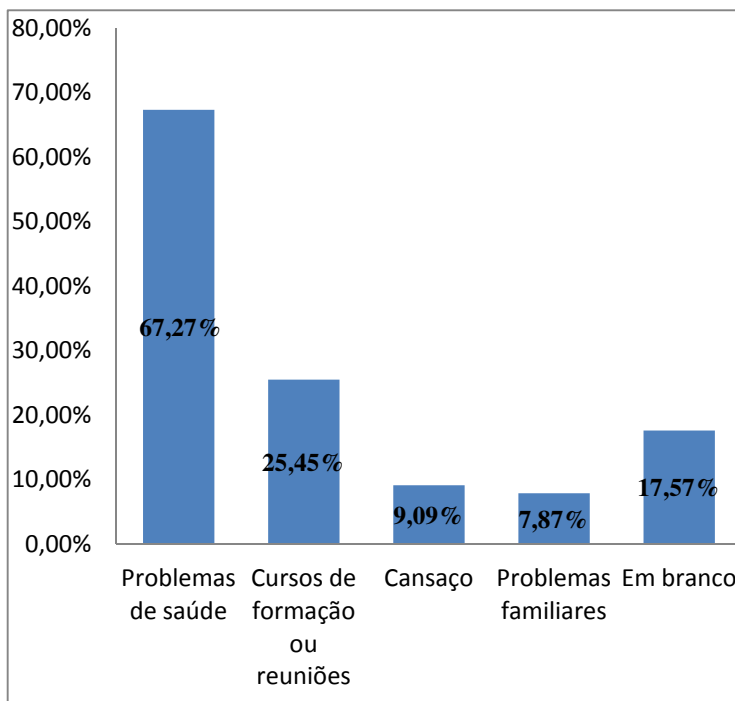
Fonte: Perícia Médica da Prefeitura Municipal de Florianópolis

Entre as professoras pesquisadas, 67,87% assinalaram faltar ao trabalho, enquanto 31,51% assinalaram que não se ausentam. Entre as que se ausentam, 19,64% responderam faltar com certa frequência (1 a 3 vezes por mês); 56,25% responderam faltar de 1 a 5 vezes ao ano e 24,10% responderam faltar de 6 a 10 vezes ao ano.

Entre os motivos mais frequentes de suas faltas ao trabalho emergem os problemas relacionados à saúde (67,27%), seguidos de cursos de formação ou reuniões (25,45%); cansaço (9,09%) e problemas familiares (7,87%).



Gráfico 8 – Motivos mais frequentes das faltas ao trabalho



Fonte: Dados fornecidos pelos questionários

Diante disso percebe-se que as professoras pesquisadas, em sua maioria, faltam ao trabalho, e o principal motivo está relacionado a problemas de saúde. De acordo com Esteve (1999, p. 63), as ausências ao trabalho podem estar representando uma “forma de buscar um alívio que permita ao professor escapar momentaneamente das tensões acumuladas em seu trabalho”. Ainda segundo o autor, o absenteísmo é uma das consequências do mal-estar docente.

Sobre o período em que aconteceram os afastamentos do trabalho por licença médica, 17,57% das professoras responderam terem necessitado de afastamento médico nos últimos dois meses do ano de 2010; ao se considerar um período mais longo, o último semestre de 2010, observa-se que 26,06% das professoras tiveram necessidade de afastamento; no primeiro semestre de 2010, 27,27% das professoras se afastaram do trabalho sob licença médica.

A respeito da média de duração dos afastamentos por licença médica, observa-se que, para 43,03% das professoras, os afastamentos duraram de 1 a 3 dias; para 9,09% das professoras, duraram de 4 a 10 dias ou de 10 a 15 dias; e, para 11,51%, os afastamentos duraram mais de um mês.

De acordo com os dados citados, pode-se observar que a maioria das professoras pesquisadas precisou de afastamento médico em períodos diferentes e curtos, com duração média de 1 a 3 dias.

Os principais problemas de saúde enfrentados no último período citados pelas professoras com incidência alta foram os seguintes: mais de 80% apresentavam sinais de estresse ou nível elevado de fadiga e 34,48% apresentavam dores musculares. Para problemas de incidência média, o registro, por ordem decrescente, foi de: 30,17% de distúrbios da voz; 28,44% de dores musculares; e 26,72% de nível elevado de fadiga. Os problemas de baixa incidência, em ordem decrescente, são de: depressão, em 37,06% dos casos; problemas do aparelho respiratório, em 27,58% dos casos; e distúrbio da voz, em 25% dos casos.

Ainda sobre os principais problemas de saúde, 29,69% das professoras pesquisadas não destacaram grau de incidência. Destacaram apenas quais problemas, em ordem decrescente, foram sentidos no último ano. Entre eles, os que mais chamaram atenção foram: nível elevado de fadiga em 46,34% delas; alterações do sono em 43,90%; sinais de estresse em 36,58%; e distúrbio da voz em 34,14% das entrevistadas.

É importante registrar que 1,81% das professoras pesquisadas responderam não ter tido problemas de saúde no último ano; 0,6% referiram unicamente “desmotivação profissional” e 0,6% responderam: “nunca adoeci, trabalho 20 horas semanais”.

Da observação dos dados fornecidos pela perícia médica da Prefeitura Municipal de Florianópolis depreendem-se os problemas de saúde responsáveis pelo maior número de afastamentos dos professores e auxiliares de ensino do ensino fundamental de 2006 a 2010.

Tabela 2 – Problemas de saúde e afastamentos entre 2006 e 2010

Problemas de saúde	Número de afastados
Transtornos mentais e comportamentais, em que podem ser incluídos os problemas depressivos e os sinais de estresse;	1320 professores
Doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo, em que podem ser incluídas as dores musculares;	954 professores
Febres que influenciam o estado de saúde e o contato com os serviços públicos;	733 professores
Doenças do aparelho respiratório, em que podem ser incluídos os distúrbios da voz;	375 professores
Lesões, envenenamento e algumas consequências de causas externas;	237 professores
Doenças do olho e anexos;	124 professores
Gravidez, parto e puerpério;	101 professores
Neoplasias;	93 professores
Sintomas, sinais e achados anormais;	72 professores
Doenças do aparelho circulatório;	71 professores

Fonte: Perícia Médica da Prefeitura Municipal de Florianópolis

É importante observar também que, ao se confrontarem os dados fornecidos pela perícia (Tabela 2) com os principais problemas de saúde referidos pelas professoras pesquisadas – sejam eles transtornos mentais e comportamentais, osteomusculares e respiratórios – verifica-se que em 2008 e 2009 ocorreu o auge em termos de número de professores afastados, com significativa redução em 2010 (ver Gráfico 9 em anexo). Apontam-se algumas alternativas para se analisar esse movimento, expresso nos dados da (Tabela 1): o número de dias de ausências ao trabalho decorrentes de atestados médicos obteve forte alteração entre os anos de 2004 e 2005, 2006 e 2007, e quase dobrou de 2009 para 2010, passando de 31.462 dias de afastamento para 55.871 dias. Por um lado, pode-se supor que os motivos dos afastamentos se diversificaram de um ano para outro, ou que os mesmos afastamentos tiveram duração maior em alguns anos. Por outro lado, de acordo com o artigo “Saúde mental e trabalho: os problemas que persistem”, das pesquisadoras Sato e Bernardo (2005), sintomas como dores musculares, enxaquecas e LER, que podem ser atribuídos à condição de sofrimento mental, nem sempre são considerados pelos médicos peritos como transtorno mental, podendo representar alterações nos registros dos índices.

Vimos no primeiro capítulo deste trabalho que, para superar suas crises, o sistema capitalista de produção busca alternativas. É nesse

contexto “que se redesenham novas (e velhas) modalidades de trabalho”, cujo objetivo é “ampliar as formas de agregação de valor” (ANTUNES, 2008). Entre as consequências há “uma monumental tendência à precarização do trabalho em escala global. [...] que rebate diretamente em nosso continente e, em particular, nas condições de trabalho em nosso país” (ANTUNES, 2008).

Portanto, segundo Antunes (2008, p. 2):

O trabalho, espaço de sobrevivência possível para aqueles que só dispõem da venda de sua força de trabalho tornou-se, então, o *lócus* por excelência das jornadas extenuantes, da precarização dos direitos sociais, medos e dos temores constantes do desemprego, do *stress* para se manter no emprego, ou ainda das lesões por esforço repetitivo (LER) e dos múltiplos modos de ser do adoecimento. É um adoecimento típico da era informacional”.

Assim, se o adoecimento é uma das consequências decorrentes principalmente das condições de trabalho impostas pela precarização advinda das estratégias do capital em busca da superação de sua crise – que possuem na reestruturação produtiva e no aprofundamento das políticas neoliberais seus principais pilares – por que nas escolas do ensino fundamental da Rede Municipal de Florianópolis haveria de ser diferente?

Por meio desta pesquisa identificam-se as condições e relações de trabalho existentes na Prefeitura. Percebe-se a precarização dessas condições pelo não cumprimento de direitos, como a licença-prêmio, por pressão pelo atingimento de metas, pela sobrecarga de trabalho e a constante culpabilização do professor. Isso está intimamente ligado ao processo de adoecimento dos docentes, como apontam outras pesquisas sobre esse tema (ASSUNÇÃO, 2003; BATISTA, 2005; NEVES, SELIGMANN-SILVA, 2006; GOMES, BRITO, 2006).

Tais pesquisas levam a reflexão e crítica ao discurso difundido pelo capital de que o adoecimento se constitui como problema individual. Nesse sentido, os 250 professores que se afastaram durante o ano de 2010 por transtornos mentais e comportamentais fazem parte de um quadro de adoecimento que afeta boa parte dos trabalhadores da educação, que não podem ser individualmente responsabilizados por tais afastamentos.

Ainda para contribuir nessa discussão, pode-se dizer que os problemas apontados pela perícia como responsáveis pelos maiores números de afastamentos (Tabela 2) também aparecem nas respostas das professoras pesquisadas e também coincidem com o resultado de pesquisas que relacionam o processo de adoecimento às condições e organizações do trabalho.

De acordo com Batista (2005, p. 23), “[...] os educadores são considerados sujeitos vulneráveis ao estresse e às doenças profissionais, já que o magistério é dotado de características singulares, geradoras de estresse e de alterações do comportamento dos que nele trabalham”. Além disso,

Pesquisas realizadas em vários países da América e da Europa indicam que os educadores estão constantemente sujeitos a uma deterioração progressiva da sua saúde mental. Eis porque o estresse, entre as doenças em geral, é considerada pelos organismos internacionais, entre eles, a Organização Internacional do Trabalho (OIT), como enfermidade profissional e seus efeitos causam prejuízos ao ambiente escolar, porque não se constitui um fenômeno isolado, mas um risco ocupacional da profissão. (BATISTA, 2005, p. 23)

O estudo de Siqueira e Ferreira (2003) investigou o absenteísmo docente no ensino fundamental, tendo como objeto de estudo as professoras das séries iniciais da rede pública de ensino da cidade de Florianópolis. As pesquisadoras analisaram os prontuários dos docentes que se afastaram do trabalho para tratamento de saúde e constataram que as causas mais frequentes geradoras dos afastamentos foram, em ordem decrescente: as doenças do aparelho respiratório, os problemas do aparelho locomotor, os problemas de saúde na família e os problemas psicológicos e/ou psiquiátricos.

Esta pesquisa trabalha com todas as professoras do ensino fundamental, enquanto a pesquisa de Siqueira e Ferreira trabalhou somente com as professoras das séries iniciais desse mesmo segmento. Mesmo assim, chama a atenção o fato de que, entre 2006 e 2010, pelos dados da perícia médica da Prefeitura Municipal, o principal motivo de afastamentos médicos encontrava-se nos “transtornos mentais e comportamentais”, enquanto na pesquisa realizada em 2003 esses problemas se encontravam em quarto lugar. Diante desse quadro

verifica-se a importância da realização de uma pesquisa que buscasse compreender o que mudou no trabalho docente da Rede Municipal de Florianópolis para que ocorresse tal situação.

Sobre o processo de adoecimento, segundo Vieira (2004, p. 25), “[...] há farta literatura médica mostrando as principais consequências da atividade profissional em termos de saúde”. Com base nessa literatura, a CNTE organizou material informativo com as “principais enfermidades às quais os educadores são mais vulneráveis por conta de sua condição de trabalho” (VIEIRA, 2004, p. 25). São elas: irritações e alergias, especialmente na pele e nas vias respiratórias, provocadas pelo pó de giz; doenças psiquiátricas e neurológicas em função de um trabalho que exige muita atenção com o público, o enfrentamento de conflitos nas relações pessoais motivados pela múltipla convivência, autoritarismo burocrático e o excesso de responsabilidade; calos nas cordas vocais, provocados pelo excessivo número de horas falando em voz alta; problemas cardíacos, ocasionados pela falta de exercícios, de alimentação adequada e pelo estresse; problemas de coluna, causados pelo grande número de horas em posições incômodas e pelo uso de equipamentos não ergonômicos; varizes, ocasionadas pelo longo tempo em pé, além de problemas circulatórios diversos (VIEIRA, 2004, p. 26).

Panzeri (2004), ao pesquisar a ocorrência de sintomas musculoesqueléticos em professores do Ensino Fundamental, observou que “corrigir caderno na carteira do aluno (com inclinação do tronco) na posição em pé”, “permanecer em pé durante toda a aula”, “retirar grandes quantidades de materiais do armário e levá-los à mesa do professor” e “escrever na lousa” foram as atividades do trabalho percebidas como mais fatigantes para o sistema musculoesquelético.

Gasparini (2005), analisando os dados disponíveis no relatório preparado pela Gerência de Serviço e Perícia Médica da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, destaca que o “estudo permitiu perceber que as professoras têm mais riscos de sofrimento psíquico de diferenciados matizes e que a prevalência de transtornos psíquicos menores é maior entre os docentes, quando comparados a outros grupos”.

Portanto, com base nas análises referidas, evidenciam-se as possibilidades de que as condições e relações de trabalho existentes na Rede Municipal de Educação de Florianópolis contribuam sistematicamente para o processo de adoecimento de suas professoras.

Das docentes entrevistadas para esta pesquisa, 60% responderam ter se afastado do trabalho por motivos de saúde, e 40% não se afastaram. Os motivos desse afastamento de incidência alta foram:

44,44% por nível elevado de fadiga ou sinal de estresse e 23,23% por distúrbios da voz. Para os problemas de incidência média, em ordem decrescente, destacam-se: problemas musculares, com 15,15% de incidência; sinais de estresse, com 13,13% de incidência; e distúrbios da voz, com 12,12% de incidência. Dentre os problemas de baixa incidência, destacaram-se: problemas depressivos, em 17,17% dos casos; problemas do aparelho respiratório, em 16,16% dos casos e alterações do sono em 16,16% dos casos.

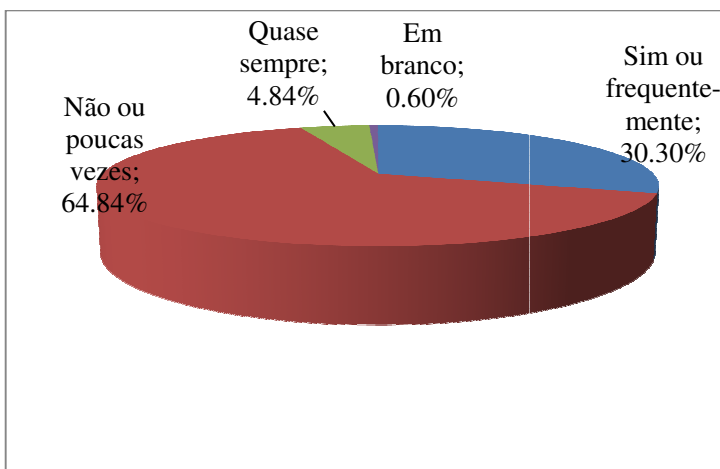
Esses dados revelam que a maioria das professoras pesquisadas já se afastou do trabalho por problemas de saúde, e os problemas de maior incidência são: fadiga ou estresse, problemas com a voz e problemas musculares.

No entanto, observando-se as respostas a seguir não se verifica significativo consumo de medicamentos.

Sobre o consumo constante de medicamentos por pelo menos um dos problemas de saúde (fadiga, estresse, respiratório, sono, depressivo, voz, musculares), a maioria das entrevistadas (68,48%) respondeu não consumi-los; 27,87% consomem medicamentos pelos problemas citados e as demais consomem medicamentos por outras razões.

Ao serem questionadas sobre se costumam perder o sono pensando em questões relacionadas à escola, a maioria (64,84%) respondeu que não ou poucas vezes; 30,30% responderam que sim ou frequentemente e 4,84% responderam quase sempre.

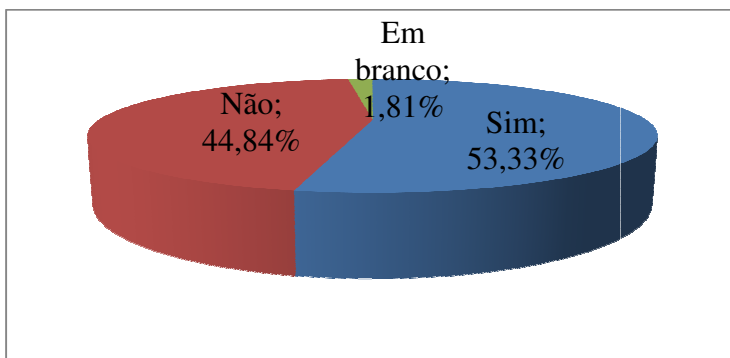
Gráfico 9 – Costumam perder o sono por questões relacionadas à escola



Fonte: Dados fornecidos pelos questionários

Quando questionadas sobre se possuem algum problema de saúde que, se mudassem de profissão, poderia ser resolvido ou amenizado, a maioria das professoras (53,33%) respondeu que sim, e 44,84% responderam que não. Os problemas que mais se destacaram, em ordem decrescente, foram os de alto nível de estresse, de voz e musculares.

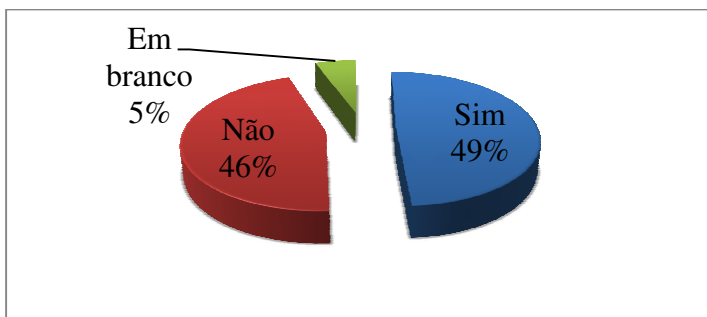
Gráfico 10 – Problema de saúde que, se mudasse de profissão, seria resolvido ou amenizado



Fonte: Dados fornecidos pelos questionários

Ao serem questionadas sobre se possuem algum problema de saúde que poderia ser resolvido ou amenizado se elas trabalhassem menos, a maioria (49,09%) respondeu que sim, e 45,45% responderam que não. Os problemas, em ordem decrescente, que mais se destacaram foram: o estresse, os problemas de voz, a fadiga e as dores musculares.

Gráfico 11 – Problema de saúde resolvido ou amenizado se trabalhasse menos

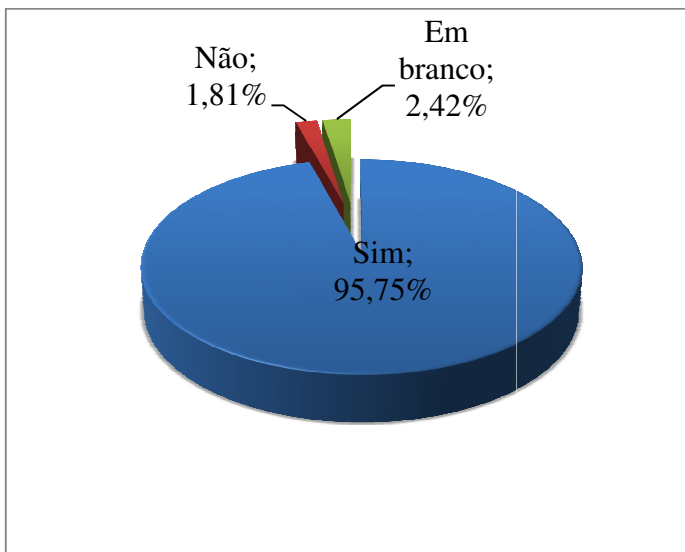


Fonte: Dados fornecidos pelos questionários



Ao serem questionadas sobre se observam, na escola, processos de adoecimento nos colegas de trabalho, a maioria (95,75%) respondeu que sim, enquanto 1,81% responderam que não. Os principais problemas observados, em ordem decrescente, são os de sinais de estresse, os distúrbios da voz, o nível elevado de fadiga e problemas musculares.

Gráfico 12 – Sobre observar problemas de saúde nos colegas de trabalho



Fonte: Dados fornecidos pelos questionários

Analizando-se os gráficos 10 e 11, pode-se concluir que as professoras pesquisadas relacionam seus principais problemas de saúde ao trabalho, pois, em ambos os casos, a maioria respondeu que, se mudasse de profissão ou trabalhasse menos, veriam seus problemas de desgaste, voz e musculares resolvidos ou amenizados. E pelos dados da última questão, a maioria (95,75%) identifica problemas de saúde nos colegas de trabalho.

Com isso, foi possível perceber que as professoras pesquisadas, apesar de toda a pressão para se sentirem responsáveis pelo seu processo de adoecimento, conseguem visualizar relações desse processo com o trabalho. Isso se revela em suas respostas sobre acreditarem que, mudando de profissão ou trabalhando menos, resolveriam ou amenizariam seus problemas de saúde-doença.

Perceber relações entre o processo de adoecimento e o processo de trabalho por parte dos professores é importante para suas ações de resistência. No entanto, se dentre os fatores que agravam os processos de adoecimento relacionado ao trabalho destacam-se a intensificação e a sobrecarga do trabalho, a mudança de profissão tende a não alterar o problema. Isso porque, no atual contexto de crise capitalista e de precarização social que atinge mundialmente os trabalhadores, o aumento das taxas de exploração do trabalho tem afetado toda a classe trabalhadora, com repercussões agudas sobre sua saúde. Segundo Seligmann-Silva (2011, p. 136), “o *desgaste* humano no trabalho, em sentido amplo, tenderá a ser mais grave em situações de maior *vulnerabilidade* humana”, que se intensifica com a crescente precariedade das condições de vida.

Portanto, determinações sociopolíticas e econômicas influenciam as relações entre trabalho e saúde, o que não parece ser percebido pela maioria das professoras entrevistadas. Não está clara em suas respostas a percepção de que o trabalho desumanizador, alienante e degradante na sociedade capitalista de produção “converte-se numa atividade cujo componente desgastante é muito maior que o da reposição e desenvolvimento das capacidades” (Laurell e Noriega, 1989, apud Seligmann-Silva, 2011, p. 136).

Nessa perspectiva, pode-se indicar que a redução da jornada laboral, que permitiria trabalhar menos nesse contexto crítico, poderia sim alterar positivamente o quadro do ponto de vista da saúde do trabalhador, ainda que nos limites postos pelas relações sociais capitalistas. Isso se constata no gráfico 11.

Para se compreender que parte considerável dos problemas de saúde que afligem a classe trabalhadora é decorrente do modo de produção capitalista, é necessário tomar consciência da complexa relação entre trabalho e processos de saúde-doença, nos desalienar como sugere Mészáros (2008), na busca do rompimento da ordem vigente. Nesse sentido, interessa abordar o processo de organização sindical e política dos trabalhadores, e dos professores em particular, pela melhoria de suas condições de trabalho e saúde. A pesquisa buscou elementos das estratégias de resistência e ações sindicais desenvolvidas pelos professores da rede pública municipal de Florianópolis o que será tematizado no terceiro capítulo deste trabalho.

### **3 AS ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA AO PROCESSO DE ADOECIMENTO**

De acordo com o Dieese/SC, a classe trabalhadora da cidade de Florianópolis é composta basicamente por pessoas atuantes nas três esferas do poder público, no comércio e administração de imóveis, no comércio varejista e na prestação de serviços em geral. Nesse contexto, entre as lutas que movimentaram essa cidade nas últimas décadas, está a dos servidores públicos e, entre elas, as lutas do Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público Municipal de Florianópolis (SINTRASEM).

Esse Sindicato foi fundado em 14 de outubro de 1988, em assembleia geral da categoria. Até então, os trabalhadores do serviço público municipal estavam organizados em duas associações: a Associação dos Servidores Municipais de Florianópolis, da qual faziam parte os trabalhadores do quadro civil da PMF e os trabalhadores da COMCAP; e a Associação dos Educadores Municipais de Florianópolis, da qual faziam parte os trabalhadores da Rede Municipal de Ensino. Essas associações foram criadas a partir da necessidade de responder coletivamente aos problemas que afligiam os trabalhadores naquela época. Com o advento da Constituição de 1988, que autorizou a constituição dos sindicatos, as associações se uniram e criaram o SINTRASEM, que, desde o início de sua história, destacou-se por lutas e conquistas e por atividades de formação que priorizam debates sobre temas abrangentes – como políticas econômicas nacionais e internacionais e políticas educacionais.

Como foi possível observar no 1o capítulo, as políticas neoliberais se iniciam nos principais países capitalistas no final dos anos 1970. As consequências dessas políticas para o movimento sindical já foram sentidas na década de 1980, com a redução considerável de sindicalizações, mobilizações e greves. De acordo com Jinkings (2002), no Brasil, a década de 1980 foi marcada por um movimento diferente. Na busca por melhores condições salariais, maior autonomia e liberdade de organização, os movimentos sociais tornaram-se mais intensos. Esse foi um período de reorganização, rearticulação e resistência contra a política da burguesia imposta pelo golpe militar de 1964. As grandes greves do ABC paulista, no final dos anos 1970, fizeram surgir as principais centrais sindicais: a CUT e a CGT. Assim, a década de 1980 representou para o sindicalismo brasileiro um período de crescimento, e é nesse movimento que se constitui também o SINTRASEM.

Todavia, as políticas neoliberais – iniciadas no governo de Fernando Collor de Mello e intensificadas no governo de Fernando Henrique Cardoso – foram implementadas no Brasil. A partir disso, na década de 1990 o movimento sindical brasileiro vivenciou o refluxo das lutas de resistência que os movimentos sindicais da maioria dos países de capitalismo avançado tinham vivenciado na década anterior. Os servidores públicos, não sem resistência, passaram a sofrer os cortes com gastos públicos, a falta de concursos, os ataques aos direitos e salários e a perda da previdência, como se discutirá a seguir.

Silva (2004), ao estudar as “Lutas e resistências dos servidores públicos contra a aplicação das políticas neoliberais na Prefeitura Municipal de Florianópolis entre 1997 e 2000”, entende que a vitória da coligação Força Capital nas urnas cumpre um papel importante na aplicação das políticas neoliberais, que tinham como objetivo, entre outras questões, reduzir gastos com os serviços públicos. De acordo com o autor,

[...] a particularidade que se reservou ao início de governo em 1997, foi o de ser um dos porta-vozes locais do governo neoliberal de FHC, que se encontrava no seu primeiro mandato e, portanto, no período de maior contundência de aplicação das políticas “aconselhadas” pelos organismos controladores do capitalismo mundial. (SILVA, 2004, p. 50)

Ainda segundo Silva (2004), dentre as políticas ditadas pelos organismos do capital, várias estavam diretamente ligadas aos trabalhadores do serviço público municipal, entre elas: terceirizações de serviços da Prefeitura e da COMCAP; privatização da previdência; cumprimento da LRF; incentivo à participação do setor privado na educação; cortes de direitos e conquistas etc. Salienta-se também que, por meio dos sindicatos, os trabalhadores resistiram de várias formas.

Podemos dizer que os governos neoliberais, como o de Florianópolis, menosprezam a capacidade de resistência e a força da classe trabalhadora, que por sua vez, utiliza todos os instrumentos, a seu dispor, para defender seus direitos históricos, como tem ocorrido internacionalmente.

Em Florianópolis os trabalhadores lutaram e muito, encerrando o último ano deste governo (2004), com assembleias históricas com cerca de três mil trabalhadores e a deflagração de uma greve com mais de

80% de adesão. Situação inédita na prefeitura, em outras palavras, o patrimônio político deste governo de apregoar que no seu governo não houve greve foi quebrado, e isso só se explica pela indignação dos trabalhadores diante de oito anos de um governo neoliberal que por sobre os servidores joga todo o ônus da exploração capitalista (SILVA, 2004, p. 149).

Portanto, os professores do ensino fundamental de Florianópolis vivenciaram, através do SINTRASEM, um movimento que possibilitou a constituição de uma cultura de luta, de resistência e de defesa a seus direitos, duramente ameaçados pelo aprofundamento das políticas neoliberais. Estas, com as novas exigências impostas à educação, representam aos professores flexibilização e precarização das relações de trabalho (OLIVEIRA, 2004), quando a centralidade atribuída aos docentes faz com que seu dia a dia seja mediado pelos vários tipos de “padecimento, adoecimento e sofrimento” (ANTUNES, 2008).

Observando as informações fornecidas pelas professoras que participaram desta pesquisa, discutidas no segundo capítulo, percebe-se que, mesmo diante de condições e organizações de trabalho tão adversas como as discutidas até então, várias professoras não se afastam do trabalho por problemas de saúde. No entanto, 81,81% dessas docentes reconhecem vivenciar situações de sofrimento no trabalho. Isso leva a crer, na direção do que propõe Dejours, que, de alguma forma, desenvolvem-se defesas individuais e/ou coletivas, conscientes ou inconscientes para suportar o sofrimento que decorre do trabalho docente. Além disso, de acordo com esse autor, “o processo de análise do sofrimento beneficia os sujeitos, pois produz sentido no lugar das defesas, isto é, torna possível um processo de reapropriação do sofrimento e da inteligibilidade das vivências subjetivas” (DEJOURS, 1994, p. 116). Ou seja, não só os trabalhadores não agem passivamente diante do sofrimento advindo do trabalho, como tomam consciência dele, e podem transformar esta não passividade em ações de resistência.

### 3.1. AS ESTRATÉGIAS DE DEFESA

As professoras que revelaram viver situações de sofrimento no trabalho (81,81% das informantes) costumam agir mais frequentemente da seguinte forma: 77 relatam evitar pensar nessas situações em seu tempo fora do trabalho; 75 procuram explicações racionais para essas circunstâncias; 68 sentem-se impotentes para enfrentá-las; 61 dizem reprimir sentimentos ou manifestações de raiva, irritação ou revolta em seus ambientes de trabalho; 26 relataram que se isolam de familiares e

amigos. No questionário, havia a possibilidade de marcar mais de uma opção, o que justifica o alto número de respostas para cada item. Ainda sobre essa pergunta, 12,12% responderam não vivenciar sofrimento no trabalho e 6,06% a deixaram em branco.

Nas respostas das professoras, pode-se vislumbrar defesas individuais contra o sofrimento gerado pelo trabalho, analisadas por Seligmann-Silva (1994; 2011). Segundo a autora, tais defesas se realizam por meio de mecanismos psicológicos ou de condutas e estão voltadas “basicamente para evitar ou tornar suportável o sofrimento” (2011, p. 368). Além disso, normalmente não modificam a origem do sofrimento.

Observando as respostas ao questionário percebe-se que, mesmo procurando explicações racionais para as situações de trabalho desencadeadoras de sofrimento as professoras pesquisadas desenvolvem estratégias com o objetivo de sofrer menos, se irritar menos. Ao vivenciarem sentimento de impotência diante de conflitos ou indisciplina na sala de aula, ao se confrontarem com as difíceis condições de trabalho e com a sobrecarga de tarefas, com o medo de não atingir os objetivos traçados e metas impostas, defender-se pode significar “evitar pensar nas situações no tempo fora do trabalho”.

Outra defesa relatada pelas professoras pode se manifestar nas atitudes de “reprimir sentimentos ou manifestações de raiva, irritação ou revolta em seus ambientes de trabalho”. Em situações cotidianas de trabalho causadoras de cansaço, ansiedade e irritação, conter determinados sentimentos ou reprimi-los, evitando exteriorizar irritação, raiva ou revolta, pode se constituir em manifestação de defesa que Seligmann-Silva (2011, p. 378-379) chama de “autorrepressão”. Segundo ela, a autorrepressão impede a expressão por palavras ou ações, ocasionando a interiorização da irritabilidade, o que provoca aumento da tensão e a possibilidade de uma evolução para doenças psicossomáticas e distúrbios psíquicos, além de prejudicar a sociabilidade.

Neves e Seligmann-Silva (2006, p. 66-67), apoiadas nos estudos da psicodinâmica do trabalho, explicam a complexidade das discussões que permeiam a elaboração de defesas ao sofrimento gerado pelo trabalho:

A complexidade da situação traduz-se, de um lado, pela dimensão perigosa e arriscada da configuração da estratégia coletiva de defesa em uma ideologia defensiva, que, ao se transformar em um objetivo em si mesma, favorece ainda mais

os processos de adaptação do homem ao trabalho. Além disso, os sistemas defensivos, por desembocarem em uma adaptação às pressões psíquicas exercidas pela organização do trabalho, são utilizados ou explorados por essa organização em proveito da produtividade, não obstante, paradoxalmente, favoreçam a criação de formas de investimentos dos trabalhadores para se manterem no lócus produtivo.

A reflexão trazida pelas autoras mostra que as defesas individuais são funcionais para o capital quando se transformam em objetivos em si mesmas. Citam-se programas de ginástica laboral, campanhas para beber água durante as aulas e outras políticas preventivas como exemplos de ações capitalistas voltadas para a adaptação dos trabalhadores a situações de sofrimento no trabalho, as quais procuram inibir a resistência coletiva.

Neste sentido, Muller (2008, p. 152) explica:

A despeito das consideráveis análises utilizadas para a compreensão da precária e desvantajosa situação que o trabalhador se encontra na sociedade do capital, por vezes, recorrendo-se até mesmo a crítica radical, a forma de entender e propor programas de Ginástica Laboral inserem-se numa perspectiva de reprodução da ordem social, buscando adaptar melhor o trabalhador a essas condições desumanizantes. Desse modo, os programas visam torná-lo mais feliz por ter sua força de trabalho explorada e proporcionar que se aumente a intensidade da jornada de trabalho ou ainda que este suporte seu prolongamento

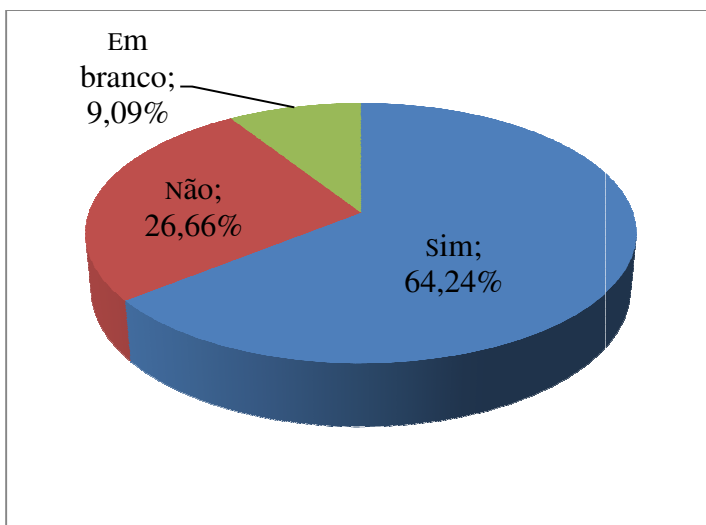
A pergunta sobre as ações mais frequentes desenvolvidas para prevenir ou enfrentar os processos de adoecimento teve como respostas mais prevalentes: procura por tratamento médico (116); prática de algum tipo de esporte (84); discussão dos processos com os colegas de trabalho (68); procura por tratamento psicológico (27); faltas ao trabalho (16). Havia a possibilidade de optar por mais de um item, por isso o alto número em cada resposta.

As ações a seguir também foram citadas pelas professoras como estratégias para prevenir ou enfrentar os processos de adoecimento: “procurar desligar-se da escola nos momentos de folga”; “auto

meditação”; “viver bem/tranquilamente/curtir a vida”; “fazer leituras especializadas”; “realizar atividades que livrem do estresse”; “conversar sobre o problema com o/a companheiro/a”; “terapias alternativas como reiki, massagem, acupuntura etc.”; “desenvolver atividade prazerosa fora do horário de trabalho”; “não trabalhar nos finais de semana”; “não levar tarefas de escola para casa”.

Quando perguntadas sobre se observam ações implícitas ou silenciosas de defesa ao processo de adoecimento em seu local de trabalho, a maioria (64,24%) respondeu que sim, 26,66% responderam que não e 9,09% deixaram a questão em branco, como se observa no gráfico a seguir.

Gráfico 13 – Observação de ações implícitas de defesa ao processo de adoecimento



Fonte: Dados fornecidos pelos questionários

Dentre as ações implícitas ou silenciosas mais observadas, destacam-se: faltar ao trabalho (79); isolar-se nos intervalos de trabalho (56); falar pouco e baixo em sala de aula (51); e organizar atividades em grupo na sala de aula (29).

As estratégias a seguir também foram citadas pelas professoras como ações implícitas ou silenciosas ao processo de adoecimento: “falar o estritamente necessário em reuniões”; “fugir das confraternizações”; “sorrir em excesso (máscaras sociais)”; “reprimir opiniões, gestos e



expressões”; “não se envolver”; “não tomar conhecimento dos fatos”; “esforço para não se culpar”; “tomar líquidos e ingerir alimentos para ajudar na voz”; “quando pintam problemas de comportamento com alunos, encaminhar à coordenação e/ou mandar bilhete aos pais”; “falar dos problemas a um colega mais próximo, ou chefia”; “atividades diferenciadas”.

Diante das respostas apresentadas pelas informantes desta pesquisa, das observações realizadas durante a aplicação dos questionários e da experiência sindical e docente, torna-se evidente a existência de outras defesas frente ao sofrimento decorrente do trabalho – realizadas muitas vezes de maneira espontânea, não combinada e não consciente – como veremos a seguir.

Considerando o número altíssimo de afastamentos médicos elencados no capítulo 2, em especial os referentes a transtornos mentais e comportamentais, compreende-se por que “procurar tratamento médico e tratamento psicológico” se apresenta como defesa ao sofrimento. Na realidade, esse é um movimento de mão dupla: a forma de organização e as condições de trabalho geram sofrimento físico e psíquico, que por sua vez podem ou não transformar-se em patologias. Ao vivenciarem o processo de adoecimento, as professoras procuram auxílio médico, que, na maioria das vezes, as afasta do trabalho. Esse tempo de afastamento do trabalho, acompanhado ou não de medicalização, garante às professoras razoável força para em seguida retornarem às mesmas organizações e condições de trabalho, na maioria das vezes fortalecidas, para trabalhar adequadamente durante alguns dias. Porém, sem que as condições de trabalho se modifiquem, os afastamentos se constituem cada vez mais em medidas paliativas, pois não se age na causa do adoecimento. Assim, geralmente os casos tornam a ocorrer, constituindo um quadro constante e cumulativo de fadiga em decorrência do trabalho.

As professoras também relataram praticar algum tipo de atividade física e/ou alternativas como “automeditação”, “terapias alternativas como reiki, massagem, acupuntura” e “tomar líquidos e ingerir alimentos para ajudar na voz” como defesas ao sofrimento.

De acordo com o que se discutiu no segundo capítulo, quando se buscou entender o papel do Programa de Bem Estar do Servidor (PROSABES) posto em prática pela Secretaria Municipal de Educação, evidenciou-se a pressão exercida pelos meios de comunicação e pelos médicos para incutir na cabeça dos trabalhadores a necessidade da prática de atividades físicas e da manutenção de uma alimentação saudável como condições para evitar o processo de adoecimento. Os

possíveis proveitos que essas ações podem representar individualmente para a saúde dos trabalhadores já foram ressaltados. Contudo, cabe lembrar que moradia, transporte, lazer, organizações e condições de trabalho são tão importantes quanto atividade física e alimentação saudável.

A partir das respostas das professoras e das informações fornecidas pela perícia médica da Prefeitura, verifica-se a existência de um alto índice de afastamentos do trabalho por problemas de saúde. Além de se constatarem esses índices no capítulo 2 desta pesquisa, verifica-se também que é significativa a influência das condições e relações de trabalho nesses afastamentos, os quais são majoritariamente de curta duração. Essas informações levam à reflexão sobre a importância da ausência ao trabalho como alternativa dessas professoras a um processo de adoecimento ainda mais intenso.

Tal possibilidade se fortalece com a pesquisa feita por Neves (1999, p. 210), que, ao estudar as professoras da primeira fase do ensino fundamental (antigo ensino primário) do Município de João Pessoa (PB), verificou que “essas curtas ausências terminam por atenuar a possibilidade de que as professoras adoeçam mais do que já adoecem, evitando que elas realmente se ausentem por mais tempo do local de trabalho”.

Na SME de Florianópolis, para se ausentarem do trabalho por problemas de saúde por até três dias no mês, os professores precisam apresentar atestado médico à chefia imediata. Quando esses afastamentos ultrapassam três dias no mesmo mês, o atestado tem que passar pela perícia médica. Essa pode ser uma explicação para as pequenas ausências, mas tem suas limitações, pois a soma dos dias de afastamento por licença médica no quinquênio utilizado para o gozo da licença-prêmio fará com que o direito à licença seja protelado na mesma quantidade. Além disso, ao se ultrapassar cento e oitenta dias, consecutivos ou não, no quinquênio de direito da licença-prêmio, “extinguir-se-á a contagem anteriormente considerada do tempo de serviço para efeito de concessão de licença-prêmio” (art. 112 da Lei CMF no 063/2003).

Outro fato importante a ser destacado é a frequência, entre professores colegas, de queixas de dores, cansaço, fadiga e noites mal dormidas acompanhadas de explicações do motivo do não afastamento. Normalmente essas professoras não se ausentam do trabalho por causa dos alunos ou de alguma atividade que está sendo realizada, a qual não se deseja interromper. Assim, nota-se que é comum que professores com algum problema de saúde não se afastem do trabalho por causa de seus

alunos. Apesar de essa situação parecer vantajosa para os alunos, acentua o problema do professor, que, quando tiver que parar, já não o fará por poucos dias.

Assim, observa-se que faltar ao trabalho pode caracterizar defesa ao adoecimento. Entretanto, um tempo fora da escola pode significar alívio imediato às dores, mas, além de representar problemas na licença-prêmio, pode mascarar uma enfermidade mais grave.

Também merecem destaque as respostas “Procurar desligar-se da escola nos momentos de folga”, “não trabalhar nos finais de semana” e “não levar tarefas de escola para casa”, as quais exemplificam a necessidade das professoras de não misturar hora de trabalho com hora de não trabalho para prevenir ou enfrentar os processos de adoecimento. Nessa discussão, o entendimento de trabalho deve ser aprofundado para que se observe melhor sua dupla compreensão e a relação dialética entre o trabalho e o lazer. De acordo com Candido (2008, p. 13-14),

Parte-se da consideração do trabalho sob duas formas distintas: como processo de satisfação das necessidades humanas onde o homem se relaciona com a natureza e com os outros homens, produzindo sua própria humanidade. Ou, de outra forma, como atividade de produção de mercadorias tendo em vista o lucro e o acúmulo do capital. A segunda forma está indissoluvelmente dentro da primeira, sendo que o inverso se dá no presente momento histórico, mas não inexoravelmente. Nesta discussão, o trabalho também é visto como o momento da obrigação do homem a alguma coisa, e o lazer como o momento de liberdade, da desobrigação.

Assim, a liberdade esperada no momento de lazer não pode ser plenamente gozada, pois a sociedade de classes em que essas professoras estão inseridas impõe limites objetivos que, na prática, cerceiam a liberdade. Isso pode ser percebido nos relatos das professoras do 1o ao 5o ano (que atuam em duas turmas, mas não recebem hora atividade em tempo) ou da 6a a 8a série (que recebem hora atividade em tempo, mas atuam em várias turmas). De uma forma ou de outra, todas estão desenvolvendo atividades relacionadas ao trabalho fora do horário da escola. Portanto, mesmo com grande dificuldade de ser concretizada, ainda assim, não misturar hora de trabalho com hora de não trabalho

apresenta-se como defesa para as professoras que responderam a esta pesquisa.

Entre as respostas sobre o que essas docentes fazem para prevenir ou enfrentar seus processos de adoecimento, “desenvolver atividade prazerosa fora do horário de trabalho” talvez seja a que mais chame atenção, pois leva a crer que não é possível realizar atividade docente onde o professor se sinta feliz com o resultado do trabalho. Essa aparente impossibilidade de realização do professor na sua atividade docente pode ser compreendida como decorrente do processo de alienação do trabalho. Esse conceito é apresentado em detalhes por Marx (2006, p. 114):

Mas em que consiste a alienação do trabalho? Em primeiro lugar, o trabalho é exterior ao trabalhador, ou seja, não pertence a sua característica; portanto, ele não se afirma no trabalho, mas nega-se a si mesmo, não se sente bem, mas, infeliz, não desenvolve livremente as energias físicas e mentais, mas esgota-se fisicamente e arruína o espírito. Por conseguinte, o trabalhador só se sente em si fora do trabalho, enquanto no trabalho se sente fora de si. Assim, o seu trabalho não é voluntário, mas imposto, é trabalho forçado. Não constitui a satisfação de uma necessidade, mas apenas um meio de satisfazer outras necessidades. O trabalho externo, o trabalho em que o homem se aliena, é um trabalho de sacrifício de si mesmo, de martírio. O seu caráter estranho resulta visivelmente do fato de se fugir do trabalho, como da peste, logo que não existe nenhuma compulsão física ou de qualquer outro tipo. Finalmente, a exterioridade do trabalho para o trabalhador, transparece no fato de que ele não é o seu trabalho, mas o de outro, no fato de que não lhe pertence, de que no trabalho ele não pertence a si mesmo, mas a outro. Assim como na religião a atividade espontânea da fantasia humana, do cérebro e do coração humanos, reage independentemente como uma atividade estranha, divina ou diabólica sobre o indivíduo, da mesma maneira a atividade do trabalhador não é a sua atividade espontânea. Pertence a outro e é a perda de si mesmo.

Ou seja, a atividade docente pode sim ser prazerosa em algumas situações, em que não se caracterize o desprazer ou a não realização pessoal do trabalhador. Contudo, ela é, em síntese, trabalho alienado.

Condições e organizações adequadas de trabalho, ambiente limpo, arejado e silencioso, apoio pedagógico, formação constante, participação da família, valorização, tempo adequado para preparação, correção, planejamento e replanejamento são aspectos fundamentais para a realização do trabalho docente, os quais, contudo, não estão presentes no cotidiano da maioria das professoras entrevistadas, prejudicando suas ações e imprimindo frustração com o resultado do trabalho.

Por outro lado, as professoras revelam que “viver bem/tranquilamente/curtir a vida” e “realizar atividades que livrem do estresse” ajuda a prevenir ou enfrentar processos de adoecimento. Conforme se discutiu no capítulo 2, o tempo fora do trabalho, para a maioria das informantes, é preenchido com: atenção à família; formação; atividades físicas; e alternativas como dança, massagem e ioga. Essas atitudes podem até amenizar o desgaste, mas não resolvem o processo de adoecimento, pois boa parte do tempo fora da escola é destinado a preparar/avaliar atividades de sala de aula. Além disso, teatros, filmes e livros muitas vezes não são acessíveis para a maioria dos professores.

Assim, as respostas das professoras apresentam suas defesas ao processo de adoecimento. O tempo fora do trabalho, entendido como tempo de lazer, mostra-se para essas informantes como espaço de recomposição da força de trabalho gasta na atividade docente. Contraditoriamente, o tempo fora do trabalho pode ser compreendido como tempo livre. Nesse entendimento, o tempo livre é o tempo da pessoa, para descansar, divertir-se, criar e relacionar-se com outros meios e atores sociais fora do ambiente de trabalho, potencializando a formação de sujeitos revolucionários (CANDIDO, 2008, p. 14).

Outra questão observada nas respostas das professoras diz respeito ao individualismo, o qual não parece fazer parte da sociedade moderna, que cultua o trabalho em equipe. Sennett (2008) acredita que a sociedade em que vivemos exige ambientes de trabalho modernos, e nestes parece que as possibilidades, responsabilidades e decisões são tomadas coletivamente, pelo crescimento de todos. Nesses ambientes destacam-se, segundo o autor, a sensibilidade aos outros, o bom ouvinte e o que coopera. No entanto, chama atenção a superficialidade dessas relações: em uma economia política flexível, os trabalhadores precisam

ser polivalentes e adaptar-se facilmente a novos empregos, novas tarefas e novas circunstâncias. Relações duradouras são, portanto, inexistentes.

Nas escolas, as organizações e condições de trabalho conduzem os trabalhadores ao individualismo. A quantidade de tarefas sobrecarrega os professores, ocupando-os o dia inteiro e criando limitações ao pensar coletivo. Quando existe a oportunidade de realização de reuniões, geralmente elas tratam de divisão de novas tarefas, preenchimento de novos formulários e conhecimento de novas regras. Essas questões sobrecarregam os professores em vários sentidos, fazendo com que o isolamento seja uma alternativa ao desgaste.

Pelas respostas que as professoras deram ao questionário desta pesquisa, observa-se o quanto a organização e as condições de trabalho prejudicam o trabalho escolar e a resistência coletiva. Atitudes como “isolar-se nos intervalos de trabalho”, “falar pouco e baixo em sala de aula”, “falar o estritamente necessário em reuniões”, “fugir das confraternizações”, “sorrir em excesso (máscaras sociais)”, “não se envolver” e “não tomar conhecimento dos fatos” não contribuem nem para o trabalho docente em uma escola nem para sua organização de classe. No entanto, preservam as professoras de certos “confrontos” que poderiam desencadear nervosismo, tensão e desgaste.

No entender de Sennett (2008, p. 117), “As pessoas sentem falta de relações humanas constantes e objetivos duráveis”. No entanto, essas relações são prejudicadas não só pelo ritmo e a sobrecarga de trabalho, mas também pela falta de rotina apresentada por uma economia política que é constantemente replanejada.

Na escola não é diferente: constantemente há novas orientações que visam ao atingimento de metas. Quando a isso se soma a falta de tempo das professoras, a atitude de “fechar-se em seu mundo” se torna uma alternativa ao processo de adoecimento.

A organização de ações pedagógicas diferenciadas com os estudantes pode se caracterizar como defesa quando vista pelo contexto da busca por alternativas ao adoecimento. Se não fosse a sobrecarga de tarefas, de turmas, de alunos, de avaliações para realizar e corrigir, de relatórios para preencher, organizar ações pedagógicas diferenciadas faria parte do planejamento de ensino de muitos professores, e se constituiriam em possibilidades de ensino/aprendizagem. No entanto, essas alternativas são muitas vezes impedidas pelas condições acima descritas.

Levar os alunos para uma atividade fora da sala de aula, organizar atividades em grupo, escolher um aluno para passar as tarefas no quadro, sortear outro para lê-la em voz alta, eleger um terceiro para

fazer a chamada, passar um filme, recortar figuras de revistas etc. são atividades que muitas vezes acabam acontecendo sem o devido planejamento: servem apenas para propiciar um pouco de alívio ao professor. Nesse sentido, tais ações podem se caracterizar como defesas ao processo de adoecimento.

Outra forma de defender-se é procurar não se culpar. Os professores, com as dificuldades enfrentadas no dia a dia, são constantemente questionados sobre seu método de avaliação e sobre sua forma de educar e planejar, pois os indicadores mostram problemas na educação brasileira, em especial na educação básica. As famílias, os meios de comunicação e os governos questionam esses índices, levantando desconfiança e dando a entender que, se os resultados não são outros, a culpa é do professor. Gomes (2002) compreende que, para a sociedade em geral, o Estado – como responsável pelas políticas públicas – não aparece. A escola e, em especial, o professor, aparecem como os responsáveis pelos erros e acertos na formação dos estudantes.

Diante dessa realidade, fazer “esforço para não se culpar” se apresenta como ação implícita ou silenciosa de defesa ao processo de adoecimento. Ao mesmo tempo, implica um contraponto ou problematização do discurso midiático e governamental, que culpabiliza o professor.

No capítulo 2 se pontuaram as condições e organizações do trabalho docente, quais sejam: muitas salas lotadas de alunos, muitas vezes sem ambiente de qualidade para o ensino/aprendizagem; sobrecarga de tarefas que ocasionam cansaço sem trazer reconhecimento e valorização do trabalho; processo de culpa pelo que não dá certo; pressão pelo alcance de metas; falta de participação das famílias na vida estudantil. Enfim, tudo isso perpassa o fazer diário dos professores e justifica que muitas atitudes, tomadas em relação aos alunos, sejam utilizadas pelas professoras para enfrentarem tantos problemas.

Das respostas à questão sobre ações implícitas ou silenciosas de defesa ao processo de adoecimento que as professoras observam em seu local de trabalho, destaca-se: “quando pintam problemas de comportamento com alunos, encaminhar à coordenação e/ou mandar bilhete aos pais”, como alternativa. Para as professoras, tirar um aluno de sala de aula por indisciplina pode representar um pequeno período de acomodação, tranquilidade e silêncio, caracterizando-se assim como uma defesa ao processo de adoecimento.

O dia a dia de trabalho dos docentes não deixa muito tempo para discussões específicas sobre os problemas laborais dos professores, sejam direitos, salário ou adoecimento. Até mesmo os intervalos de

lanche são tomados por assuntos relacionados a alunos, sala de aula, avaliações, problemas de indisciplina, metas etc. Assim, “discutir os processos de adoecimento com os colegas de trabalho”, “fazer leituras especializadas”, “conversar sobre o problema do adoecimento com o/a companheiro/a” se caracterizam como ações de dupla importância para prevenir ou enfrentar o processo de adoecimento. Primeiro, porque, dentro da realidade de sobrecarga de tarefas, conseguir discutir ou mesmo conversar sobre o processo de adoecimento é romper minimamente com a lógica do individualismo (DEJOURS; ABDOUCHELI, 1994). Dividir o problema contribui para que os professores se percebam adoecendo coletivamente. Em segundo lugar, uma conversa simples entre dois professores sobre o processo de adoecimento pode se tornar uma discussão em uma parada pedagógica e, em seguida, um ponto de pauta em assembleia geral da categoria, podendo passar, portanto, de defesa a resistência.

Como foi possível perceber, há várias defesas praticadas pelas professoras entrevistadas diante do processo de adoecimento a que estão submetidas. Como ressalta Seligmann-Silva, essas defesas propiciam alívio ao sofrimento, mas podem mascarar as reais consequências do trabalho sobre o adoecimento docente. Portanto, importa discutir as resistências desenvolvidas pelas professoras, para então buscar ações que interfiram no que gera o adoecimento.

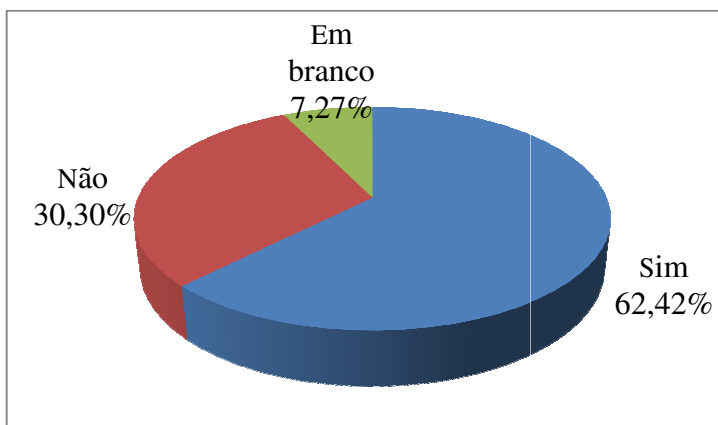
### 3.2. AS ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA

Segundo Seligmann-Silva (1994, p. 232), as resistências “[...] estão voltadas diretamente para obter a transformação das situações que originam o sofrimento”. Portanto, busca-se identificar, entre as respostas das professoras pesquisadas, as estratégias que procuram produzir mudanças nas organizações e condições de trabalho.

À questão que perguntava se as docentes observam ações explícitas de enfrentamento ao processo de adoecimento, a maioria (62,42%) respondeu que sim; 30,30% responderam que não; e 7,27% não responderam.



Gráfico 14 – Observação de ações explícitas de enfrentamento ao processo de adoecimento



Fonte: Dados fornecidos pelos questionários

As ações explícitas que mais se destacaram nas respostas foram: debates sobre o tema nos intervalos de trabalho (18,78%); cobrança de ações a serem realizadas pela Secretaria Municipal de Educação (12,72%); cobrança de ações a serem realizadas pela direção da escola (10,90%); e inclusão de ponto em pauta das reuniões pedagógicas (6,66%).

### 3.2.1. Discutir sobre o processo de adoecimento dentro das escolas

Ressalta-se que, para as professoras que responderam a esta pesquisa, discutir sobre o processo de adoecimento é uma das ações explícitas mais frequentes: pode ser em rápidas conversas entre professores durante alguma troca de aula ou podem envolver vários professores durante um intervalo maior, como o recreio. Essas discussões, na maioria das vezes, não são organizadas por ninguém em especial, não têm nenhum objetivo específico e não se realizam de forma combinada. São motivadas pela observação do grande número de professores ausentes, por algum comentário discriminatório de alguma chefia, por alguma notícia veiculada pela imprensa que muitos tenham visto ou, como na maioria das vezes, por alguma situação desgastante vivenciada por vários professores na escola – o número excessivo de alunos em determinada turma, por exemplo.

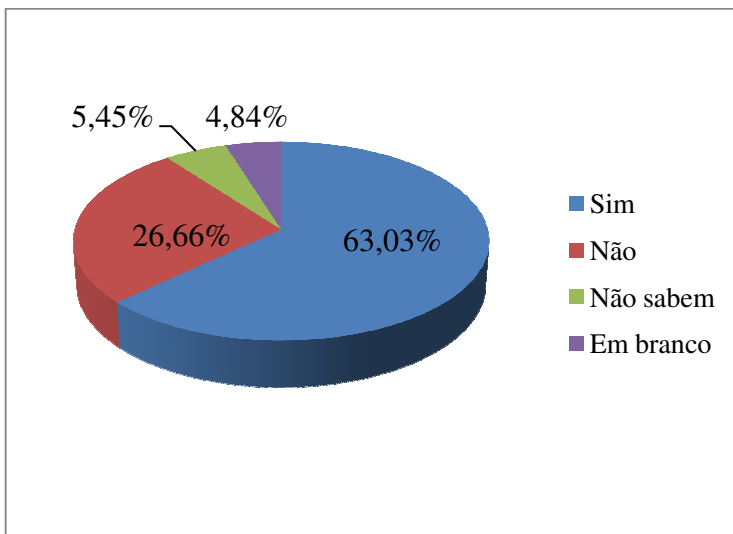
A discussão sobre o processo de adoecimento entre poucos professores pode muitas vezes servi-los como simples desabafo, o que já seria uma importante ação de defesa. Mas pode também ser o estopim para uma ação de resistência – o primeiro passo para que os professores se organizem coletivamente e cobrem ações por parte da direção da escola ou mesmo de órgãos governamentais.

Discutir sobre o que está afligindo os professores pode contribuir para que eles se percebam no mesmo problema, para que se despertem coletivamente para o que está gerando sofrimento. Discussões assim podem não ter desdobramentos posteriores, mas, sem elas, ações mais significativas, como entrar como ponto de pauta em uma reunião pedagógica, por exemplo, também não aconteceriam.

Assim, as ações explícitas percebidas pelas professoras informantes estão interligadas, pois, geralmente, a demanda que assegura a discussão em uma parada pedagógica parte de uma discussão inicial envolvendo poucos professores. Posteriormente, pode desencadear ações de cobrança da chefia imediata quando é deste o poder para solução, ou ações de cobrança do órgão central quando é dele a responsabilidade. Essas demandas também podem sair do espaço restrito da escola e ser apresentadas ao conselho deliberativo do sindicato ou diretamente em uma assembleia, e se tornar uma ação coletiva de luta. É o que se verá a seguir.

À questão que perguntava se o sindicato pode ajudar na prevenção ao processo de adoecimento, 63,03% das professoras responderam sim; 26,66% responderam não; 5,45% não sabem, nunca pensaram no assunto, nunca precisaram; e 4,84% não responderam.

Gráfico 15 – Se o sindicato pode ajudar na prevenção ao processo de adoecimento



Fonte: Dados fornecidos pelos questionários

Para a questão que perguntava de que forma o sindicato pode contribuir na prevenção ao processo de adoecimento, as principais respostas foram: lutando por melhores condições de trabalho (83); garantir em todas as datas-bases reivindicações voltadas para a saúde dos trabalhadores (26); organizando atividades de formação que esclareçam o motivo do processo de adoecimento (18); e desenvolvendo programas de prevenção ao adoecimento (9).

Essas respostas são significativas principalmente em dois aspectos. Em primeiro lugar, fortalecem o que se discutiu no capítulo dois: que as professoras que responderam o questionário estabelecem relação entre o processo de adoecimento dos professores do ensino fundamental da rede municipal de Florianópolis e a organização e as condições de realização de seu trabalho. Isso demonstra que a lógica de convencimento dos trabalhadores de que seu problema de adoecimento é literalmente problema seu não está dada para a maioria das professoras informantes. Em segundo lugar está o fato de essas trabalhadoras verem o sindicato como espaço de organização a partir do qual podem reivindicar ações de prevenção ao processo de adoecimento e que pode ser colocado como responsável pela organização da “luta por melhores

condições de trabalho”. Essa foi a resposta que mais se destacou e que será discutida a seguir.

### **3.2.2. Lutar por melhores condições de trabalho**

Em seus estudos sobre “condições de trabalho no capitalismo contemporâneo, suas consequências para o trabalho docente e as formas de reação que têm levado a crescentes índices de adoecimento mental”, Landini (2008) considera que os “meios” e as “alternativas” para se atingirem os objetivos definidos pelos professores com seu trabalho são, “pelas condições históricas”, “conflituosas” e “contraditórias”. De acordo com a autora,

As formas de organização do trabalho no interior da escola, em consonância com as transformações societárias, apontam, cada vez mais, para o trabalho do professor como um prestador de serviços, diminuindo as chances de realização do objetivo desejado com o trabalho educativo, qual seja, o saber, a reprodução de conhecimento científico e a intensificação da condição humana. (LANDINI, 2008, p. 300)

Apoiando-se nos estudos de Travers e Cooper (1997), Landini ressalta que “uma das causas que influenciam na insatisfação dos professores, levando a problemas de saúde, está relacionada, no caso da Inglaterra, à Reforma Educacional – 1988 –, expressão política das formas de universalização do capitalismo” (LANDINI, 2008, p. 300).

Landini (2008, p. 301) continua, alertando que, no Brasil, “[...] as reformas de Estado, necessárias à condução do processo de acumulação de capital”, tomam corpo a partir da década de 1990 e têm, no então ministro Bresser Pereira, um dos propositores. Este protagonizou uma “administração gerencial para o Estado” (LANDINI, 2008, P. 301) na qual, entre vários outros aspectos, se faz presente a necessidade de delimitação das funções do Estado. No entender de Pereira (1998), atividades auxiliares ou de apoio, entre elas limpeza, vigilância etc. devem ser terceirizadas e competitivamente licitadas pelo mercado, representando assim economia para o tesouro.

Agora, busca-se visualizar de que forma ações orientadas por essa ideia começaram a fazer parte do dia a dia da educação pública

municipal de Florianópolis e qual foi a reação de seus principais atores, os professores.

De acordo com o que já se referiu com Silva (2004), em Florianópolis, o primeiro mandato da prefeita Ângela Amin (Força Capital), de 1997 a 2000, cumpriu um papel fundamental na busca pela aplicação das políticas neoliberais de gerenciamento para o Estado. Nas escolas, teve início a terceirização dos serviços de merenda, limpeza e vigilância.

De acordo com Silva (2004, p. 58),

[...] do ponto de vista da organização dos trabalhadores dentro da escola a terceirização cumpre a função de “infiltrar atores estranhos” ao conjunto dos trabalhadores, isto significa que, são setores a menos para se organizarem e reivindicarem, a velha tática de dividir para governar, muito bem adaptada aos valores neoliberais.

Além de serem “atores estranhos”, esses trabalhadores, aos poucos, foram deixando de participar das reuniões pedagógicas e das atividades de formação realizadas nas escolas, como se seu trabalho não estivesse diretamente ligado ao fazer pedagógico.

No entanto, ainda de acordo com os estudos de Silva (2004, p. 58):

Em Florianópolis a resistência dos trabalhadores tem sido grande, passeatas, reivindicações, inclusive com apoio da comunidade, muita organização e mobilização conjunta, têm atrasado e em muitos casos revertido o processo de terceirização. No entanto, nas escolas apesar de toda a resistência a estratégia governamental de não fazer concursos está tomando os serviços de limpeza e de cozinha insustentáveis e assim esta política de cunho neoliberal de uma forma vagarosa, mas constante, tem avançado.

Portanto, pode-se considerar que as lutas dos trabalhadores da rede municipal junto ao seu sindicato contra as terceirizações atrasaram e, em alguns casos, impediram tal processo. Mas não foi possível impedir todas as terceirizações, e hoje há parte dos serviços de limpeza,

merenda e vigilância das escolas sendo prestados por trabalhadores de empresas particulares. Estes não possuem estabilidade de emprego, recebem salários muito baixos, têm mínimos direitos trabalhistas e, na maioria das vezes, não participam das discussões pedagógicas das escolas.

Nesse contexto, os professores não contam, na maioria das vezes, com tais trabalhadores para a construção coletiva do fazer pedagógico. Ao contrário, quando a terceirização ocupa os espaços escolares, compromete a organização do trabalho dos professores, a organização pedagógica da instituição e dos próprios trabalhadores enquanto categoria.

Atualmente não se encontra na Rede Municipal de Educação de Florianópolis a terceirização do serviço dos professores. Porém, cada vez mais projetos incentivados pela iniciativa privada ganham espaço na escola através de voluntariado, como se vê na divulgação do projeto “amigos da escola” e em demais projetos incentivados pelo governo federal, como o “mais educação”.

Outro aspecto importante – e que se aproxima das terceirizações – remete aos processos de precarização do trabalho: é a existência de grande número de professores contratados temporariamente. Os chamados substitutos não são fornecidos por empresas particulares que participam de licitações, mas sua existência está diretamente relacionada à falta de concursos públicos ou à sua realização não suficiente.

Na rede municipal de Florianópolis trabalha um número significativo de professores substitutos. Eles não possuem os mesmos direitos que os efetivos em termos de plano de cargos e salários; em termos de plano de saúde, recebem salário no máximo como graduados; não possuem direito a licença-prêmio, que poderia ser um importante tempo de descanso a cada cinco anos de trabalho; participam de seleção específica para substituição todos os anos, o que representa um fator de insegurança; passam por avaliações durante o ano; e sofrem, muitas vezes, discriminação por parte dos colegas, da equipe pedagógica e da direção.

Além de tudo isso, os substitutos ainda sofrem todos os problemas enfrentados pelos professores efetivos – sobrecarga de trabalho, cobrança das metas sem que haja condições para efetuá-las e más condições de trabalho – constituindo, ambos, fortes motivadores do processo de adoecimento, além do fato de que na rede municipal de Florianópolis existem professores substitutos atuando nessas condições a 10, 15, até 20 anos.

Gadotti (2000, p. 3) entende que manter esse tipo de trabalhador é atender as políticas neoliberais:

A proposta neoliberal é de uma desprofissionalização da docência, buscando-se alternativas na “terceirização”, contratando-se docentes através de concorrência pública, como trabalho temporário, docentes não formados para “formá-los” em serviço, rapidamente. Para a concepção neoliberal, os docentes não precisam ter conhecimento científico. Seu saber é inútil. Por isso, não precisam ser consultados. Eles só precisam receber receitas, programas instrucionais. No limite, eles podem ser substituídos por um computador bem programado. Por isso, encontramos uma proliferação em larga escala de classes superlotadas e, cada vez mais, a promoção do “ensino a distância a baixo custo”.

Através do sindicato, os trabalhadores da Prefeitura lutam por concurso público. Observando as pautas de reivindicações das datadas bases a partir de 1997, é possível encontrar cláusulas referentes a concurso em todas elas. No entanto, é em poucos acordos coletivos que se encontra essa cláusula. Alguns concursos aconteceram nesta primeira década do século XXI por fruto das resistências dos trabalhadores às políticas neoliberais dos governos municipais de Florianópolis. Mesmo assim, um significativo número de professores substitutos continua atuando na Rede Municipal, o que sugere que os concursos realizados não foram suficientes para atender a demanda. Assim, a educação pública municipal continua com coletivos escolares sendo trocados todos os anos, com trabalhadores que trocam de escola anualmente e que todos os anos participam de um novo começo.

Outro aspecto importante das condições de trabalho diz respeito à aposentadoria. A garantia de aposentadoria pública e solidária aos trabalhadores não faz parte das políticas neoliberais. O que já se analisou no primeiro capítulo é aqui também ressaltado por Silva: a reforma da previdência

[...] possui como um dos horizontes transferir para fundos privados a seguridade dos trabalhadores é um dos mais ambiciosos projetos do neoliberalismo, em âmbito mundial. Isto se deve à enorme massa de recursos que gira em torno

destas arrecadações, principalmente as do setor público, onde as contribuições são maiores, fixas e já vêm debitadas em folha (SILVA, 2004, p. 59).

A então prefeita Ângela Amin apresentou na Câmara de Vereadores, durante o seu primeiro mandato, um projeto de lei de privatização da previdência dos trabalhadores da prefeitura de Florianópolis. Mas segundo Silva (2004, p. 60), os trabalhadores municipais resistiram a ele: “[...], a categoria esteve em permanente mobilização com: paralisações, contatos com a população através de cartas abertas, atos públicos, divulgação na mídia, seminários e reuniões com os vereadores e organizações dos aposentados da PMF” (SILVA, 2004, p. 63).

As ações estavam justificadas porque, de acordo com o jornal do SINTRASEM de janeiro de 2000, “[...] acabar com a previdência pública é uma das ordens do capital internacional ao governo brasileiro para que, a partir daí, a aposentadoria passe a ser um problema individual de poupança para o futuro”. Já em maio de 2000, a imprensa sindical ainda alertou: a reforma da previdência “fará com que os trabalhadores trabalhem mais, recebam menos e corram o risco de ficar sem a aposentadoria no final da vida”.

Ter a aposentadoria privatizada – ou seja, ter a aposentadoria fora da responsabilidade do poder público, no qual se trabalha – significa não ter a garantia de poder se aposentar, ou, em se aposentando, é não ter a garantia da integralidade dos vencimentos, pois parte do dinheiro é aplicada no mercado financeiro, representando um risco. Essa questão, que na maioria das vezes aflige mais os professores próximos ao final de carreira, pode se constituir em insegurança, medo, instabilidade em relação ao futuro e, assim, contribuir ao processo de adoecimento docente. Além disso, a obrigatoriedade de vincular tempo de trabalho com idade (Fonte: PMF), com raras exceções, significa mais tempo de contribuição até que possam se aposentar. E isso atinge os professores quando estes já se encontram cansados de anos de sobrecarga de trabalho, já com pouca energia, fazendo com que o final da carreira seja, na maioria das vezes, um ir e vir constante a médicos e implique gastos significativos com medicamentos quando não há outra saída senão a readaptação.

Depois de mais de uma década de muitas lutas contra a privatização da previdência – entre elas, ocupações da Câmara de Vereadores em várias ocasiões –, em janeiro de 2009, o então prefeito



Dário Berger aprovou a lei que regulamenta a criação do Fundo de Previdência. Mesmo sendo mês de férias do magistério, segmento historicamente mais mobilizado dos trabalhadores da PMF, de acordo com o jornal do SINTRASEM de fevereiro de 2009, a aprovação aconteceu com forte respaldo policial e com grande mobilização dos trabalhadores.

A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) também guarda relação direta com as condições de trabalho dos professores do ensino fundamental. Criada durante o governo de FHC, tem por objetivo limitar em no máximo 60% os gastos com folha de pagamento dos trabalhadores do serviço público. No entender de Silva (2004), essa lei ainda

[...] determina que sejam criadas metas para controlar receitas e despesas, o controle é tão rígido que nenhum governante pode criar uma nova despesa continuada, que exceda dois anos, sem antes indicar a fonte de recursos ou reduzir outras existentes, além destas determinações, esta Lei se desdobra em uma série de outras, mas todas, seguem o mesmo princípio, ‘estabelecer um rígido código de condutas que visem uma gestão fiscal responsável’. (SILVA, 2004, p. 38)

O governo municipal de Florianópolis, alinhado com as políticas neoliberais, não hesitou em fazer valer os ditames da Lei aos trabalhadores municipais. A educação e seus trabalhadores, dentro desse contexto, também foram submetidos e começaram a sofrer no dia a dia as consequências. Ainda segundo Silva (2004), a composição da receita orçamentária da PMF aumentou ano após ano, assim como os gastos com a educação. No entanto, os gastos com a folha de pagamento dos trabalhadores da educação não mudaram.

Para se chegar a um resultado assim, algumas questões foram fundamentais, dentre elas, as cláusulas das pautas de reivindicações nas datas-bases. Principalmente as que diziam respeito a salário, promoções, pagamento de direitos e concursos públicos eram negadas e justificadas pela Lei. Além disso, iniciou-se um conjunto de ataques ao Plano de Cargos e Salários do magistério – cujas promoções são relativas a tempo de serviço e aperfeiçoamento – para que se estancasse o pagamento destas, alterando a lei do plano e retirando tais direitos.

Mesmo com os trabalhadores criando impedimentos para a completa adequação da lei, seus reflexos, na medida em que direitos não

são cumpridos, salários não são reajustados, concursos públicos não são realizados, contribuem ao processo de adoecimento docente.

Outro aspecto importante a ser considerado nas condições de trabalho diz respeito à lei do Estatuto do Magistério, que tem por objetivo fixar regras que controlem as relações de trabalho entre os trabalhadores da educação e o governo municipal. As regras são fixadas sobre jornada de trabalho, férias, lotação, carga horária, regras para remoção, designação, substituição, enfim, tudo o que diz respeito à vida trabalhista dentro da PMF.

Quando a coligação Força Capital assumiu a Prefeitura, em 1997, os trabalhadores municipais discutiam e construía uma proposta de alteração das leis de estatutos e Plano de Cargos, Carreira e Salários (PCCSs) existentes, em comissões paritárias com representantes do executivo.

O governo de Ângela Amin ignorou esse trâmite e encomendou à Escola Superior de Administração e Gerência da UDESC (ESAG-UDESC) novos projetos, que, ao se tornarem públicos, possibilitaram a percepção do objetivo de corte de direitos que propunham. Em se tratando especificamente do quadro da educação, a proposta de novo estatuto do magistério atendia as exigências neoliberais. Segundo Silva (2004, p. 84),

[...] neste documento, ficam visíveis os rebaixamentos das conquistas históricas dos trabalhadores, numa clara busca de excelência empresarial, onde redução de custos no discurso privado, e de superávit no discurso público, norteiam os destinos da economia mundial e a vida dos que só tem a força de trabalho para sobreviver.

Silva (2004), dedicando-se a estudar com mais atenção as implicações do novo projeto, observa os preceitos neoliberais de flexibilidade, produtividade, gerenciamento e eficiência e, tendo como parâmetro as análises produzidas pelo sindicato, ressalta que o novo projeto sugere “flexibilização da força de trabalho através da lotação e remoção” (SILVA, 2004, p. 85), pois os professores poderiam ser transferidos de escola por ofício, não tendo mais garantia de lotação; “aumento da produtividade do trabalho com o aumento do número de aulas por professor” (SILVA, 2004, p. 88), que passaria do limite de 28 aulas por semana em sala de aula por professor de 40 horas para 32

aulas por semana; e “gerenciamento e eficiência da educação com redução de salários” (SILVA, 2004, p. 92), na medida em que as promoções ficariam vinculadas à LRF, podendo ser pagas ou não de acordo com a arrecadação. Portanto, essas questões, se aprovadas, fariam o professor trabalhar ainda mais – e com a possibilidade de receber menor salário – o que contribuiria ainda mais para o processo de adoecimento.

Organizados pelo sindicato, os trabalhadores da educação resistiram das mais variadas formas e impediram a aprovação de tal projeto. O boletim sindical impresso de 15 de agosto de 2001 trouxe em sua chamada: “ampliar a luta e defender nossos direitos”. Explica a tramitação do projeto na câmara de vereadores e convoca para assembleia geral organizativa. Em seguida, o boletim de 29 de outubro de 2001 conclama todos os trabalhadores a se engajarem e publica as ações: divulgação, distribuição, coleta e centralização do abaixo-assinado feito com os pais de alunos e comunidade em geral contra a retirada de direitos; organização de um painel com nome, partido e foto de vereadores para exposição à população, no centro da cidade, de suas posições sobre os projetos; organização de cartas e cartões postais endereçadas aos vereadores pedindo a não aprovação; calendário de vigília na câmara municipal por região da cidade; confecção de faixas para a frente das unidades escolares; organização de atos públicos em frente à câmara municipal com carro de som e banca para coleta de assinaturas. No mesmo ano, já bem próximo das férias escolares, o boletim de 27 de novembro de 2001 trouxe na sua chamada: “todos na câmara dia 03/12 – pela manutenção dos direitos e conquistas”. No início de 2002, o boletim eletrônico do sindicato informou que, após ocupação massiva da câmara, “acuados, os vereadores da bancada governista (PPB, PFL e PSDB) fecharam acordo nos seguintes termos: que o projeto do estatuto do magistério seria aprovado com todas as emendas propostas pela categoria”. Com as mobilizações realizadas pelos trabalhadores, o estatuto do magistério foi aprovado com todas as emendas e, logo em seguida, obteve o veto pela prefeita. Em maio de 2002, o boletim informativo do sindicato manifestou: “queremos o estatuto do magistério com todos os direitos garantidos – vamos continuar mobilizados”, organizando os trabalhadores com novas pressões sobre os vereadores para então garantirem a derrubada do veto.

Nesse movimento pela continuidade das mobilizações, o ano termina com a seguinte chamada pelo boletim do sindicato de 20 de novembro de 2002: “2002 está terminando. As lutas não! Pela manutenção dos direitos e conquistas!” Entre as reivindicações

encontra-se: “pelo cumprimento do estatuto do magistério”. Ou seja, foram anos de mobilizações pelos direitos do estatuto. Apesar da gravidade dos ataques, e por motivos que serão discutidos adiante, as greves não ocorreram. O que houve foi que os professores trabalhavam normalmente durante o dia e, à noite, deslocavam-se para a câmara de vereadores onde as seções aconteciam, caracterizando uma tripla jornada de trabalho, impulsionadora também do processo de adoecimento dos professores.

Se a Lei do Estatuto do Magistério contém os direitos e deveres especificamente dos trabalhadores da educação, a lei do Estatuto Único contém os direitos e deveres que dizem respeito a todos os trabalhadores da PMF. Da mesma forma que o Estatuto do Magistério, o Governo Municipal apresentou um projeto de alteração do Estatuto Único, também com o objetivo de retirar direitos e de cumprir orientações neoliberais: o adicional por tempo de serviço, que era de 2% a cada ano de efetivo exercício, passaria a 3% a cada três anos, representando perda salarial para o magistério; as liberações do sindicato seriam reduzidas, atacando a organização dos trabalhadores; as férias do magistério, que, pela lei em vigor, eram de 65 dias por ano, passariam a 30 dias de férias e quinze dias de “recesso escolar”, durante o qual poderiam ser convocados; o projeto colocava em cheque vários direitos, como afastamento para casamento e nojo e licença para cuidar de pessoa da família, licença-prêmio, entre outros.

Segundo Alves (2002), o ataque aos direitos dos trabalhadores foram marcas do neoliberalismo não só no setor público, mas também para o setor privado. As consequências da globalização associadas à reestruturação produtiva e aos programas de privatização fizeram baixar a renda média do trabalhador e geraram degradação e precarização do trabalho, além de prejuízos para a organização sindical.

De acordo com autor, a ofensiva neoliberal gerou “uma ‘implosão’ dos núcleos mais organizados da classe, com importantes categorias de operários e empregados organizados tornando-se objeto de uma nova ofensiva do capital na produção” (ALVES, 2002, p. 88). Ele sugere como exemplos os metalúrgicos e os bancários, vanguarda de resistência sindical nos anos 1980, que tiveram seus coletivos organizados ou bases sindicais por local de trabalho dispersos no decorrer dos anos 1990, e alerta para o fato de que a ofensiva do capital faz regredir a organização e o movimento sindical no Brasil. E essa regressão, conforme se discutirá adiante, atinge também o setor público.

Os professores de ensino fundamental de Florianópolis, juntamente com os demais trabalhadores municipais, resistiram à

retirada de direitos. O boletim impresso do sindicato de maio de 2003 trouxe como chamada: “vamos lutar para que o estatuto único seja sancionado pela prefeita” e convoca os trabalhadores para “[...] continuar a mobilização para que a prefeita não vete nenhum artigo do estatuto único. Estamos organizando uma campanha com matérias na imprensa, abaixo-assinado, outdoor, cartazes etc.” Assim, com a resistência dos trabalhadores, a gratificação de 2% ao ano trabalhado, as férias de 65 dias por ano e a licença-prêmio foram mantidas – e têm relação importante com a prevenção ao adoecimento docente. O jornal sindical de fevereiro de 2003 enunciou: “é preciso organizar e ampliar a mobilização de toda a categoria, pois se o projeto for aprovado com nossas emendas, importantes direitos e conquistas dos trabalhadores do civil e do magistério serão garantidos ou ampliados”.

Durante as discussões sobre o Estatuto Único, de acordo com o boletim do sindicato de dezembro de 2003, as mobilizações estavam tão fortes – com a presença dos trabalhadores, em especial das professoras, em todas as atividades chamadas pelo sindicato, as visitas aos vereadores, as seções na câmara municipal, os atos públicos etc. – que possibilitaram inclusive a conquista do direito à licença-maternidade de seis meses para todas as trabalhadoras municipais. No início, o direito era válido somente para as trabalhadoras efetivas; posteriormente, conseguiu-se a ampliação para as professoras substitutas. Segundo o artigo 102 da Lei Complementar CMF no 63/2003: “À servidora lactante, mediante comprovação médica de estar amamentando, será assegurado licença até que o filho complete seis meses de idade”.

Após essa publicação, o informativo anunciou: “a prefeita Ângela Amin ameaça entrar com Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin)”. Diante dessa ameaça, o sindicato intensifica a campanha e, nesse mesmo boletim, faz a seguinte chamada: “campanha em defesa da licença amamentação”. Com base no texto do “caderno Origem – Amamentação, direito da Mulher no Trabalho”, organiza audiência pública na câmara municipal com a presença da chefe da pediatria do Hospital Universitário, abaixo-assinado e outdoor. A campanha teve como objetivo

[...] sensibilizar a todos os trabalhadores e trabalhadoras, grupos e instituições governamentais e não governamentais que apoiam os direitos dos trabalhadores, sindicatos, organismos de pediatria, etc., de que amamentar exclusivamente até o 6º mês, além de contribuir

com a saúde do bebê e da mãe, representa investimento e diminuição de gastos com a saúde; contar com o apoio de todos esses organismos para sensibilizar a Sra. prefeita Ângela Amin, também mãe, para que cumpra o que está previsto em lei; abrir uma discussão em nível nacional sobre a necessidade de estender este direito a todos os filhos de mulheres trabalhadoras (boletim SINTRASEM, 12/2003).

Principalmente pelo fato de o magistério ser composto majoritariamente por mulheres, essa foi uma conquista importante não só aos filhos, mas também às mães professoras, que podem acompanhar de perto os primeiros meses de vida da criança sem a preocupação e a pressão de dar conta das tarefas da escola e do bom atendimento ao bebê.

Também é importante destacar como aspecto das condições de trabalho dos professores do ensino fundamental a eleição direta para diretores escolares. Os trabalhadores da educação da PMF conquistaram a eleição direta para diretores das escolas básicas em 1986. Em 1994, elas se ampliaram para Desdobradas, Creches e Núcleos de Educação Infantil. No segundo semestre de 1999, o governo de Ângela Amin, buscando implementar as políticas neoliberais, tentou acabar com o processo democrático.

Organizados pelo sindicato, o Conselho Municipal de Educação e o Fórum Municipal de Defesa da Escola Pública, trabalhadores da educação, pais e estudantes da rede municipal, juntamente com as entidades envolvidas no Conselho e no Fórum, conseguiram manter o processo eleitoral.

O jornal do sindicato Especial Educação, de fevereiro de 2001, declara:

Depois de ter afirmado, inúmeras vezes em público, que não defendia mais as eleições para diretor a Prefeita agora diz exatamente o contrário: que pretendia somente qualificar o processo. Nós sabemos que não é verdade. A continuidade das eleições foi resultado do movimento levado pelos trabalhadores.

E explica por que a prefeita mudou de atitude:

O movimento em defesa das eleições ganhou as ruas com centenas de pessoas exigindo o cumprimento de mecanismos democráticos de gestão e não só as ruas, mas também o apoio de personalidades de diversos partidos políticos, jornalistas e lideranças comunitárias manifestaram seu apoio, contribuindo na pressão junto à prefeita.

Principalmente para cinquenta trabalhadores, que foram punidos e tiveram que responder processo administrativo, essa foi uma luta dolorosa, na qual muitos adoeceram, porém importante e vitoriosa para os educadores da SME. A eleição direta para diretor possibilita que se mantenham várias discussões político-pedagógicas, tão necessárias para o fazer diário de uma escola pública.

No entender de Silva (2004, p. 145):

Indiscutivelmente o mínimo de democracia dentro de uma instituição de ensino público, passa por um confronto direto contra o poder instituído, pois este mínimo de democracia pressupõe a constante defesa das condições materiais e humanas do local de trabalho para o exercício do magistério e em defesa da classe trabalhadora e dos seus filhos.

É indispensável também, para a gestão democrática um corpo docente que constantemente re-significa o seu ato profissional e intelectual, numa constante insatisfação na busca do melhor para sua formação e suas aulas, sem tomar como desculpa as condições materiais que lhe são impostas pelo sistema, mas ao contrário, utilizar esta situação objetiva como alavanca da consciência de classe dos seus alunos, algo que por natureza se choca com o “status quo” desta sociedade.

O processo de eleições diretas para diretores está mantido na PMF e constitui importante espaço de discussão sobre a escola pública e sobre as reais organizações e condições do trabalho pedagógico. Além disso, as eleições diretas para diretores podem assegurar, mesmo sem poder garantir, que professores, principalmente os mais envolvidos com a escola pública, com os direitos trabalhistas e com o sindicato não sofram ações repressivas por suas práticas de resistência. Ao mesmo

tempo, podem proporcionar espaços de discussão em que se ouçam as aflições cotidianas dos professores com o objetivo de contribuir para que estes se sintam menos pressionados nas ações desenvolvidas na escola. Talvez esses sejam inclusive os principais motivos que justifiquem a forma como os governos buscam alternativas bem mais sutis do que as de 1999 e 2000 para transformar esse processo em mais um que atenda as políticas neoliberais impulsionadas pelos organismos internacionais (SILVA, 2004; CARDOSO, 2008).

### **3.2.3. Saúde e condições de trabalho nas datas-bases**

A Constituição de 1988, que possibilitou a criação dos sindicatos de funcionários públicos, estipulou também a exigência de reestruturação das relações de trabalho desses empregados nas três esferas, tendo como objetivo adequá-las às orientações neoliberais. Essas questões, segundo Silva (2004, p. 79), além de representarem “[...] respostas das lutas sociais ao período de repressão política de duas décadas do regime militar”, representavam também para o capital a necessidade de organizar mudanças econômicas e sociais no Brasil para a implementação das políticas neoliberais, que nos principais países capitalistas já se encontravam bem avançadas. Nesse contexto, a principal tarefa do recém-criado SINTRASEM foi, além de organizar as campanhas e as greves por reposições salariais, pois o período era de índices altos de inflação, a preparação, discussão e mobilização pela manutenção dos direitos previstos nos Estatutos e Planos de Cargos e Salários.

O primeiro registro de Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Florianópolis é da década de 1950 (Leis Municipais de Florianópolis). Com o passar dos anos, esse documento foi sofrendo alterações, com vistas a atender demandas da administração pública e dos trabalhadores quando estes se organizavam para exigir mudanças. Nesse período, a mesma Lei continha os direitos e deveres dos trabalhadores da educação e também dos demais trabalhadores da Prefeitura. Seu conteúdo já se preocupava com estabilidade, férias, aposentadoria, afastamentos médicos, licenças etc., mostrando que, de forma bem menos intensa que hoje, já se fazia referência ao processo de adoecimento.

No início da década de 1980 aprovou-se a primeira Lei de Estatuto específica do magistério. Os trabalhadores municipais – que ainda não podiam eleger seu chefe administrativo porque Florianópolis se encontrava entre os municípios de “segurança nacional” durante a



ditadura militar – já participavam do Movimento Diretas Já. Na esteira desse movimento, em 1985 teve início a primeira gestão municipal eleita após o término do sistema bipartidário.

A gestão Andrino (1985 – 1988) foi marcada por muitas greves, paralisações e mobilizações de todas as formas dos trabalhadores municipais. Nesse contexto, conquistaram-se eleições diretas para diretores escolares e novo Estatuto e Plano de Cargos e Salários para o magistério municipal, importantes à prevenção do adoecimento.

Justamente essas conquistas seriam ameaçadas quando da necessidade, segundo Silva (2004, p. 79), de

[...] ajustar toda a sociedade às imposições da globalização neoliberal através da privatização de estatais, abertura do comércio nacional às empresas estrangeiras, austeridade fiscal nas contas públicas – para que os serviços da dívida continuassem sendo honrados – e a desregulamentação da força de trabalho privada e estatal.

Os Estatutos e os Planos de Cargos e Salários seriam alvo das estratégias governamentais para buscar atender a tão necessária redução de gastos públicos, imposta pelas políticas neoliberais. As leis foram discutidas na gestão municipal Amin/Bulcão Vianna (1989 – 1992), mas não foram encaminhadas para votação. Espiridião Amin, que permaneceu na prefeitura pelos dois primeiros anos, para não atrapalhar seus planos de chegar ao senado, preferiu não se indispor com os trabalhadores municipais. O então vice-prefeito, Bulcão Vianna, não contando com prestígio suficiente para implementar as políticas neoliberais e, ao mesmo tempo, enfrentando resistência por parte dos trabalhadores municipais, que já se encontravam participando das lutas nacionais pelo “Fora Collor”, preferiu manter os projetos parados.

A primeira gestão municipal vivenciada pelo SINTRASEM foi marcada por greves e mobilizações por reposições de perdas salariais e melhores condições de trabalho. O jornal sindical intitulado MOVIMENTO, de 4 de abril de 1990, anunciou na capa que a administração municipal esteve marcada por uma “Postura fechada, muitas vezes autoritária, onde os posicionamentos se deram sem qualquer possibilidade de questionamento (exemplo disso foi o corte dos dias parados da greve de maio)”, além de criticar a saída antecipada do cargo; e organizou os trabalhadores pelos direitos, declarando: “[...] que

para garantirmos nossos direitos, temos nossa capacidade de luta, independência e espaço de participação [...]”. Nesse momento, de acordo com o mesmo jornal, cláusulas reivindicando melhorias nas condições de trabalho já podiam ser vistas nas pautas de data-base, ao mesmo tempo em que mobilizações pela manutenção dos direitos.

O mesmo periódico publica, em matéria na edição de 14 de fevereiro de 1991: “Sem condições de trabalho e mal pagos, educadores voltam com muita coragem”, e destaca enfaticamente as más condições de trabalho e suas consequências para a qualidade da educação e para o fazer pedagógico. Segundo o que diz a matéria,

Isonomia não passa de engodo. Os dias da greve, considerada legal, não foram pagos. O piso de três salários-mínimos há muito não existe. As promessas de aparelhamento, reformas das quadras esportivas e laboratórios escolares não passam de retórica vazia. As vagas existentes, tão notórias durante o ano letivo, desaparecem magicamente quando se aproxima um concurso. Apadrinhamento, clientelismo e incompetência que só nos causam indignação e repúdio. É de assustar a situação a que os alunos da rede pública estão submetidos. Os que estudam recebem geralmente educação incompleta e sem qualidade, pois seus cursos são sistematicamente interrompidos pela carência de condições mínimas para o exercício da atividade pedagógica: escolas deterioradas e equipamentos alterados ou obsoletos (quando existem). Os alunos encontram os professores desmotivados pelos baixíssimos salários e pela falta de perspectivas, o que acaba por configurar um quadro de crescente perda de ótimos profissionais da educação.

A falta de condições de trabalho adequadas, juntamente com a defasagem salarial, imprimia nos professores um sentimento de desmotivação, fator importante no processo de adoecimento docente, que ultrapassou décadas.

Todo o movimento em torno do *impeachment* de Collor contribuiu para que se elegeisse em Florianópolis, na gestão 1993 – 1996, o primeiro governo mais próximo às reivindicações dos trabalhadores, chamado de Frente Popular. Com isso, os trabalhadores municipais puderam discutir novos projetos de Estatutos e Planos de

Cargos e Salários sem redução de direitos, pois o “histórico de lutas e o compromisso programático deste governo, favorecia o diálogo” (SILVA, 2004, p. 82).

Porém, não se atingiu um número expressivo de vereadores, e a orientação geral dos governos de Frente Popular – que, segundo Silva, é de “estabelecer um verniz de mudanças, mas perpetuar a desigualdade” (SILVA, 2004, p. 82) – esteve mantida. Com isso, enfrentou-se um contexto de intensificação da adoção dos princípios neoliberais no país, com um final de mandato bastante tumultuado na relação com os trabalhadores municipais em função dos atrasos e parcelamentos salariais. Assim, passaram-se os quatro anos, e os projetos dos novos estatutos, construídos por comissão de representantes dos trabalhadores e do executivo, não foram encaminhados para apreciação da câmara municipal.

Os acordos coletivos entre sindicato e prefeitura a que esta pesquisa teve acesso, firmados na gestão Frente Popular, além das cláusulas de recomposição salarial, de discussões sobre os projetos de Estatutos e Planos de Carreira e de outras reivindicações, contêm cláusulas de preocupação com a saúde dos trabalhadores. Na cláusula 10<sup>a</sup> do acordo da data-base 1995/1996, o Executivo se compromete a liberar a licença-prêmio; na 11<sup>a</sup>, compromete-se em garantir condições de trabalho para o exercício das funções; na cláusula 13<sup>a</sup> consta que o Executivo faria “nomeação de junta médica municipal para avaliar os trabalhadores municipais através de perícia médica”; e na 14<sup>a</sup> consta o acordo do “fortalecimento da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes”. Essas são cláusulas que dizem respeito a todos os trabalhadores municipais, entre eles os professores do ensino fundamental, objeto desta pesquisa.

Das garantias listadas anteriormente, a liberação da licença-prêmio se constitui, para a prevenção do adoecimento docente, como a mais importante. Essa licença consiste em três meses de afastamento do trabalho, com todos os direitos. É um período em que o professor se desliga das tarefas escolares, o que significa uma importante possibilidade de recomposição das energias desprendidas no último quinquênio. Além desta, outra importante cláusula diz respeito a melhores condições de trabalho, explicitando que a preocupação do sindicato se soma às lutas históricas da classe trabalhadora por melhores condições de trabalho, que vêm desde o século XIX (DEJOURS, 2009).

No último acordo coletivo firmado entre sindicato e gestão municipal, além de cláusulas diretamente financeiras – que estipulam prazos para o encaminhamento para câmara municipal dos projetos de

lei, dos estatutos e planos de carreira e de outras reivindicações acordadas – encontram-se novamente cláusulas relacionadas à prevenção do adoecimento, como liberação da licença-prêmio, regulamentação da CIPA e extensão da Dedicação Exclusiva aos auxiliares de ensino – função diretamente ligada aos professores. Em relação a essas conquistas, o jornal sindical de junho de 1996 publicou:

Para chegarmos até aqui, foram horas de preparação com o Dieese, negociações e a categoria precisou ir às ruas chamar atenção da sociedade. Realizamos protestos na esquina democrática, fechamos a Felipe Schmidt, distribuímos carta aberta à população, invadimos o gabinete e fomos notícia nos jornais, televisões e rádios do estado. Isto foi decisivo para o avanço das negociações e ganhamos a maioria das cláusulas reivindicadas.

A gratificação de dedicação exclusiva (DE), no valor de 40% sobre o vencimento, é devida aos trabalhadores de nível superior, com jornada de 8 horas diárias, que comprovadamente trabalharem somente na PMF. Nessa época, ela já era de direito dos professores e muito importante na prevenção ao adoecimento, pois, ao conquistarem a DE, os professores podem deixar de exercer uma terceira jornada de trabalho para compor os ganhos salariais.

Quando houve o fechamento desse acordo coletivo, a Reforma da Previdência já se encontrava em plena discussão em nível nacional. Os professores municipais já tinham conhecimento do compromisso do então presidente FHC de aprofundar a implantação das políticas neoliberais e de que um dos principais elementos dessa política se apoiava em tal reforma. Um de seus principais aspectos foi ampliar o tempo de trabalho para a aposentadoria e privatizar a aposentadoria pública e solidária, substituindo-a por fundos de pensão. Preocupados com isso, os trabalhadores municipais, através do sindicato, incluíram e acordaram com o Executivo a constituição de comissão paritária para estudarem e apresentarem proposta quanto ao sistema de Previdência e Assistência para os servidores municipais. Porém, o último ano da gestão Frente Popular assistiu a diversos atrasos e parcelamentos de salários e várias greves em função disso, o que atrapalhou tanto os andamentos dos trabalhos dessa comissão quanto o envio para a câmara dos projetos de estatutos e planos de carreira.

No governo Frente Popular, as políticas neoliberais encontraram dificuldades de implementação, pois os trabalhadores estavam mais presentes nas lutas e no próprio governo. Por outro lado, com a mudança de foco para as questões salariais no final do mandato – deixando os estatutos de lado – os trabalhadores municipais perderam a oportunidade de verem aprovados projetos importantes, como o de planos de carreira. Nesse contexto, o governo de Ângela Amin ganhou as eleições e abriu um novo e significativo espaço para as políticas neoliberais.

Já no primeiro ano desse novo governo não foi possível o fechamento de acordo coletivo. A forma autoritária da gestão de Ângela Amin intimidou os trabalhadores, acostumados com relações de diálogo com a gestão anterior, retirou imediatamente da câmara os projetos de estatutos e planos de carreira e interrompeu as discussões sobre a previdência. Além disso, negava-se a participar das negociações com o sindicato e realizava pressões e punições contra os trabalhadores. Enfim, eram as políticas neoliberais tentando recuperar o tempo perdido. No editorial do jornal sindical da data-base de março de 1998, lia-se: “Será uma data-base dura, pois Ângela Amin juntamente com Paulo Afonso e FHC juntam forças para além de destruir o serviço público retirar conquistas históricas dos trabalhadores como aposentadoria e a estabilidade”. O editorial publicado um mês depois completa:

Este é um período duro para os trabalhadores, pois todos (os governos) estão alinhados com as políticas do governo de FHC. Ângela Amin, como todos sabem, é parceira desse governo e suas baixarias. Basta ver que a reforma da previdência e administrativa de FHC é a política que a prefeita pretende aplicar, e já aplica, retirando nossos direitos e conquistas.

Os trabalhadores se organizaram em atos públicos, paralizações, passeatas e, no segundo ano desse mandato, conquistaram acordo coletivo, em que, além das cláusulas econômicas, aparecem novamente cláusulas de liberação da licença-prêmio e de retomada das discussões sobre a CIPA. Nesse acordo também aparece a primeira cláusula que garante a discussão sobre o pagamento das férias aos professores substitutos, importante por possibilitar, ainda que precariamente, a subsistência de um contrato de trabalho e outro, conquistado durante o ano.

De acordo com o editorial do jornal sindical de junho de 1998, nas duas datas-bases seguintes, as discussões ocorreram com muitas ameaças, punições e tentativas de cortes de direitos, o que impossibilitou a assinatura de acordo coletivo. O governo de Ângela Amin estava implementando as políticas neoliberais de redução de gastos públicos com seus trabalhadores, os quais, por sua vez, estavam dispostos a resistir. O mesmo editorial enuncia: “Só que os trabalhadores já mostraram que não se amedrontam com qualquer coisa. Pelo contrário, comparecem em grande número na assembleia, demonstrando coragem para encarar o executivo”. E continua: “Agora é continuar a luta pelo plano de carreira e estatuto elaborados pela categoria; [...]; não terceirização e privatização dos serviços; [...] estabilidade e política salarial com gatilho”. Todas essas questões dizem respeito diretamente à saúde dos trabalhadores, em especial dos professores. Na página central desse mesmo jornal, lia-se: “Ângela Amin não respeita data-base – estado de greve foi a resposta da categoria à enrolação do governo que está acontecendo desde abril quando iniciou-se a discussão da data-base”. Além do estado de greve, destaca-se na mesma página: “SINTRASEM realiza manifestação na esquina democrática” e “Servidores não se intimidam com ameaças de corte de ponto e lotam assembleias”.

O segundo mandato na administração municipal continuou exigindo resistência por parte dos trabalhadores em defesa dos direitos duramente ameaçados pelos projetos enviados à câmara municipal. Os estatutos, a privatização da previdência e os planos de carreira, se aprovados da forma como o governo municipal tinha interesse, representariam ainda mais terceirizações, intensificação do trabalho, precarização, redução de salários e retirada de direitos. Mas os trabalhadores mantiveram as passeatas, as paralisações, as vigílias, as ocupações da câmara de vereadores e, em contato direto com a população, marcaram o segundo mandato Amin com muita resistência. As greves não aconteceram, pois a forma ameaçadora e punitiva da gestão se manteve durante os oito anos, fazendo com que os trabalhadores amargassem perdas salariais significativas e tendo como argumento por parte do executivo os limites impostos pela LRF.

Portanto, foram anos de obstáculos advindos da política governamental do município em consonância com as políticas neoliberais e também do contexto mais amplo de fragilização das lutas sindicais, que dificultaram as lutas dos trabalhadores por melhorias salariais, melhorias nas condições de trabalho e, por consequência, as mobilizações de massa em torno das questões de saúde. As principais

discussões aconteceram diretamente com os vereadores, pois os projetos de estatutos e planos de carreira e de previdência já se encontravam na câmara e tiveram como norte a manutenção de direitos tão importantes na prevenção ao adoecimento. O número expressivo de atestados médicos já preocupava os dirigentes sindicais; no entanto, as limitações da LRF utilizadas pelo executivo e as dificuldades das lutas sindicais impostas pelas políticas neoliberais também eram percebidas entre os professores municipais e fez com que a falta de investimentos nas condições de trabalho acentuasse o problema.

A direção do sindicato, diante das limitações em discutir com o executivo ações de prevenção para a saúde dos trabalhadores e os motivos dos altos números de atestados médicos em especial de professores, busca outras estratégias para preparar a categoria: no ano de 2002, “Saúde dos trabalhadores” foi o eixo de construção da data-base, o que garantiu importantes debates nos locais de trabalho; em 2003 aconteceu o II Seminário da Saúde, para o qual todos os trabalhadores municipais foram convidados a discutir, entre outros tópicos, organização do trabalho, assédio moral e biossegurança, serviço de saúde e segurança do trabalhador (aprofundando o debate sobre promoção, proteção, prevenção, atenção e recuperação da saúde). Essas ações realizadas nesses dois anos fizeram com que o debate sobre a saúde dos trabalhadores como problema coletivo estivesse mais evidente nos locais de trabalho. Em meio a tais discussões foi assinado o acordo coletivo de 2002, que continha, além das cláusulas financeiras e de manutenção de direitos ameaçados pelos projetos da câmara, a primeira cláusula específica sobre “saúde do trabalhador”, afora outras, sobre assistência médica, segurança e saúde; e, novamente, tratando da liberação da licença-prêmio.

O conteúdo da cláusula saúde do trabalhador – “A PMF pretende implantar um programa de saúde ocupacional e está em negociação do espaço físico” – explicita as intenções do governo municipal de, com tal política, livrar-se de maiores investimentos no que gera o adoecimento: principalmente as condições de trabalho. Os programas de saúde ocupacional implementados pelas empresas ou pelo serviço público aos seus trabalhadores possuem como preocupação a produção, a redução do absenteísmo e as faltas por adoecimento, e não as reais condições para a execução do trabalho (MULLER, 2008).

Os últimos dois anos do governo de Ângela Amin foram marcados por mobilizações dos trabalhadores municipais na câmara de vereadores pela manutenção dos direitos e também pela greve de 2004. Esta, motivada principalmente pelas perdas salariais acumuladas durante

a gestão, e de acordo com a ata da reunião do Conselho Deliberativo do SINTRASEM de 25 de junho de 2004, manifestavam: “mas para muitas pessoas a necessidade de greve era para mostrar a indignação quanto ao governo Ângela Amin”. Essa indignação era em relação aos quase oito anos de repressão, à tentativa de ataques aos direitos, às eleições diretas para diretores e ao autoritarismo. Todo o movimento anterior e posterior à greve deu nova disposição de luta e consciência sobre a necessidade de resistir às ameaças de cortes de direitos e privatização da previdência impostas pelas políticas neoliberais. E foi com essa disposição que os trabalhadores do serviço público municipal, entre eles os professores do ensino fundamental, testemunharam em 2005 o primeiro ano do governo Dário Berger.

De acordo com Carreirão (2009), para as eleições de 2004 não foi difícil para a convenção do Partido Progressista escolher Francisco Assis, Secretário de Obras do governo de Ângela. O PMDB apoiou o candidato do PPS, Sérgio Grando. O PT escolheu seu candidato nas prévias do partido e fez coligação com o PCdoB e com o PL. A grande novidade teria sido a candidatura de Dário Berger, ex-prefeito da cidade vizinha de São José, que, além de mudar do PFL para o PSDB, mudou também de domicílio eleitoral. Além desses, outros candidatos vinculados a partidos pequenos disputaram o pleito. Concorreram ao segundo turno Dário e Assis. Dário, sem tradição política na cidade, ganhou pelo PSDB com força relativamente pequena no Estado e na capital contra Chico de Assis, apoiado pelos “caciques” do PP e do PFL, pelo governo do Estado e pelo presidente da república. O resultado se deve, segundo o autor, a vários fatores, entre eles: a divisão dos partidos de esquerda; um possível desgaste da prefeita Ângela, principalmente no final do segundo turno, em função da rejeição pela política de implantação dos terminais integrados do transporte urbano; e um possível potencial de Dário por grandes realizações.

A falta de mudanças se mostrou rapidamente para os trabalhadores municipais. Já no boletim sindical de 16 de maio de 2005, intitulado “O que é isso, Prefeito?”, em resposta à pauta de reivindicações, lia-se:

Nós, trabalhadores, só podemos nos revoltar com tal proposta. Entra prefeito sai prefeito e as contas na hora da data-base são sempre assim. Um acusa o outro de deixar dívidas que inviabilizam a administração. E nós sempre pagando o pato!



Antes do término do primeiro ano de mandato, as possíveis dúvidas a respeito das diferenças entre os governos deixaram de existir. O boletim sindical pós data-base/2005, de 17 de outubro de 2005, intitulado “Muita luta, resistência e vitórias”, referia-se às políticas do novo governo da seguinte maneira:

A eleição de Dário Berger (PSDB), em Florianópolis significou a continuidade desta política, que já era praticada por Ângela Amin (PP) e que é a mesma do Governo do Estado (PMDB): a política das terceirizações, do cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal, da desvalorização do servidor, da sobrecarga de trabalho imposta aos servidores levando-os ao adoecimento.

O novo governo não mudou as políticas de terceirizações, de só atender as reivindicações dos trabalhadores com pressão, de não garantir a liberação da licença-prêmio para todos de direito, de não realizar concursos públicos de acordo com a demanda e crescimento da população, dando continuidade à implementação das políticas neoliberais na PMF. Por outro lado, os trabalhadores, motivados ainda pelo movimento da greve do ano anterior, estavam dispostos a continuar resistindo. Nesse contexto de greves, que ocorreriam pelos cinco anos seguintes consecutivamente, os trabalhadores conquistaram, entre outras questões, as perdas salariais acumuladas do governo anterior e mais espaço para discussões sobre saúde dos trabalhadores.

Ainda no período 2004/2005, buscando qualificar ainda mais as discussões sobre saúde do trabalhador, a direção do sindicato começou a fazer parte do projeto Vida Viva. De acordo com o jornal do SINTRASEM – Saúde do Trabalhador – de agosto de 2005, esse projeto tem por objetivo “fortalecer a organização dos trabalhadores” buscando construir um novo olhar sobre a “saúde como uma questão coletiva”. Além das discussões na diretoria e no conselho deliberativo do sindicato, formaram-se monitores da base para atuarem na aplicação do projeto nos locais de trabalho da prefeitura. A formação desses monitores foi pautada por discussões sobre “concepções de saúde, saúde como uma questão coletiva, alternativas individuais e coletivas para as questões ligadas saúde, o processo de isolamento no trabalho, efeitos da pressão por produtividade, luta dos trabalhadores por dignidade e condições de trabalho”. A aplicação do projeto nos locais de trabalho

consiste em “identificar as doenças cujas causas estão relacionadas ao trabalho”, e depois construir um plano de ação e mobilização por melhores condições de trabalho. Esses momentos garantiram discussões nos locais de trabalho, que por sua vez promoveram um salto qualitativo na forma de os trabalhadores entenderem o adoecimento: eles começaram a perceber que suas dores não eram só suas, que vários outros colegas também as tinham, e que, portanto, a responsabilidade poderia não ser sua, mas do trabalho e da forma como este é organizado.

Em relação ao adoecimento docente, Anna Paula Feminella, diretora sindical responsável pelo projeto Vida Viva no SINTRASEM na gestão 2005/2007, entende que “para resolver os problemas de voz dos professores, se quisermos atuar sobre as causas, necessariamente chegaremos à conclusão de que não há como manter salas de aula com cerca de 40 alunos”.

O reflexo desse trabalho pôde ser visto já no acordo coletivo da data-base 2006, em que, depois de uma greve de cinco dias, obteve-se boa parte das cláusulas acordadas relacionadas à saúde dos trabalhadores. Dos estatutos cobrou-se: a regulamentação do artigo 134, que trata do acidente de trabalho; nas unidades educativas conveniadas, a fiscalização para que se cumprissem os direitos trabalhistas e as condições de trabalho; garantia de espaço para discussão sobre saúde do trabalhador; prevenção e averiguação para tomada de providências, de práticas de assédio moral, sexual e discriminação racial; diálogo com os trabalhadores readaptados; e concurso público.

Percebe-se que, entre as cláusulas, há as específicas dos segmentos e outras mais abrangentes, como a cláusula 14a, que diz respeito à Saúde do trabalhador da PMF. No parágrafo 1o dessa cláusula pode-se ler:

O Município garantirá espaço de discussão com o sindicato objetivando propor a elaboração de política da saúde do trabalhador, contemplando a saúde enquanto direito coletivo dos trabalhadores, pela melhoria das condições e relações de trabalho que possam levar os trabalhadores ao adoecimento.

E no parágrafo 4º:

O Município garantirá boas condições e ambientes de trabalho a todos os trabalhadores permitindo a prestação de serviços públicos de qualidade a toda

a população. Neste sentido criará comissão com a participação de representantes do SINTRASEM, visando avaliar permanentemente as condições de trabalho, e propor melhorias das mesmas.

Esses dois parágrafos são muito importantes por assegurar a permanente discussão sobre a relação entre adoecimento e condições e relações de trabalho. Como as limitações da implementação das cláusulas de um acordo coletivo no âmbito da esfera pública são balizadas pela correlação de forças entre trabalhadores e gestores do serviço público – balizadas, portanto, também pelas relações capitalistas –, não se garante sua total aplicação. Mas o fato de haver discussão permanente entre sindicato e executivo, juntamente com a aplicação do projeto Vida Viva em um número cada vez maior de locais de trabalho, pode ter garantido uma visão política mais qualificada sobre a relação entre condições de trabalho e adoecimento dos professores do ensino fundamental. Essas discussões se mantiveram durante a preparação da data-base do ano seguinte e, novamente, interferiram no acordo coletivo, fazendo com que se garantissem novamente cláusulas sobre a saúde dos trabalhadores.

No acordo coletivo de 2007 entre sindicato e administração municipal, pela primeira vez a “Prefeitura reconhece sua responsabilidade sobre a saúde dos trabalhadores”. No entanto, apresentou como alternativa “criar o Centro de Atendimento ao Servidor” e convidou o sindicato a se envolver na criação desse centro, que ainda não tem formatação totalmente definida, demonstrando que, novamente, o Executivo busca alternativas para não enfrentar as causas reais dos problemas de saúde: as condições de trabalho. Ainda nessa cláusula do acordo coletivo está previsto que a “Prefeitura dará andamento à política de adequação gradativa dos espaços físicos e substituição dos equipamentos”. Ainda que insuficiente, esta pode ser uma importante ação para a prevenção do adoecimento docente, uma vez que se poderiam adequar os espaços ao número de alunos, por exemplo, garantindo aos professores não trabalharem com salas lotadas. No entanto, tão logo termina a greve e a pressão dos trabalhadores, o acordo coletivo não é cumprido e exigem-se novas ações por parte do sindicato e dos trabalhadores.

Como resultado da greve desses dois anos e com a ampliação na base das discussões sobre saúde dos trabalhadores, principalmente motivadas pelo projeto Vida Viva, há ainda nos dois acordos cláusulas referentes aos assédios moral e sexual e à discriminação racial. Em

ambas, os representantes do Executivo se comprometem a adotar providências no sentido de prevenir a prática dessas formas de violência contra os trabalhadores. Tais providências passam por reuniões de prevenção nos locais de trabalho, fiscalização e instauração de processos administrativos para averiguação frente a todas as denúncias, e formação para os cargos de coordenação e comissionados.

Ainda no impulso dado por todas as discussões realizadas sobre saúde dos trabalhadores após a greve da data-base de 2008, acordaram-se novamente cláusulas de saúde dos trabalhadores, destacando-se o compromisso do Executivo de “manter a política de adequação gradativa dos espaços físicos e substituição dos equipamentos nas Unidades Educativas da RME, bem como já disponibiliza, quando solicitado, bloqueador solar e repelente”; permanece a cláusula de prevenção e punição às práticas de assédio moral e sexual.

Na ocasião da assinatura do último acordo coletivo entre Prefeitura e sindicato ao qual esta pesquisa teve acesso, o número de afastamentos médicos, especialmente dos professores, preocupa a SME, o sindicato e os próprios trabalhadores. Não mais impulsionados pelo projeto Vida Viva, que não ocorre mais por decisão política da gestão sindical 2009/2011, as discussões sobre saúde do trabalhador permanecem no dia a dia dos locais de trabalho, principalmente nas unidades educativas. E permanecem principalmente motivadas pelo número cada vez maior de atestados médicos e readaptações.

O acordo coletivo de 2010 garantiu o compromisso da Prefeitura em, “juntamente ao Sindicato, construir comissão para elaboração de projeto com vistas à implementação de um Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho (SESMT)”, que precisará ser acompanhado e cobrado para que saia do papel.

Portanto, é possível perceber que os trabalhadores municipais de Florianópolis, em especial os professores que constituem o segmento mais participativo, resistiram e, em alguns momentos, até impediram a implementação de políticas neoliberais, como por exemplo: redução das férias, aumento do número de aulas por semana por professor, redução de gratificações, cortes de direitos do plano de carreira, não realização de eleições diretas para diretores etc. Tais políticas, se postas em prática até o final, representariam um ataque ainda maior aos direitos e conquistas, contribuindo assim para o processo ainda mais intenso de adoecimento docente. Os trabalhadores resistiram e impediram esses ataques; no entanto, – como também foi possível perceber através dos índices de adoecimento docente da rede tratados no capítulo 2 desta

pesquisa – essas lutas não foram suficientes para impedir a sobrecarga e a intensificação do trabalho.

Segundo Pablo Gentili, “Afirma-se frequentemente que o neoliberalismo contribui para a desestruturação das organizações sindicais, e isto é, em parte, verdade”. No entanto, o autor ressalta que, de acordo com os estudos realizados no Observatório Latino-americano de Políticas Educacionais, foi na educação que os sindicatos mais se mobilizaram em toda a América Latina. Segundo o autor:

Quando se compara a capacidade de mobilização do movimento sindical em geral com os sindicatos dos trabalhadores de educação, estes superam, na generalidade, todos os restantes. Isto não significa que os sindicatos não enfrentem problemas. Existe, de facto, uma crise sindical, mas não é verdade que essa crise seja suficientemente profunda para impedir que o sindicalismo docente e estudantil tenha deixado de resistir.

O SINTRASEM não está de fora da crise sindical que atinge de maneira diferenciada os sindicatos do Brasil e do mundo. Entretanto as políticas neoliberais implementadas pelos governos na prefeitura municipal teriam resultado em consequências maiores se as resistências a elas não tivessem sido efetuadas.

### **3.2.4. Compreender o processo de adoecimento docente**

Importantes autores como Marx, Lenin, Engels e Trotsky ensinaram que as lutas sindicais são imprescindíveis para a melhoria das condições de trabalho da classe trabalhadora, mas também que são limitadas e ainda insuficientes para vencer o capital.

Marx considera que os sindicatos têm por objetivo impedir que os salários fiquem abaixo do valor da força de trabalho.

[...] há uma grande diferença entre o montante do salário determinado pela oferta e procura e o montante do salário que o vendedor – o operário – é forçado a aceitar, quando o capitalista trata com cada operário isoladamente e lhe impõe um salário abaixo, explorando a miséria excepcional do operário isolado, independentemente da relação geral da oferta e da procura. Em

consequência, os operários unem-se para se colocarem, de certo modo, num pé de igualdade com o capitalista no que respeita ao contrato de compra e venda do seu trabalho. É essa a razão (a base lógica) dos sindicatos. (MARX, 1972, p. 47-48)

Porém, já naquela época Marx chamava atenção para os sindicatos, que transformavam as lutas corporativas e imediatas como um fim em si mesmas, pois, ao lutarem por melhores salários e melhores condições de trabalho, “não devem esquecer-se de que a luta contra os efeitos, mas não contra as causas desses efeitos; que logra conter o movimento descendente mas não fazê-lo mudar de direção; que aplica paliativos, mas não cura e enfermidade” (MARX, 1986, p. 184).

Para Marx (1986, p. 185),

Os sindicatos atuam com utilidade como centros de resistência às usurpações do capital. Deixam, em parte de atingir o seu objetivo quando utiliza a sua força de forma pouco inteligente. No entanto deixam inteiramente de atingi-lo, quando se limitam a uma guerra de escaramuças, contra os efeitos do regime existente, em vez de trabalharem, ao mesmo tempo, para a sua transformação e servirem-se da sua força organizada como uma alavanca para a emancipação definitiva da classe trabalhadora. [...]. Em vez da palavra de ordem conservadora “um salário justo por um dia de trabalho justo”, devem inscrever na sua bandeira a palavra de ordem revolucionária: “abolição do salariado”.

Discutindo ainda o papel dos sindicatos, Lenin (1978, p. 45), em “Que fazer?”, escrito em 1902, já chamava atenção para os sindicatos que limitavam-se às lutas econômicas: “Devemos empreender ativamente a educação política da classe operária, trabalhar para desenvolver sua consciência política”.

Com o apoio do que referem esses autores, é possível apreender que os sindicatos são importantes para as lutas dos trabalhadores, mas ao se resumirem às lutas imediatas e corporativas, estarão iludindo os trabalhadores sobre ser possível obter vitórias reais nos marcos do capital. Se as lutas implementadas pelos sindicatos não estiverem acompanhadas de “educação política”, de ações que desenvolvam a

consciência de classe, estes estarão andando em círculos, pois até mesmo importantes vitórias em termos salariais, ou mesmo de direitos, terão que ser reconquistados um período depois. E assim os dirigentes sindicais e também os trabalhadores estarão gastando sua energia, tão necessária para a “emancipação definitiva da classe trabalhadora” (MARX).

Buscando entender se o sindicato pode ajudar na prevenção ao processo de adoecimento e se essa ajuda pode se caracterizar, de acordo com Seligmann-Silva, como resistência, importa saber se nesse contexto a “educação política” destacada por Lenin se faz presente.

As professoras que participaram desta pesquisa, ao serem questionadas sobre a forma como o sindicato pode contribuir na prevenção ao processo de adoecimento, apresentam como segunda resposta mais frequente: “organizando oficinas/palestras/cursos que esclareçam o porquê do processo de adoecimento”.

Lenin afirma que, junto às lutas sindicais, deve haver “educação política”; Seligmann-Silva entende que resistência pressupõe interferir no que gera o adoecimento. Diante disso, importa saber se, durante as ações desenvolvidas pelo sindicato para reivindicar prevenção ao processo de adoecimento, foram dados passos que levassem a uma formação política.

O que se pode perceber, com base em experiência profissional e sindical, é que a história de resistência dos professores da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis a todos os ataques anteriormente expostos vem aliada a um projeto de formação e discussão sindical dos trabalhadores que não se restringe aos ataques locais, mas também se volta aos ataques aos trabalhadores do mundo todo e ao entendimento das políticas neoliberais desenhadas e aplicadas para a América Latina.

Nesse sentido, as formações e discussões pautaram a compreensão sobre o funcionamento: da sociedade capitalista; das reformas trabalhista, sindical, educacional e previdenciária; da organização dos trabalhadores no Brasil, na América Latina e no mundo; da ALCA; da formação das elites catarinenses; e também das discussões promovidas pelo projeto Vida Viva, mencionadas anteriormente.

Essas discussões contribuíram para a formação política da categoria, como indicam Lenin e os demais autores em que esta pesquisa se apoiou. Compreende-se que dessa forma o sindicato tenha contribuído para os trabalhadores terem a percepção de que seu adoecimento tem raízes nas políticas implementadas e, por consequência, no trabalho realizado por eles no dia a dia. Isso também

foi possível perceber diante das respostas dadas pelas professoras que responderam a esta pesquisa.

Para a questão que perguntava se seria possível o sindicato ajudar mesmo depois de o processo de adoecimento ter iniciado, 50,30% responderam que sim; 35,75% que não; 3,03% que não sabem ou nunca precisaram; e 10,90% deixaram em branco.

Os que acreditam não adiantar apresentam como principais argumentos, em ordem decrescente: “tem que atuar na prevenção, depois não adianta mais”; “o processo já começou, agora é procurar o médico”; “não tem estrutura suficiente”; “não tem o que fazer”; “o sindicato tenta resolver os problemas da categoria em sua totalidade e não individualizado”; “o sindicato só agita o ambiente”; “o sindicato tem que cobrar da Prefeitura, pois é dela a responsabilidade”; “quem tem que cuidar do corpo é a pessoa, não o sindicato”.

Os que acreditam ser possível apresentam como principais argumentos, em ordem decrescente: “orientar/ajudar em relação aos direitos do adoecido”; “continuar lutando pelo esclarecimento/prevenção”; “suporte jurídico”; “ajudar no processo de readaptação”; “orientar em relação ao tratamento”; “através de aconselhamentos”; “procurando saber as causas do problema para evitar que aconteça com outros”; “divulgar dados sobre o adoecimento e suas causas, cobrando ações da Secretaria Municipal de Educação”; “dando apoio psicológico”; “ajudando com plano de saúde”; “garantir com a Prefeitura todo o tratamento”.

Dentre as respostas positivas, destacam-se duas visões que as professoras informantes possuem sobre a atuação do sindicato em relação à ajuda às trabalhadoras já adoecidas. Uma visão percebe o adoecimento como problema coletivo e, portanto, reconhece a entidade sindical como capaz de cobrar ações efetivas nas condições e relações de trabalho que geram o adoecimento (“continuar lutando pelo esclarecimento/prevenção” ou “divulgar dados sobre o adoecimento e suas causas, cobrando ações da Secretaria Municipal de Educação”). A outra visão percebe o adoecimento como problema individual e atribui à entidade sindical a tarefa de dar apoio individualizado aos adoecidos (“orientar em relação ao tratamento” ou “dando apoio psicológico”).

Ao analisar a trajetória dos professores do ensino fundamental do município de Florianópolis percebe-se que há uma cultura de resistência aos ataques sofridos. Portanto, mesmo sendo muito embrionária a discussão sobre o adoecimento relacionado ao trabalho, os professores se percebem adoecendo e relacionam este fato às condições vivenciadas no seu dia a dia no trabalho. Assim, construíram junto à entidade



sindical uma política da resistência ao adoecimento que se percebe não só na análise das últimas pautas de data-base, mas nas formações implementadas e também nas lutas travadas pela manutenção e conquista de direitos.



## Considerações finais

“A questão de se saber se ao pensamento humano corresponde uma verdade objetiva não é uma questão teórica, mas, sim, *prática*. É na prática que o homem deve demonstrar a verdade, isto é, a realidade e a força, o caráter terreno do seu pensamento”.

Karl Marx, *Teses sobre Feurbach*

Esta pesquisa, inspirada e fundamentada na dialética marxiana, buscou responder a preocupações de ordem prática e teórica. A pesquisadora – professora, militante e sindicalista – desenvolveu sua investigação com a finalidade de desvendar elementos essenciais dos processos de adoecimento a que estão submetidos os professores da rede municipal de Florianópolis, assim como suas possibilidades de resistência a tais processos. Nessa perspectiva crítica, a análise tratou dos dados empíricos coletados, incorporou ou problematizou explicações de pesquisadores brasileiros e internacionais sobre as mazelas produzidas pelo sistema capitalista, entre elas o sofrimento e o adoecimento gerados pelo trabalho, e tentou desvelar representações ideológicas impregnadas nos discursos e textos relativos ao objeto de estudo. Ao final, espera-se que esta dissertação contribua tanto para o debate acadêmico como para a luta política e sindical dos trabalhadores contra a exploração capitalista do trabalho e suas consequências para as condições de vida e saúde daqueles que precisam vender sua força de trabalho para se reproduzir.

Este estudo tratou das transformações históricas do sistema capitalista de produção, que tiveram como objetivo superar suas crises e manter fortalecidas as relações de dominação e de exploração do trabalho nos três últimos séculos. Nesse processo, o capital criou alternativas e adotou estratégias para o aumento da produtividade do trabalho. Dentre elas, citam-se: o uso das máquinas nos ambientes laborais; o trabalho feminino e infantil; os padrões produtivos taylorista e fordista, que, com a grande crise de 1973, foram sendo substituídos ou alterados pelas formas produtivas de flexibilização; o neoliberalismo, com sua política de desregulamentação e privatização; e a reestruturação produtiva, que busca ajustar a produção e a demanda de acordo com os mercados nacionais e internacionais, objetivando sempre o maior lucro. Assim, intensifica-se a exploração da mais valia dos que trabalham e amplia-se a quantidade de desempregados e subcontratados.

As consequências mais recentes dessas transformações do modo como o capital se reproduz historicamente, com ênfase nas políticas neoliberais, são: flexibilização de contratos e direitos trabalhistas; demissões; fragilização de sindicatos e de outras formas de organização política da classe trabalhadora; intensificação do trabalho; terceirizações; privatizações de empresas estatais; redução de gastos públicos com saúde, transporte, educação; redução ou não realização de concursos públicos etc. Essas consequências, por sua vez, promovem diversas formas de sofrimento e adoecimento: Dejours alerta para o fato de que as condições de trabalho interferem na saúde do corpo; já o sofrimento mental é resultante principalmente da organização do trabalho.

Com efeito, os serviços públicos, a educação e seus trabalhadores não estão ao lado desse processo. Pelo contrário, de acordo com Mészáros (2011, p. 124-125), “o Estado deve ser entendido com parte integrante da própria base material do capital”. Segundo o autor, de forma significativa, ele contribui “não apenas para a formação e a consolidação de todas as grandes estruturas reprodutivas da sociedade, mas também para seu funcionamento ininterrupto” (MÉSZÁROS, 2011, p. 125). Mészáros ainda destaca que “o Estado deve também assumir a importante função de comprador/consumidor direto em escala sempre crescente” (MÉSZÁROS, 2011, p. 110), criando as condições necessárias para a acumulação de capital. No que se refere à educação escolar, a reflexão de Mészáros vai ao encontro do que destacam Shiroma, Moraes e Evangelista (2007, p. 100): “[...] a escola que na origem grega designava o ‘lugar do ócio’ é transformada em um grande ‘negócio’”. A partir disso, compreende-se que a educação está envolvida pelas transformações no mundo do trabalho, que refletem na reestruturação e reforma dos sistemas educativos, no quadro docente, nos direitos e condições de trabalho dos professores, na forma como desempenham seu trabalho, nas relações profissionais e sociais e na forma de se organizarem.

O questionário realizado para este estudo mostrou que a maioria das professoras que participaram da pesquisa é efetiva (64,84%); a maioria (90,30%) possui jornada de 40 horas semanais, e 91,51% atuam na função para a qual entraram na PMF.

A pesquisa empírica realizada revelou que as atuais condições de trabalho nas escolas e os altos níveis de exigência para a ação docente dos professores lhes trazem sofrimento e adoecimento. Segundo a investigação, a maioria dos pesquisados escolheu a profissão docente por vocação (23,63%), identidade com a profissão (22,42%) e por

entenderem a profissão como de relevância social (15,15%). Ressalta-se que a motivação para a realização do trabalho não é totalmente subjetiva: implica também as condições em que se realiza o trabalho. E neste caso, é fundamental considerar que entre os respondentes dos 165 questionários recebidos, 76,36% são mulheres, a maioria detentora de casa própria, casadas, com filhos e com nível elevado de formação. Ou seja, são mulheres trabalhadoras que dividem seu tempo entre atividades inerentes a mães, domésticas e professoras. Esse tempo não é suficiente para atender adequadamente suas demandas pessoais, podendo causar sofrimento e adoecimento.

Outra questão importante diz respeito à realização com o resultado do trabalho. A psicodinâmica do trabalho desenvolvida por Dejours subsidia a relação entre satisfação no trabalho e saúde, destacando que o trabalho torna-se danoso à saúde quando a iniciativa, a criatividade e a liberdade para organizar o trabalho são limitadas. Dentre as professoras que participaram desta pesquisa, cerca de um terço respondeu negativamente a essa questão, enquanto outro terço respondeu positivamente. Assumir não estar satisfeito com o trabalho é difícil nessa profissão em que o afeto é condição necessária, por isso destaca-se que a insatisfação com o resultado do trabalho entre as professoras pesquisadas pode estar gerando um processo velado de adoecimento.

O descontentamento com o resultado do trabalho e com a diferença entre o que se planeja e o que de fato se alcança com o trabalho docente pode ter motivado 53,93% das professoras pesquisadas a terem pensado em deixar a profissão. Dentre os principais motivos aparecem, por ordem decrescente: desvalorização da profissão, alto nível de estresse, baixos salários, jornada de trabalho excessiva, adoecimento frequente e cobrança excessiva por parte das chefias.

Quanto às condições de trabalho, as respostas fornecidas pelas professoras pesquisadas demonstram que estas podem estar comprometendo o resultado e a qualidade do trabalho, gerando insatisfação, sobrecarga de trabalho e adoecimento. Barulho, poeira, mofo, estrutura física e acústica inadequada, falta de equipamentos de prevenção ao adoecimento vocal, arquitetura que valoriza o barulho ao invés do silêncio interno e falta de equipamentos tecnológicos são apontados como os principais problemas. Destacam-se também nas respostas dos questionários as aspirações das professoras quanto a: necessidade de redução da jornada de trabalho; aumento da hora atividade para os professores que já possuem e implementação para os professores do 1º ao 5º ano que não possuem; redução do número de

alunos em sala de aula; e contratação de professores auxiliares para as turmas que possuem crianças com necessidades especiais.

A distância entre o local de trabalho e a moradia, os transtornos do trânsito, os problemas urbanos de locomoção e o transporte público inadequado também aparecem como problemas que interferem nas condições de trabalho. A maioria das pesquisadas (76,96%) não mora no bairro em que trabalha, portanto necessita deslocar-se, o que pode estar gerando tensão, nervosismo e cansaço mental.

Quanto ao número de alunos em sala de aula, mais de  $\frac{1}{4}$  das professoras pesquisadas respondeu trabalhar com a menor turma, tendo entre 26 e 40 alunos. E para quase metade das professoras pesquisadas, a maior turma com que trabalham possui entre 31 e 45 alunos. Essas informações mostram que parte significativa das professoras pesquisadas desenvolve seu trabalho docente com turmas grandes, e esse pode ser mais um motivador do processo de adoecimento.

Em relação à remuneração, a maioria (60,60%) recebe entre R\$ 1.000,00 e R\$ 3.000,00 e possui um plano de carreira que valoriza tempo de serviço e formação, mas que, no entanto, precisa ser modificado, de acordo com a pauta de reivindicações da data-base 2011: ampliando a promoção até a letra Z e possibilitando o benefício do plano aos que estão no final de carreira. É importante ainda destacar, como expressões das difíceis condições de trabalho levantadas pelas professoras pesquisadas, a pressão/cobrança constante pelo atendimento de metas/índices, a falta de tempo para o pensar coletivo, a falta de valorização, o sentimento de culpa por não dar conta de todas as tarefas adequadamente e o convívio nos locais de trabalho com o discurso construído de que quem adoecce “não quer trabalhar, é preguiçoso”.

Esta pesquisa dialogou com vários autores, entre eles: Esteve (1999); Odelius e Ramos (1999); Neves (1999); Amado (2000); Carneiro (2001); Oliveira (2001); Delcor, Araújo, Reis, Porto, Carvalho, Silva, Barbalho e Andrade (2001); Gomes (2002); Mascarello (2004); Zacchi (2004); Vieira (2004); Batista (2005); Rosa (2009); Assunção e Oliveira (2009) e Paula (2010), os quais discutem situações do dia a dia do trabalho docente que estão interligadas às condições de trabalho. Além disso, salientam que a estrutura física precária das escolas, baixos salários, barulho, sobrecarga de trabalho, falta de concursos públicos, cobrança excessiva das chefias, falta de valorização, violência, falta de materiais didáticos, longos deslocamentos, número de alunos em sala, longa jornada de trabalho, intensificação do trabalho e exigência de formação constante têm contribuído direta ou indiretamente para a desmotivação, o sofrimento e o adoecimento docente.

O confronto das respostas das professoras pesquisadas com os trabalhos supracitados sugere que as condições de trabalho a que estão submetidos os trabalhadores do ensino fundamental da rede municipal de Florianópolis podem estar contribuindo ao processo de adoecimento dos professores.

Sobre as relações de trabalho, as professoras pesquisadas destacam que estas são autoritárias e opressivas, geram medo, cobranças excessivas por relatórios burocráticos, desrespeito e responsabilizam os professores – tratados como máquinas reprodutivas – por tudo que acontece, além de exercerem pressões por aprovações automáticas. Além disso, as escolas e, portanto, as relações no seu interior, são perpassadas por relações competitivas (DEJOURS, 2006), de distanciamento e não comprometimento (SENNETT, 2000) e de indiferença (SELIGMANN-SILVA, 2004), o que propicia o estresse, o sofrimento e o adoecimento. Ainda sobre as relações de trabalho, é importante destacar a que se estabelece diretamente com a chefia imediata: o diretor. Este, apesar de eleito democraticamente – conquista realizada mediante muitas lutas dos professores da rede durante mais de 20 anos – sofre pressões direta ou indiretamente dos organismos internacionais, do MEC e da própria SME. Por sua vez, cobra resultados dos professores, sem que, na maioria das vezes, sejam dadas as condições adequadas, gerando sofrimento mental (DEJOURS, 2006). Essa situação de cobrança interna e externa, seja por parte das chefias da SME, da chefia imediata ou dos pais dos alunos, sem que haja condições adequadas de trabalho, pode estar gerando a síndrome de Burnout, identificada pela manifestação de desinteresse, apatia, tristeza, ansiedade e angústia.

Buscando ainda esclarecer o processo de adoecimento dos professores da rede, esta pesquisa investigou seu tempo livre. As respostas mostraram que o tempo fora do trabalho é, na maior parte, mesclado com atividades que direta ou indiretamente dizem respeito ao trabalho. As professoras destacam como principais atividades, expostas aqui em ordem decrescente: domésticas, físicas, leituras e convivência com a família, tarefas da escola e estudos. Como é possível perceber, a condição feminina da maioria das informantes as impõe a responsabilidade de cuidar da casa e da família. Além disso, a pressão pela formação constante, permanente e continuada também tem seus efeitos quando os dados mostram que essas docentes utilizam parte do tempo fora do trabalho com leituras e estudos. Esse contexto pode estar contribuindo para a sobrecarga de trabalho das professoras, propiciando seu adoecimento.

Diante do fato de as atividades físicas aparecerem em segundo lugar nas práticas fora da escola, chama atenção a pressão “pela vida saudável” exercida por meios de comunicação, médicos, colegas da escola, SME, o que exerce consideráveis efeitos sobre as professoras respondentes. O PROSABES cumpre um papel importante nesse contexto. Não se ignoram os benefícios da atividade física para quem as pratica, mas atribuir a elas a capacidade de resolver ou mesmo reduzir o problema do adoecimento docente da rede é no mínimo polêmico. Primeiro, porque praticar atividade física à noite e continuar com turmas superlotadas e sobrecarga de trabalho durante o dia não resolve o problema. Segundo, porque pensar em solução significa pensar nas outras condições de vida do trabalhador, qual sejam: transporte, salário, moradia, aposentadoria, direitos como licença prêmio, condições de trabalho etc. Em terceiro lugar, considerar que a atividade física resolve/ameniza o processo de adoecimento é tirar o problema do foco coletivo e colocá-lo no foco individual, isentando o poder público de responsabilidade.

A formação dessas docentes ocupa boa parte de seu tempo fora do trabalho. Nesse contexto, 136 professoras entendem que o trabalho docente exige atualização constante; 122 o consideram um trabalho que implica ação coletiva; e 110 professoras acreditam ser um trabalho de construção e transmissão de conhecimento. A necessidade de formação permanente, além de contribuir para o mal-estar docente, gera sobrecarga de trabalho não reconhecido e não remunerado.

Outra informação significativa da pesquisa destaca que, entre as professoras que responderam o questionário, 67,87% dizem faltar ao trabalho. Dessas, 56,25% respondem faltar de uma a cinco vezes no ano. Sobre os motivos mais frequentes das faltas, os problemas relacionados à saúde aparecem com 67,27% de frequência. Assim, o absenteísmo se destaca como uma das consequências do mal-estar docente.

A média dos afastamentos médicos é de um a três dias. Tais afastamentos, considerados de curta duração, são motivados primeiramente por sinais de estresse, seguidos de nível elevado de fadiga; depois, aparecem as dores musculares e os problemas respiratórios. Nota-se que as informações coincidem com os dados fornecidos pela perícia médica da PMF (Tabela 2) e vão ao encontro também das pesquisas feitas por Vieira (2004), Panzeri (2004), Batista (2005) e Gasparini (2005).

Destaca-se ainda que a maioria das informantes (53,33%) respondeu entender que seus problemas de saúde seriam resolvidos ou amenizados se elas mudassem de profissão; 49,09% responderam



possuir algum problema de saúde que poderia ser resolvido ou amenizado se trabalhassem menos. Essas informações sugerem que as professoras pesquisadas relacionam seus principais problemas de saúde ao trabalho. Esse fator pode ser motivador de organização de ações de defesa ou de resistências ao processo de adoecimento.

Por meio das respostas foi possível observar que existem ações de defesa e de resistência implementadas pelas professoras pesquisadas ao processo de adoecimento. Destaca-se que as defesas, além de terem como objetivo aliviar o sofrimento, podem, ao se transformarem em um objetivo em si mesmas, favorecer a adaptação ao trabalho, pois, sendo ação individual, não têm por objetivo interferir no que gera o sofrimento (SELIGMANN-SILVA, 1994).

As defesas destacadas pelas professoras passam por: não pensar nos problemas do trabalho no tempo fora do trabalho, reprimir sentimentos ou manifestações de raiva ou irritação, suporte médico, atividades físicas e alternativas, faltas ao trabalho, separação de hora de trabalho e hora de não trabalho, vida prazerosa fora do trabalho, processo de individualização, ações pedagógicas diferenciadas, não culpar-se, atitudes severas com os alunos e discussão e estudo sobre o processo de adoecimento. Essa última defesa pode, em algum momento, transformar-se em resistência.

Quanto às resistências, que, de acordo com Seligmann-Silva (1994), têm por objetivo interferir no que causa o sofrimento, foi possível observar ações no âmbito da escola. As que mais se destacaram foram discussões sobre o assunto nos intervalos de aula ou nas paradas pedagógicas, além de ações junto ao sindicato, como lutas por melhor organização e condição de trabalho, manutenção de cláusulas sobre saúde e condições de trabalho nas datas-bases e realização de atividades de formação sobre o processo de adoecimento.

Em relação às ações junto ao sindicato, optou-se por pesquisar as que vieram ao encontro das ressaltadas por Silva (2004) como parte das políticas neoliberais que os governos municipais de Florianópolis, em especial o governo de Ângela Amin, tentaram implementar, principalmente em relação aos servidores municipais, dentre os quais se destacam aqui os professores. Tais medidas governamentais, se postas em prática, teriam contribuído ainda mais ao processo de adoecimento dos professores, pois diminuiriam as férias, estenderiam a jornada de trabalho, ampliando o número de aulas em sala e reduziriam gratificações, interferindo na remuneração. Além disso, os concursos públicos teriam acontecido ainda em menor quantidade, contribuindo para um número ainda maior de professores substitutos, o que ampliaria

ainda mais a sobrecarga de trabalho dos efetivos; o processo democrático de eleições diretas para diretores teria sido substituído por indicações etc.

Como foi possível observar, os professores coletivamente resistiram à implementação das políticas neoliberais e também lutaram pelas cláusulas de prevenção ao adoecimento nas datas-bases. Também foi possível observar o que Marx já chamava atenção: as limitações das importantes lutas sindicais no contexto da sociedade capitalista. Os sindicatos deixam de atingir seu objetivo quando se limitam a organizar lutas contra os efeitos do regime existente – no caso específico desta pesquisa, o processo de adoecimento – “em vez de trabalharem, ao mesmo tempo, para a sua transformação e servirem-se da sua força organizada como alavanca para a emancipação definitiva da classe trabalhadora” (MARX, 1986, p. 185).

Nesse contexto, a educação e seus trabalhadores, os professores, podem e devem dar passos em direção à emancipação definitiva, como alerta Mészáros (2005, p. 76):

[...] a transformação social emancipadora radical requerida é inconcebível sem uma concreta e ativa contribuição da educação no seu sentido amplo [...]. E vice-versa: a educação não pode funcionar suspensa no ar. Ela pode e deve ser articulada adequadamente e redefinida constantemente no seu inter-relacionamento dialético com as condições cambiantes e as necessidades da transformação social emancipadora e progressiva em curso.

No entanto, o autor alerta: “[...] o êxito estratégico é impensável sem a realização das tarefas imediatas” (MÉSZÁROS, 2005, p. 77), quais sejam, no caso dos professores, continuar lutando por: melhores condições de trabalho, redução da jornada, concursos públicos, aumento da hora atividade para quem tem e implementação para os que não possuem, redução do número de alunos em sala de aula, melhores salários, licença prêmio para todos etc. Essas tarefas têm o objetivo de amenizar o processo de adoecimento, no entanto não podem se transformar em um fim em si mesmas, mas como tarefas na construção da sociedade emancipada.

## REFERÊNCIAS

ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa & CABRAL, Maria Socorro Reis. Regime de acumulação flexível e saúde do trabalhador. Revista São Paulo em Perspectiva, 17(1), 2003.

ALVES, Giovanni. Trabalho e sindicalismo no Brasil: um balanço crítico da “década neoliberal” (1990-2000). Revista de sociologia e Política nº 19: 71-94, novembro/2002.

AMADO, Elizabeth. O trabalho dos professores do ensino fundamental: uma abordagem ergonômica. (Dissertação de Mestrado) Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2000.

ANDRADE, Maria José Silva. Saúde, Professor/a! Do perfil do adoecimento docente às repercussões na prática pedagógica. Dissertação de Mestrado. Centro de Ciências Sociais, Universidade Federal do Maranhão, 2007.

ANDRÉ, M. (org). Formação de professores no Brasil, 1990-1998. Brasília: MEC/INEP/Comped, 2002

ANTUNES, Ricardo. Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo, Editora Cortez - 2. ed. - 1995.

\_\_\_\_\_. Os sentidos do trabalho: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo, Editora Biotempo, 1999.

\_\_\_\_\_. Neoliberalismo, reestruturação produtiva e mudanças no mundo do trabalho. Revista da Faculdade de direito de Campos, ano II, nº 2 e ano III, nº 3 – 2001-2002. (acesso em 18/02/2011)

\_\_\_\_\_. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. Revista Educação & Sociedade, v. 25 n. 87, Campinas maio/ago. 2004.

\_\_\_\_\_. As formas de padecimento no trabalho. Revista Saúde e Sociedade, ISSN 0104-1290, vol. 17, nº 4, São Paulo oct/dec. 2008.

\_\_\_\_\_. Entrevista realizada no lançamento da edição nº 07 da revista Margem Esquerda, publicação da Boitempo Editorial. Disponível em <http://www.sasp.org.br/index.php/notas/83-entrevista-com-ricardo-antunes.html> , acesso em 15 de março de 2011.

ARAÚJO, T M et al. Mal-estar docente: avaliação de condições de trabalho e saúde em uma instituição Superior. Revista Baiana de Saúde Pública, v.29, n.1, p. 6-21, jan./jun. 2005.

ASSUNÇÃO, Ada Ávila Assunção. Saúde e condições de trabalho nas escolas públicas. In: OLIVEIRA, Dalila Andrade (org). Reformas Educacionais na América Latina e os Trabalhadores Docentes. Belo Horizonte: autêntica, 2003.

ASSUNÇÃO, Ada Ávila e OLIVEIRA, Dalila Andrade. Intensificação do trabalho e saúde dos professores. Revista Educação & Sociedade, Campinas, vol. 30, n. 107, p. 349 – 372, maio/ago. 2009. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>

Auditoria Cidadã da Dívida [www.divida-auditoriacidadada.org.br](http://www.divida-auditoriacidadada.org.br) (acesso em 21/02/2011).

BARRETO, Raquel Goulart e LEHER, Roberto. Trabalho docente e as reformas neoliberais. In: OLIVEIRA, Dalila A. (org.) Reformas educacionais na América Latina e os trabalhadores docentes. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

BASSO, Itacy Salgado. Significado e sentido do trabalho docente. Campinas Cad. CEDES, v. 19, n. 44, abril 1998.

BATISTA, Osny. Profissão docente: o difícil equilíbrio entre saúde e adoecimento. 2005. 145f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Educação, Departamento de Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

BOITO JR., Armando. Política neoliberal e sindicalismo no Brasil. São Paulo, Editora Xamã, 1999.

BORSOI, Izabel Cristina F. Vivendo para trabalhar: do trabalho degradado ao trabalho precarizado. Convergência, Revista de Ciências Sociais, vol. 18, nº 55, enero – abril 2011, ISSN 1405 – 1435, UAEM, México.

BRAVERMAN, Harry. Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX. 3ª edição. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

BRAVO, Maria Inês Souza. Política de Saúde no Brasil. Rio de Janeiro: UERJ/DEPEXT/NAPE, 2001.

CÂNDIDO, Fernando Pereira. Lazer e educação no capitalismo brasileiro: concretude histórica e projeto revolucionário. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

CARDOSO, Alcilea Medeiros. O ideário gerencial no trabalho do diretor escolar: concepções, contradições e resistência. 2008. 135 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Educação, Departamento de Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

CARNEIRO, Maria Cristina Buschinelli Góes Carvalho. A saúde do trabalhador professor. (Dissertação de Mestrado) Faculdade de Educação da Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, 2001.

CARREIRÃO, Yan de Souza. As eleições para prefeito em Florianópolis: contribuição para uma história eleitoral. Revista Perspectiva, São Paulo, v. 35, p.35-62, jan/jun. 2009.

CARVALHO, M. P. de. No coração da sala de aula: gênero e trabalho docente nas séries iniciais. São Paulo. Xamã, 1999.

CATANI, Afrânio Mendes; OLIVEIRA, João Ferreira de Oliveira e DOURADO, Luiz Fernandes. Política Educacional, mudanças no mundo do trabalho e reforma curricular dos cursos de graduação no Brasil. Revista Educação & Sociedade. Vol. 22, nº 75, Campinas, Aug. 2001.

CODO, W (coord.). Educação: carinho e trabalho. Ed. Vozes: Petrópolis, 1999.

DEAN, Warren. A industrialização de São Paulo (1880 – 1945). Rio de Janeiro, Editora Bertrand Brasil S.A., 1991

DEJOURS, Christophe. A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho. Tradução da Ana Isabel Paraguay e Lúcia Leal – 5.ed.ampliada – São Paulo: Cortez – Oboré, 1992

\_\_\_\_\_. A banalização da injustiça social. Tradução de Luiz Alberto Monjardim, 7ª edição, Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

\_\_\_\_\_. C e ABDOUCHELI, E. Itinerário teórico em Psicopatologia do Trabalho. In DEJOURS, C., ABDOUCHELI, E. e JAYET, C. (org.) Psicodinâmica do Trabalho: contribuições da escola Dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho. São Paulo: Atlas, 1994.

DELCOR, N S. Condições de trabalho e saúde dos professores da rede particular de ensino em Vitória da Conquista, Salvador, Bahia, 2003. 122 p. Dissertação de Mestrado Curso de Pós-Graduação em Medicina e Saúde, Universidade Federal da Bahia(UFB), 2003

DELCOR, Núria S; ARAÚJO, Tania M; REIS, Eduardo J. F. B; PORTO, Lauro A; CARVALHO, Fernando M; SILVA, Manuela Oliveira e; BARBALHO, Leonardo; ANDRADE, Jonathan M de. Condições de trabalho e saúde dos professores da rede particular de ensino de Vitória da Conquista, Bahia, Brasil. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 2004.

DIAS, Elizabeth Costa e HOEFEL, Maria da Graça. O desafio de implementar as ações de saúde do trabalhador no SUS: a estratégia da RENAST. Revista Ciência & Saúde Coletiva, v. 10, n. 4, 2005. Disponível em [www.scielo.br/pdf/csc/v10n4/a07v10n4.pdf](http://www.scielo.br/pdf/csc/v10n4/a07v10n4.pdf) , acesso em 13 de março de 2011.

ENGELS, Friedrich. A situação da classe trabalhadora na Inglaterra. Edição José Paulo Netto – São Paulo: Boitempo, 2008

ESTEVE, José M. O mal-estar docente: a sala-de-aula e a saúde dos professores. Tradução Durley de Carvalho Cavicchia. Bauru, SP: EDUSC, 1999.

FLACH, Leonardo; GRISCI, Carmem Lígia Iochins; SILVA, Francielle Molon da; MANFREDINI, Vanessa. Sofrimento psíquico no trabalho contemporâneo: analisando uma revista de negócios. Revista Psicologia & Sociedade, ISSN 0102 -7182, vol. 21, nº 2, Florianópolis maio/ago. 2009.

FRIEDMANN, Georges. O trabalho em Migalhas. São Paulo: Editora Perspectiva, 1972.

GADOTTI, Moacir. Perspectivas atuais da educação. São Paulo em perspectiva. v.14 n.2. São Paulo abr./jun. 2000

GASPARINI, Sandra Maria, et al. O professor, as condições de trabalho e os efeitos sobre sua saúde. Educação e Pesquisa, v.31, n.2, p. 189-199, 2005.

GENTILI, Pablo. Na América Latina o neoliberalismo mostrou de forma evidente as perversidades do seu projeto. Disponível em <http://firgoa.usc.es/drupal/node/34855> Acesso em 23/10/2011.

GIACOMAZZO, Ana Virginia Nion Rizzi. O trabalho docente e as relações interpessoais no espaço escolar. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

GIL, Telma Fernandes Barrionuevo. Impactos da reestruturação produtiva à saúde e à segurança – percepções de petroleiros em São Paulo. Dissertação de mestrado, Universidade Estadual de Campinas, dezembro de 2000.

GOMES, Luciana e BRITO, Jussara. Desafios e possibilidades ao trabalho docente e à sua relação com a saúde. Estudos e Pesquisas em Psicologia, UERJ, RJ, ano 6, n.1, 1º semestre de 2006.

GOMES, Luciana. Trabalho multifacetado de professores/as: a saúde entre limites. (Dissertação de Mestrado) Centro de Estudos de Saúde do Trabalhador e Ecologia Humana, Escola Nacional de Saúde Pública da FIOCRUZ, Rio de Janeiro, 2002.

[http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/05\\_05\\_2011\\_16.03.09.bbbed699737aff72d9308085f2edd2045.pdf](http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/05_05_2011_16.03.09.bbbed699737aff72d9308085f2edd2045.pdf) Acesso em 26/08/2011

[http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/31\\_05\\_2010\\_13.06.02.872eb6813ae8bb760a3c206e79e05d0f.pdf](http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/31_05_2010_13.06.02.872eb6813ae8bb760a3c206e79e05d0f.pdf) Acesso em 16/08/2011

Inep/MEC – <http://www.provabrazil.inep.gov.br> Acesso em 26/06/2011.

HARVEY, David. A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Edições Loyola, 1993.

\_\_\_\_\_. O Neoliberalismo: histórias e implicações. São Paulo, Edições Loyola, 2008.

JARDIM, Renata. Voz, trabalho docente e qualidade de vida. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2006.

GRAMSCI, Antônio. Maquiavel, a Política e o Estado Moderno. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1989.

\_\_\_\_\_, Antônio. Cadernos do Cárcere. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

JARDIM, Sílvia Rodrigues; SILVA FILHO, João Ferreira da; RAMOS, Andréia. O diagnóstico de Burnout na atenção em saúde mental dos trabalhadores. In: ARAÚJO, Anísio; ALBERTO, Maria de Fátima; NEVES, Mary Yale; ATHAUDE, Milton (orgs.). Cenários do trabalho: subjetividade, movimento e enigma. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

JINKINGS, Nise. Trabalho e resistência na “fonte misteriosa”: os bancários no mundo da eletrônica e do dinheiro. Campinas, São Paulo, Editora da Unicamp, 2002.

\_\_\_\_\_. Nova e velhas determinações da dominação capitalista no trabalho. Capítulo do livro Traços do trabalho coletivo, organizado por AUED, B. (São Paulo, Casa do Psicólogo, 2005), p. 75-107.

KUENZER, Acácia Zeneida. Sob a reestruturação produtiva, enfermeiros, professores e montadores de automóveis se encontram no sofrimento do trabalho. Revista Trabalho, Educação e Saúde, 2(1); 239-265, 2004.

LAFARGUE, Paul. O direito à preguiça. Série Materialismo Histórico. 2ª edição, São Paulo: Kairós – Livraria e Editora Ltda, 1980.

LANDINI, Sônia Regina. Professor, trabalho e saúde: as políticas educacionais, a materialidade histórica e as consequências para a saúde do trabalhador-professor. VI Seminário da Redestrado. Regulação Educacional e Trabalho Docente, 06 e 07 de novembro de 2006 – UERJ – Rio de Janeiro.

\_\_\_\_\_. Professor: trabalho e transtornos psíquicos. Revista Teoria e Prática da Educação, v.11, n.3, set./dez. 2008.

LAPO, Flavinês Rebolo; BUENO, Belmira Oliveira. Professores, desencanto com a profissão e abandono do magistério. Caderno de Pesquisa, n. 118, p. 65 – 88, março/2003.

Leis Municipais de Florianópolis  
<http://www.leismunicipais.com.br/legislacao-municipal-da-prefeitura/4571/leis-de-florianopolis.html#> Acesso em 14/06/2011.

LE MOS, Jadir C. Cargas psíquicas no trabalho e processos de saúde em professores universitário. Tese de Doutorado em Engenharia da Produção – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

LIMA, Flávia Barbosa. Fatores contribuintes para o afastamento dos professores dos seus postos de trabalho, atuantes em escolas públicas municipais localizadas na região sudeste. (Dissertação de Mestrado) Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

LIMA, Licínio Carlos. A escola como organização educativa. Uma abordagem sociológica. São Paulo: Cortez, 2008.



LIMA, Viviana Aparecida. Condições de trabalho e saúde dos professores sindicalizados de ensino fundamental e médio da rede privada de Campinas. Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Ciências Médicas. Campinas, 2000

MACEDO, Jussara Marques de. Reestruturação produtiva e políticas de formação de novas competências para o trabalho docente. GT 08 – Formação de professores. Disponível em [www.anped.org.br/reunioes/25/jussaramarquesmacedot08.rtf](http://www.anped.org.br/reunioes/25/jussaramarquesmacedot08.rtf), acesso em 13 de março de 2011.

MANCEBO, Deise. Trabalho docente: subjetividade, sobreimplicação e prazer. Psicologia Reflexão e Crítica, v. 20, n. 001, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2007.

MANCEBO, Deise; EWALD, Ariane P; PRESTRELO, Eleonora T; UZIEL, Ana Paula. Editorial - Em discussão: o trabalho docente. Estudos e Pesquisas em Psicologia, UERJ, RJ, ano 6, n. 1, 1º semestre de 2006.

MARTINEZ, Jéssica Félix Nicácio. Superações de educação (física) bancária pela saúde coletiva: pesquisa-ação no sindicato em Florianópolis. 2007. 125 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de pós-graduação em educação física, Centro de desportos, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

MARTINEZ, Maria Carmen; PARAGUAY, Ana Isabel Bruzi Bezerra. Satisfação e saúde no trabalho – aspectos conceituais e metodológicos. Cadernos de Psicologia Social do Trabalho, v. 6, 2003

MARTINS, André Silva. A direita para o social: a educação da sociabilidade no Brasil contemporâneo. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2009.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. O sindicalismo: teoria, organização, atividade. Porto: Escorpião, 1972. (VER SE PERMANECE)

MARX, Karl. O capital: crítica da economia política: livro I/ Karl Marx; tradução de Reginaldo Sant'Anna. – 26ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

\_\_\_\_\_, Karl. Manuscritos Econômico-Filosóficos. São Paulo, Editora Martin Claret Ltda, 2006.

\_\_\_\_\_, Karl. Sobre o suicídio. Tradução de Rubens Enderle e Francisco Fontanella. São Paulo: Boitempo, 2006. Conteúdo parcial:

Um Marx insólito / Michael Löwy; tradução Maria Orlanda Pinassi e Daniela Jinkings.

\_\_\_\_\_, Karl. Para a crítica da economia política; salário, preço e lucro; o rendimento e suas fontes: a economia vulgar. Segunda edição, São Paulo: Nova Cultura, 1986.

MÉSZÁROS, István. A educação para além do capital. 2ª edição. São Paulo: Boitempo, 2008.

\_\_\_\_\_, István. Para além do capital: rumo a uma teoria da transição. Tradução de Paulo Cezar Castanheira e Sérgio Lessa. 1ª edição revisada, São Paulo: Boitempo, 2011.

LENIN, V. I. Que fazer? São Paulo, Hucitec, 1978.

\_\_\_\_\_, V. I. O imperialismo: fase superior do capitalismo. 4º edição, São Paulo: Global, 1987.

LINHART, Robert. Lenin, os camponeses e Taylor. Rio de Janeiro, Editora Marco Zero, 1983.

MASCARELLO, Marinete Rosa Pereira. Nos fios de Ariadne: uma cartografia da relação saúde-trabalho dos professores de uma escola da rede pública do Estado do Espírito Santo. (Dissertação de Mestrado) Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2004.

MATOS, Eliane; PIRES, Denise. Teorias administrativas e organizacionais do trabalho: de Taylor aos dias atuais, influências no setor saúde e na enfermagem. Texto contexto – enferm. vol.15, nº 3, Florianópolis July./sept. 2006. Acesso em 09/02/2011.

MATTOSO, Jorge. O Brasil desempregado – como foram destruídos mais de 3 milhões de empregos nos anos 90. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 1999.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). A saúde em estado de choque. Rio de Janeiro: Editora Espaço e Tempo, 1986.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC. Matrizes da Prova Brasil e do SAEB. Disponível em [http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=324&id=210&option=com\\_content&view=article](http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=324&id=210&option=com_content&view=article) Acesso em 28/08/2011.

MONTEIRO, M. S. & GOMES, J. R. Reestruturação produtiva e saúde do trabalhador: um estudo de caso. Caderno Saúde Pública, Rio de Janeiro, abril-junho, 1998.

MULLER, Herrmann Vinícius de Oliveira. Trabalho e educação física: a ginástica laboral na formação social do capital. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação. Florianópolis, 2008.

NETO, Edgard Fernandes. O fracasso dos planos neoliberais na educação brasileira. In: COSTA, Á; NETO, E.F. e SOUZA, G. A proletarianização do professor: neoliberalismo na educação. São Paulo: Editora Instituto José Luiz e Rosa Sundermann, 2009.

NEVES, Mary Yale Rodrigues. Trabalho docente e saúde mental: a dor e a delícia de ser (tornar-se) professora. 1999. 276 f. Tese (Doutorado) – Programa de pós-graduação em Psiquiatria, Psicanálise e Saúde Mental, Instituto de Psiquiatria – IPUB, Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ.

NEVES, Mary Yale Rodrigues; SELIGMANN-SILVA, Edith. A dor e a delícia de ser (estar) professora: trabalho docente e saúde mental. Estudos e Pesquisas em Psicologia, UERJ, RJ, ano 6, n. 1, 1º semestre de 2006.

NORONHA, Maria Márcia Bicalho. Condições do exercício profissional da professora e dos possíveis efeitos sobre a saúde: estudo de caso das professoras do ensino fundamental em uma escola pública de Montes Claros, MG. (Dissertação de Mestrado) Faculdade de Medicina, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2001.

NÓVOA, A. (Org.) Profissão professor. 2ª edição. Porto: Porto Editora, 1995.

ODELIUS, Catarina Cecília e RAMOS, Fernanda. Remuneração, renda, poder de compra e sofrimento psíquico do educador. In: CODO, Wanderley (org.) Educação: carinho e trabalho. 4ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes / Brasília: Confederação Nacional dos trabalhadores em educação; Universidade de Brasília. Laboratório de Psicologia do Trabalho, 2006.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. As reformas em curso nos sistemas de educação básica. In: OLIVEIRA, D. A. e DUARTE, M. R. T. Política e trabalho na escola: administração dos sistemas de educação básica. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

OLIVEIRA, Dalila Andrade; ASSUNÇÃO, Ada Ávila. Condições de trabalho docente. Dicionário Trabalho, profissão e condição docente. Dalila Andrade Oliveira, Adriana Maria Cancela Duarte e Livia Maria Fraga Vieira (Orgs), Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação 2010.i CD\_ROM

OLIVEIRA, Débora Lopes de. Processo de trabalho e saúde na escola: um estudo de caso de professores do ensino fundamental da Escola municipal General Mourão Filho em Duque de Caxias. (Dissertação de Mestrado) Centro de Estudos da Saúde do Trabalhador e Ecologia Humana, Fundação Oswaldo Cruz, Escola Nacional de Saúde Pública, Rio de Janeiro, 2001.

OLIVEIRA, Wenderson Silva Marques de. O poder organizacional e as vivências de prazer e sofrimento de docentes em instituições privadas de ensino superior (IPES) de Belo Horizonte. Dissertação de Mestrado. Faculdade Novos Horizontes, 2008.

OLIVEIRA, D A. As reformas educacionais e suas repercussões sobre o trabalho docente. In: OLIVEIRA, Dalila Andrade (org.). Reformas Educacionais na América Latina e os trabalhadores docentes. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

\_\_\_\_\_, Dalila Andrade. A reestruturação do trabalho docente: precarização e flexibilização. Revista Educação & Sociedade, vol. 25, n. 89, p. 1127-1144, set./dez. 2004. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>

PANZERI, Ana Júlia Frazão. Sintomas Osteomusculares e Qualidade de Vida em Professores do Ensino Fundamental. (Dissertação de Mestrado) Faculdade de Ciências Médicas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

PARO, Vitor H. Gestão escolar, democracia e qualidade do ensino. 1ª edição. São Paulo: Ática, 2007. ISBN: 978-85-08-10868-8.

PAULA, Andréia Cristina Rezende Rodrigues de. O estresse dos professores: entre fugir, abandonar ou persistir na profissão. Revista Virtual Partes, 2010 Disponível em [www.partes.com.br/educação/estressedosprofessores.asp](http://www.partes.com.br/educação/estressedosprofessores.asp) , acesso em 22/04/2011.

PAULANI, Leda Maria. O projeto neoliberal para a sociedade brasileira: sua dinâmica e seus impasses. In: LIMA, J.C.F. e NEVES,

Lucia M.W. Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006. P. 67-107.

PENTEADO, Regina Zanella; GONÇALVES, Cláudia Giglio de Oliveira; COSTA, Daniele Damaris da; MARQUES, Jair Mendes. Trabalho e saúde em motoristas de caminhão no interior de São Paulo. Revista Saúde e Sociedade, São Paulo, vol. 17, nº 4, oct/dec. 2008

PEREIRA, Alexandre Vinícius Silva. Comprometimento organizacional e qualidade de vida, um estudo com professores do ensino médio. (Dissertação de Mestrado) Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2000.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. A reforma do Estado dos anos 90: lógica e mecanismos de controle. Lua Nova, n.45, São Paulo 1998. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ln/n45/a04n45.pdf> Acesso em 27/08/2011.

Prefeitura Municipal de Florianópolis – [www.pmf.sc.gov.br/entidades/sadm/index.php?cms=beneficios+&menu=6](http://www.pmf.sc.gov.br/entidades/sadm/index.php?cms=beneficios+&menu=6) Acesso em 25/10/2011.

Prefeitura Municipal de Florianópolis – [www.pmf.sc.gov.br/noticias/index.php?pagina=notpagina&noti=351](http://www.pmf.sc.gov.br/noticias/index.php?pagina=notpagina&noti=351)

Prefeitura Municipal de Florianópolis. Dados disponíveis em [http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/documentos/pdf/17\\_12\\_2010\\_8.25.07.93e3f173fcd594d5673c3111983b2375.pdf](http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/documentos/pdf/17_12_2010_8.25.07.93e3f173fcd594d5673c3111983b2375.pdf) Acesso em 15/03/2011

Prefeitura Municipal de Florianópolis. RME 2010. Dados disponíveis em

Prefeitura Municipal de Florianópolis. RME 2011. Dados disponíveis em

RAMOS, Ivoneti da Silva e OURIQUES, Helton Ricardo. Reestruturação capitalista e trabalho feminino: uma análise crítica sobre o chamado terceiro setor. Disponível em [http://www.sep.org.br/artigo/217\\_d9ee375aecf5b672e1c5b30dde83f50d.pdf](http://www.sep.org.br/artigo/217_d9ee375aecf5b672e1c5b30dde83f50d.pdf), acesso em 13de março de 2011.

REIS, Maria I. A. dos. Gestão, Trabalho e Adoecimento docente: caminhos e descaminhos na Fundação Escola Bosque. Dissertação de Mestrado – VER PROGRAMA – UFP – Belém, 2009.

REIS, Maria Izabel Alves dos; MAUÉS, Olgaíses Cabral. Educação, trabalho e saúde docente – desafios para a qualidade de ensino. Disponível em [www.anpae.org.br/congressos\\_artigos/simposio2007/301.pdf](http://www.anpae.org.br/congressos_artigos/simposio2007/301.pdf)

OLIVEIRA, Dalila Andrade; ASSUNÇÃO, Ada Ávila (org.) – Revista Educação & Sociedade, n. 107, v. 30, maio/agosto 2009.

RIBEIRO, Izadora de Queiroz Batista. Fatores ocupacionais associados à dor músculo-esquelética em professores. Programa de pós-graduação em Saúde, Ambiente e Trabalho. Universidade Federal da Bahia, 2009.

ROSA, Maristela. O trabalho docente com a disciplina de sociologia: algumas reflexões sobre o ser professor no ensino médio da Rede Pública de Santa Catarina. 2009. 226 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Educação, Departamento de Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

RUIZ, Roberto Carlos. Absenteísmo médico de professores de escolas públicas: estudo de prontuários da perícia médica de Sorocaba/SP. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Ciências Médicas, Unicamp. Campinas, 2001.

SANTOS, Flávia Luiza Nogueira; LIMA FILHO, Domingos Leite. Burnout em professores universitários: adoecendo pelo trabalho. Disponível em [www.artigoconficativo.uol.com.br/acervo/7/74/833.html](http://www.artigoconficativo.uol.com.br/acervo/7/74/833.html) Acesso em 31/07/2011.

SANTOS, Neide Sant'Anna. Moura. Quando os dados oficiais revelam condições de trabalho: análise dos agravos à saúde de professores das escolas públicas do Município de São Paulo. (Dissertação de Mestrado) Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

SATO, Leny; BERNARDO, Márcia Hespanhol. Saúde mental e trabalho: os problemas que persistem. Ciênc. Saúde coletiva vol.10 n.4 Rio de Janeiro oct./dec. 2005. [http://www.scielo.org/scielo.php?pid=S1413-81232005000400011&script=sci\\_arttext&tlng=es](http://www.scielo.org/scielo.php?pid=S1413-81232005000400011&script=sci_arttext&tlng=es) Acesso em 06/05/2011.

SAVIANI, Dermeval. A nova lei da educação: trajetória, limites e perspectivas. Coleção Educação Contemporânea, Campinas, São Paulo, Editora Autores Associados, 1997.

SELIGMANN-SILVA, Edith. Desgaste mental no trabalho dominado. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ; São Paulo: Cortez, 1994.

\_\_\_\_\_. Trabalho e Desgaste Mental: o direito de ser dono de si mesmo. São Paulo: Cortez, 2011.

\_\_\_\_\_. Os riscos da insensibilidade. In: ARAÚJO, Anísio; ALBERTO, Maria de Fátima; NEVES, Mary Yale; ATHAYDE, Milton (Orgs.). Cenários do trabalho: subjetividade, movimento e enigma. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

SENNETT, Richard. A corrosão do caráter: as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. Tradução Marcos Santarrita – 13ª edição, Rio de Janeiro: Record, 2008.

SHIROMA, Eneida Oto; MORAES, Maria Célia Marcondes de e EVANGELISTA, Olinda. Política Educacional. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007, 4. ed.

SILVA, Marcos Francisco da. Lutas e resistências dos servidores públicos contra a aplicação das políticas neoliberais na prefeitura municipal de Florianópolis entre 1997 e 2000. 2004. 222 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Mestrado em Educação e Cultura, Programa de Pós-Graduação em Educação e cultura, Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC, Florianópolis, 2004.

SILVIERO, A. B. et al. Prevalência de perda auditiva em motoristas de ônibus do transporte coletivo da cidade de Maringá-PR. Revista Cefac, São Paulo, v. 7, n. 3, p. 376-381, 2005.

SINTRASEM – Sindicato dos trabalhadores do serviço público municipal de Florianópolis. Disponível em [www.sintrasem.org.br/arquivo/81.pdf](http://www.sintrasem.org.br/arquivo/81.pdf) Acesso em 22/08/2011.

SIQUEIRA, M. J. T.; FERREIRA, E. S. Saúde das professoras das séries iniciais; o que o gênero tem a ver com isso? Psicologia, Ciência e Profissão, v. 23, n. 3, p. 76-83, 2003.

SUZIN, Rosemeire. A saúde geral dos professores municipais de Caxias do Sul e suas atividades laborais. (Dissertação de Mestrado Profissional) Escola de Engenharia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

TUMOLO, Paulo Sérgio. Da contestação à conformação: a formação sindical da CUT e a reestruturação capitalista. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2002.

VIEIRA, Juçara Dutra. Identidade Expropriada: retrato do educador brasileiro. Brasília: CNTE – 2ª edição, 2004

WOOD JR, Thomaz. Fordismo, Toyotismo e Volvismo. Os caminhos da indústria em busca do tempo perdido. Revista de Administração de Empresas. São Paulo, 32 (4): set./out. 1992.

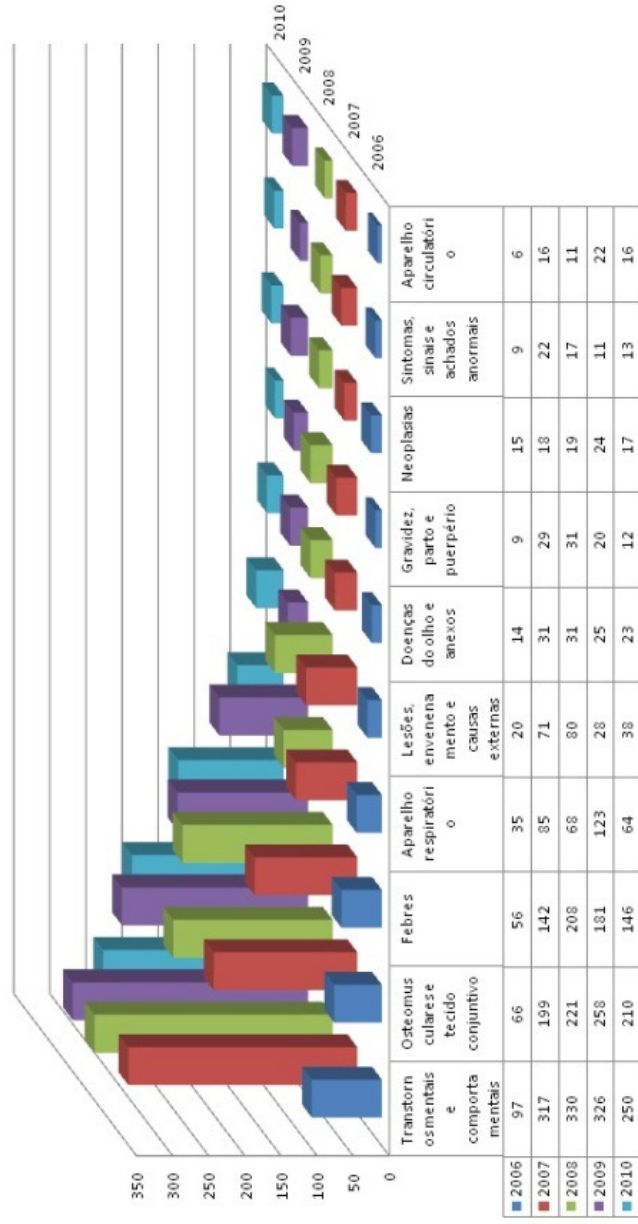
YIN, Robert K. Estudo de caso: planejamento e métodos. 3ª edição. Porto Alegre, Editora Bookmann, 2005.

XIMENES, Sérgio. Minidicionário da Língua Portuguesa. 2ª edição reform., São Paulo: Ediouro, 2000.

ZACCHI, Marlucy. Professores(as): trabalho, vida e saúde. (Dissertação de Mestrado) Faculdade de Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.



## Principais motivos de licenças médicas





## Anexo B

### Questionário

Caro(a) professor(a), o questionário que segue faz parte de uma pesquisa de Mestrado que buscará analisar o processo de adoecimento à que estão sujeitos os professores de ensino fundamental da Rede Municipal de Florianópolis.

A identificação é opcional. Os que se identificarem poderão ser procurados para responderem posteriormente a uma entrevista, com a garantia de que todas as informações serão exclusivamente utilizadas para a pesquisa e com nomes fictícios.

Agradecemos sua participação.

#### 1 – Identificação (opcional)

Nome: \_\_\_\_\_

Contato (e-mail e/ou tel.): \_\_\_\_\_

#### 2 – Perfil do(a) professor(a)

Sexo: ☐ F ☐ M

Possui residência própria?

☐ Sim ☐ Não

Estado Civil:

☐ Solteiro ☐ Casado ☐ Separado ☐ Outros

Você tem filho(s)?

☐ Sim ☐ Não

Qual sua formação?

☐ Graduação ☐ Especialização ☐ Mestrado ☐ Doutorado

#### 3 – Por que escolheu ser professor(a)?

\_\_\_\_\_

4 – Assinale na(s) alternativa(s) abaixo: para você, como se configura o trabalho docente hoje? (pode assinalar mais de uma alternativa)

☐ exige vocação

☐ trabalho de prestígio social

☐ implica ação coletiva

- ☐ sofre novas formas de controle
  - ☐ trabalho intelectual
  - ☐ trabalho simplificado e rotineiro
  - ☐ trabalho criativo e autônomo
  - ☐ trabalho intensificado
  - ☐ trabalho mal remunerado
  - ☐ trabalho pauperizado, mas com certa autonomia
  - ☐ exige atualização constante de novos conteúdos
  - ☐ trabalho substituível por equipamentos tecnológicos
  - ☐ trabalho de construção e transmissão de conhecimento
  - ☐ outros. Quais?
- 

5 – Condições de trabalho:

Contrato de trabalho:

- ☐ Efetivo
- ☐ Substituto
- ☐ Parte da jornada efetivo e parte da jornada substituto.

Há quanto tempo trabalha na PMF?

---

No momento, atua na função pela qual entrou na PMF?

- ☐ Sim   ☐ Não

Carga horária de trabalho semanal:

- ☐ 10hs   ☐ 20hs   ☐ 30hs   ☐ 40hs   ☐ outras

Mora no mesmo bairro que trabalha?

- ☐ Sim   ☐ Não   ☐ Outros

O deslocamento é feito por:

- ☐ ônibus   ☐ carro próprio   ☐ carona   ☐ outros

Precisa trocar de escola no meio dia?

- ☐ Sim   ☐ Não

Em quantas turmas está atuando em 2010?

---

A menor possui \_\_\_\_\_ alunos e a maior \_\_\_\_\_ alunos.

Qual a sua remuneração?

- ☐ Até R\$ 1.000,00
- ☐ De R\$ 1.000,00 a R\$ 2.000,00
- ☐ De R\$ 2.000,00 a R\$ 3.000,00
- ☐ De R\$ 3.000,00 a R\$ 4.000,00
- ☐ Acima de R\$ 4.000,00

Possui outra atividade remunerada além da docência?

- ☐ Sim   ☐ Não

6 – O que faz fora do tempo do trabalho? Que atividades desenvolve?

---

---

7 – Você falta no trabalho com que freqüência?

- ☐ 1 a 3 vezes no mês
- ☐ 1 a 5 vezes no ano
- ☐ 6 a 10 vezes no ano
- ☐ nunca falta

8 – Motivos mais freqüentes de faltas ao trabalho:

- ☐ Cansaço
  - ☐ Problemas de saúde
  - ☐ Problemas familiares
  - ☐ Cursos de formação ou reuniões;
  - ☐ Outros. Quais?
- 
- 

9 – Você se afastou do trabalho por licença médica:

Nos últimos dois meses?

- ☐ Sim   ☐ Não

No último semestre?

- ☐ Sim   ☐ Não

No primeiro semestre do ano de 2010?

- ☐ Sim   ☐ Não

Nunca se afastou por licença médica?

( ) Sim ( ) Não

10 – Seus afastamentos por licença médica duraram em média quanto tempo?

- ( ) 1 a 3 dias
- ( ) 4 a 10 dias
- ( ) 10 a 15 dias
- ( ) 1 mês
- ( ) mais que 1 mês

11 – No último ano sentiu algum dos problemas abaixo? Qual(is)? Coloque 1 para os problemas de maior incidência; 2 para os de incidência média; 3 para os de incidência baixa:

- ( ) Nível elevado de fadiga
  - ( ) Alterações do sono
  - ( ) Problemas depressivos
  - ( ) Distúrbios da voz
  - ( ) Dores musculares
  - ( ) Sinais de estresse
  - ( ) Problemas do aparelho respiratório
  - ( ) Outros. Quais?
- 

12 – Algum dos problemas de saúde citados afastou você do trabalho? Qual(is)? Coloque 1 para os problemas de maior incidência; 2 para os de incidência média; 3 para os de incidência baixa:

- ( ) Nível elevado de fadiga
  - ( ) Alterações do sono
  - ( ) Sinais de estresse
  - ( ) Problemas depressivos
  - ( ) Problemas do aparelho respiratório
  - ( ) Distúrbios da voz
  - ( ) Dores musculares
  - ( ) Outros. Quais?
- 

13 – Você consome medicamento constante por algum dos problemas de saúde citados?

☐ Sim    ☐ Não

14 – Você costuma perder o sono pensando em questões relacionadas à escola?

☐ Sim    ☐ Não    ☐ Quase sempre    ☐ Poucas vezes    ☐ Frequentemente

15 – Você se sente realizado com o resultado do seu trabalho?

☐ Sim    ☐ Não    ☐ Quase sempre    ☐ Poucas vezes    ☐ Frequentemente

16 – No último período você pensou em sair da profissão professor?

☐ Sim    ☐ Não

Se sim, assinale as principais razões:

- ☐ baixos salários
  - ☐ jornada de trabalho excessiva
  - ☐ alto nível de estresse
  - ☐ adoecimento freqüente
  - ☐ desvalorização da profissão
  - ☐ cobrança excessiva das chefias
  - ☐ outras. Quais?
- 
- 

17 – Você tem algum problema de saúde que, se mudasse de profissão, seria resolvido ou amenizado?

☐ Sim    ☐ Não

Qual? Por quê?

---

---

---

18 – Você tem algum problema de saúde que, se trabalhasse menos, seria resolvido ou amenizado?

☐ Sim    ☐ Não

Qual? Por quê?

---

---

---

19 – Você acha que o Sindicato pode ajudar na prevenção do adoecimento?

☐ Sim ☐ Não

Se sim, de que forma?

---

---

---

20 – Depois de ter se iniciado o processo de adoecimento, você acha que o Sindicato pode ajudar?

☐ Sim ☐ Não

Se sim, de que forma? Se não, por quê?

---

---

---

21 – Você acha que a Secretaria Municipal de Educação pode ajudar na prevenção do adoecimento docente?

☐ Sim ☐ Não

Se sim, de que forma?

---

---

---

22 – Após iniciado o processo de adoecimento, você acha que a Secretaria Municipal de Educação pode ajudar?

☐ Sim ☐ Não

Se sim, de que forma? Se não, por quê?

---

---

---

23 – Na sua escola, você observa processos de adoecimento nos colegas de trabalho?

☐ Sim ☐ Não

Se sim, quais?

☐ Nível elevado de fadiga

☐ Problemas decorrentes de alterações do sono

☐ Distúrbios da voz

☐ Dores musculares



- ☐ Sinais de estresse
  - ☐ Problemas do aparelho respiratório
  - ☐ Outros. Quais?
- 
- 

24 – Na sua escola, você observa algumas ações de resistência explícitas de enfrentamento do processo de adoecimento?

- ☐ Sim   ☐ Não

Se sim, quais?

- ☐ Debates sobre o tema nos intervalos de trabalho.
  - ☐ Cobrança de ações por parte da Secretaria Municipal de Educação.
  - ☐ Inclusão de ponto na pauta das reuniões pedagógicas.
  - ☐ Cobrança de ações por parte da Direção da Escola.
  - ☐ Outras. Quais?
- 
- 

25 – Na sua escola, você observa algumas ações implícitas ou silenciosas de defesa ao processo de adoecimento?

- ☐ Sim   ☐ Não

Se sim, quais?

- ☐ Falar pouco e baixo em sala de aula.
  - ☐ Isolar-se nos intervalos de trabalho.
  - ☐ Organizar atividades em grupo na sala de aula.
  - ☐ Faltar ao trabalho.
  - ☐ Outras. Quais?
- 
- 

26 – Quais suas ações mais freqüentes para prevenir ou enfrentar processos de adoecimento?

- ☐ Procura tratamento médico.
- ☐ Falta ao trabalho.
- ☐ Procura praticar algum tipo de esporte.
- ☐ Procura tratamento psicológico.
- ☐ Discute esses processos com os colegas de trabalho.
- ☐ Outras. Quais?

---

---

27 – Você relaciona suas condições de saúde e processos de adoecimento a situações de trabalho vivenciadas cotidianamente?

☐ Sim    ☐ Não

Em caso positivo, de que modo?

---

---

---

28 – Você considera que suas condições de trabalho repercutem nas suas relações familiares e afetivas?

☐ Sim    ☐ Não

Em caso positivo, de que modo?

---

---

---

29 – Diante da vivência de situações de sofrimento no trabalho você, mais frequentemente:

☐ Sente-se impotente para enfrentar tais situações.

☐ Se isola de familiares e amigos.

☐ Evita pensar nessas situações em seu tempo fora do trabalho.

☐ Procura explicações racionais para tais situações de trabalho.

☐ Reprime sentimentos ou manifestações de raiva, irritação ou revolta em seu ambiente de trabalho.

☐ Não vivencia o sofrimento no trabalho.

Mestranda: Rosangela Soldatelli

Orientadora: Nise Maria Tavares Jinkings

**Апexo C**